

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

MARINA FRANCISQUETO BERNABÉ

"NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM". A PRODUÇÃO DOS
GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA: Problematizando as masculinidades em
jovens em cumprimento de medida socioeducativa

VITÓRIA
2018

MARINA FRANCISQUETO BERNABÉ

"NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM"¹. A PRODUÇÃO DOS
GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA: Problematizando as
masculinidades em jovens em cumprimento de medida socioeducativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Linha: Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Luziane de Assis Ruela Siqueira

VITÓRIA
2018

1 O título desta dissertação faz menção ao início do volume dois do livro O segundo Sexo de Simone de Beauvoir, "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino" (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B517& Bernabé, Marina Francisqueto, 1986-
"Ninguém nasce homem: torna-se homem". A produção dos gêneros e a precarização da vida : Problematizando as masculinidades em jovens em cumprimento de medida socioeducativa / Marina Francisqueto Bernabé. - 2018.
163 f.

Orientadora: Luziane de Assis Ruela Siqueira.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Infâncias desiguais. 2. Medida socioeducativa. 3. Juventudes. 4. Gênero. 5. Masculinidades. 6. Psicologia. I. Siqueira, Luziane de Assis Ruela. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

MARINA FRANCISQUETO BERNABÉ

**'NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM'. A PRODUÇÃO
DOS GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA.
PROBLEMATIZANDO AS MASCULINIDADES EM JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

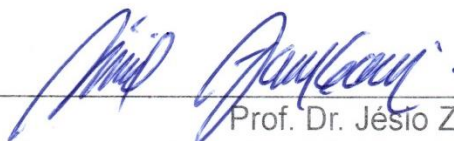
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 25 de outubro de 2018.

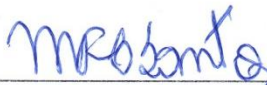
Comissão Examinadora



Profa. Dra. Luziane de Assis Ruela Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Jéssio Zamboni
Universidade Federal do Espírito Santo



Profa. Dra. Maria de Fátima Lima Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Rafael da Silveira Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Essa parte da dissertação aparentemente seria a mais fácil de ser escrita, mas não é. Primeiro porque é difícil saber exatamente quando começa uma dissertação, e não é no ato da matrícula. Muitas pessoas compõem esse trabalho e essa escrita. Às vezes, até os percalços podem ser vistos como necessários, embora dolorosos.

Escrever não é fácil, pensar não é fácil, viver não é fácil, dizer sobre a vida de outras pessoas é extremamente difícil. Isso tudo apenas se torna possível e potente no encontro com outras pessoas. São as pessoas que dão sentido a essa escrita. É para elas que escrevo. Escrevo para os jovens, pois sem eles, nada disso seria possível. Isso torna o agradecimento, também, angustiante, pois suas vidas, cheias de dor, desmerecidas, não enlutadas e não reconhecidas se tornam um motor, um motivo para que eu não desista e que talvez consiga, através de uma dissertação e de um título, dizer o que eles dizem a mim (e a toda a sociedade) todos os dias. Essa dissertação são ecos, vozes e repetições do meu dia a dia, seja profissional – pois não há um dia da minha vida que eu não fale sobre o que está aqui escrito – seja pessoal e qualquer outra nuance.

Esse trabalho foi escrito a muitas mãos, por isso agradeço a todas, todes e todos que acreditaram em mim e no sonho de fazer um mestrado na UFES. A quem me apoiou e colaborou nesse processo, nada fácil.

Agradeço à minha mãe, que com a sua força e sensibilidade trabalhou junto a outras mulheres, que indignadas com o descaso do Estado, arregaçaram as mangas e uniram forças para ajudar as outras mulheres com seus filhos e filhas. O seu exemplo de criar estabelecimentos (hoje chama-se Associação Amor e Vida) de apoio a crianças e adolescentes em condição de precariedade, foi e é um exemplo para mim. O maior exemplo que tive de feminismo foi em casa, sem ser dar conta, e que me mostrou, ainda na infância, a força que as mulheres têm e que juntas podem mudar muitas vidas. Àquela que me ensinou sobre o direito de todas as pessoas a uma vida digna. A quem me ensinou sobre militância, sem usar esse termo, mas que me mostrou, no cotidiano, sobre a defesa de uma parcela da população que mais está à mercê da violência, que são crianças, adolescentes e jovens.

Ao meu pai (*in memóriam*) pelas lembranças, ainda na infância, de que todos merecem uma vida digna, a quem me ensinou, certamente, de forma não proposital, a importância da generosidade. A valorizar o trabalho, o conhecimento, os estudos e as relações.

Agradeço aos meus sobrinhos, Humberto e Heitor, pelo carinho, amor e interesse pela minha vida e pelo meu trabalho. Sempre atentos as minhas explicações, queriam saber dos livros e do que fazia. As suas dúvidas, fundamentais para me fazer pensar. De alguma forma, acompanhar o nascimento e o crescimento de dois garotos me fez pensar e questionar ainda mais as masculinidades. Obrigada pela paciência e por entenderem as minhas ausências.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade (GEPSS) da UFES, pelo carinho, acolhida e aposta. Às bichas, às sapatonas, às travestis e às e os trans, por afirmarem outros modos de existência. O encontro com esse grupo foi fundamental para retomar a Universidade. À potência das LGBTs.

À Victor Toscano, por acreditar em mim, no meu potencial, conseguir enxergar o tema dentro do meu trabalho, me ajudar nas correções, nas ideias e na escrita deste texto. Você teve uma importância fundamental.

À Thiago Salazar, pela companhia e afeto de sempre, e me lembrar que esse é o meu sonho quando eu quase desisti.

À Babi, por toda uma vida de amizade, pelo apoio e disponibilidade. Por me ajudar em meio às loucuras cotidianas.

À Wilka, pelo convite a dar a formação e pelo apoio para seguir a carreira acadêmica.

À Marciley, pelo cuidado, carinho, apoio e por acreditar em mim. Por sempre me incentivar a ser uma psicóloga melhor e não me deixar desistir.

À Viviane Nóbrega, pela confiança e compromisso profissional. Com o seu trabalho renovei não somente a esperança em mim, mas em uma psicologia que transborda vida, desejo e potência.

Ao Alex, por todo apoio, aposta, confiança e suporte nessa jornada. Sem suas contribuições e orientações, este trabalho não aconteceria.

À Luziane, que me ajudou a construir um barco quando sentia que estava me afogando. Pelas trocas, pela disponibilidade, atenção, escuta e apoio. Por me ajudar a acreditar em mim quando eu já pensava em desistir. Pela generosidade e aposta nos encontros. Pela aposta nas juventudes.

Ao Jésio pelos encontros, apoio e companheirismo.

À Naiara Castello pelo apoio, por dividir a angústia com os textos e as escritas.

À Janaina, pela amizade de anos e apoio nos momentos que mais precisei.

À Barbara Paiva pela caminhada em conjunto, pelo apoio, escuta e companheirismo que desenvolvemos no caminho do mestrado.

À Soninha (PPGPSI) por aceitar as “pastinhas” com a matrícula colocadas sob a porta, por entender a dinâmica de quem trabalha e faz mestrado e pela tranquilidade nos bate papo. O mestrado teve uma grande perda com a sua saída.

À Tammy pela escuta e amizade nos momentos de desespero. Por tentar me acalmar nem sei como.

Ao Diemerson, pelo acolhimento, por acreditar, pelas besteiras, viagens e compreensão nos momentos de angústia.

Aos amigos do “separados anônimos”, Salazar, Jojo, Maria, Maira, Mara e Henrique, por toda a torcida, diversão e amizade de sempre.

À Jéssica, pelos esporros, leituras, amizade e companheirismo, mesmo que distante.

Às colegas de categoria, às psicólogas e psicólogos, principalmente aqueles que compõem os grupos de trabalho relacionados à atuação da psicologia no âmbito das medidas socioeducativas. À Adriana Macedo, Fabiana Itaci, Iolete, Daniela, Marina Poniwas, Mercedes, Juraci, Cristina, Vitor e tantas outras e outros colegas de profissão.

Aos amigos do Centro, à Cris Bremenkamp, Gigi Valiat, Thalita, Noelli e tantas outras que posso não ter mencionado.

A todos aqueles e aquelas que ainda me fazem acreditar que um outro mundo é possível,

Obrigada.

RESUMO

Conforme os dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 95% dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) são do gênero masculino. Realidade essa verificada pela pesquisadora na experiência de atendimento aos jovens durante e após o cumprimento da MSE. Considerando a cartografia um modo de pesquisa que não se desassocia da intervenção e transformação social, essa dissertação foi realizada a partir de encontros e experiências da pesquisadora, psicóloga e militante juntamente aos jovens em cumprimento de medida, demais pesquisadores, militantes e profissionais que atuam com juventudes e medidas socioeducativas, a partir de uma perspectiva que problematiza o encarceramento da juventude negra, pobre e do gênero masculino. A disseminação dos estudos feministas foi fundamental para questionar a fragilidade dos discursos sobre os homens e a suposta definição universal de “masculino”. Esses estudos contrariam a noção de uma masculinidade única, verdadeira e natural, à medida que são múltiplas, mutáveis e compostas por distintos atributos. Em Foucault, uma sexualidade normalizada é produzida e funciona como dispositivo político de controle e regulamentação da vida. Com base nesse pensamento, questiona-se sobre como as diferentes masculinidades, forjadas historicamente, atuam como mais um dispositivo que foi criado e construído para preservar algumas vidas e aniquilar outras. As masculinidades não são identidades fixas, mas práticas sociais dinâmicas, performativas, que se constroem em relação às feminilidades; atravessadas pelas questões de raça, classe e idade, as masculinidades variam conforme o contexto social, cultural, político e econômico. Discute-se como a produção de modelos de masculinidades pode intensificar a violência em corpos que são historicamente submetidos, segundo Butler (2015), a condições de precariedade. Nas medidas socioeducativas, a Psicologia é convocada a falar sobre os sujeitos, principalmente no que concerne à adequação e enquadramento às normas sociais. Em uma sociedade cuja norma é branca, adulta, masculina, heterossexual, urbana e classe média, a Psicologia precisa ficar atenta a quais realidades estão sendo produzidas através do seu saber, cujos discursos podem legitimar a condição de precariedade a que essas vidas foram e ainda são submetidas. Os modelos dominantes de infância e adolescência que comparecem nas legislações e políticas destinadas a este público são destoantes da vida dos jovens em cumprimento de MSE, e, por vezes, legitimam o tratamento desigual dado às infâncias. Parte-se da premissa de que os diferentes modelos de infância e adolescência, desigualdade social, racismo e gênero são problemas intrínsecos à privação de liberdade e devem ser colocados em análise. Por fim, discute-se como a invisibilidade dos gêneros e a produção de modelos de masculinidades tornam-se fatores que maximizam e legitimam a violência contra essas vidas.

Palavras Chave: Infâncias desiguais. Adolescências. Juventudes. Psicologia. Medidas socioeducativas. Gêneros. Masculinidades.

ABSTRACT

As indicated by the National Secretary of Human Rights, 95% of the youth under socio-educative measures are male. This reality is verified by the researcher through experiences working with youth during and after those socio-educative measures. As cartography is a way of doing research which doesn't dissociate from intervention and social transformation, this dissertation was made by encounters and experiences lived by the researcher, psychologist and militant with the youth under socio-educative measures, fellow researchers, militants and professionals who work with this public, through a perspective which questions the incarceration of black, poor and male youth. Feminist studies' dissemination was fundamental in problematizing essentialist conceptions about gender and an assumed definition of "masculine". These studies go against the notion of a single masculinity, truer and natural, as masculinities are multiple, changeable and composed by distinct attributes. In Foucault, a normalized sexuality is produced and functions as a political apparatus for life's control and regulation. Based on that, it is questioned how different masculinities, forged historically, act as one more apparatus created to preserve some lives and annihilate others. Masculinities aren't fixed identities but dynamic, performatic social practices, which are constructed in relation with femininities. Run through by matters of race, class and age, masculinities change according to social, cultural, political and economic contexts. It is discussed here how producing models of masculinity may intensify the violence on bodies historically submitted, according to Butler (2015), to conditions of precarity. In socio-educative measures, Psychology is summoned to talk about subjects, especially when it's about adequation to social norms. In a society where the norm is white, adult, male, heterosexual, urban and middle class, Psychology must attend to which realities are produced by its knowledge, whose speeches may legitimate conditions of precarity to which those lives were and still are submitted to. Dominant models of infancy and adolescence, showing on legislations and politics destined to this public aren't compatible with the lives of youths in socio-educative measures, and sometimes legitimate unequal treatment given to youths. It is based on the premise that different models of infancy, adolescence, social inequality, racism and gender are intrinsic issues to deprivation of liberty and must be put under analysis. Finally, it is discussed how gender invisibility and production of masculinity models become factors that amplify and legitify violence against those lives.

Key words: Unequal infancy. Adolescence. Youth. Psychology. Socio-educative measures. Gender. Masculinity.

Assim, concluí que os problemas são inevitáveis e a nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los (JUDITH² BUTLER, 2014. p. 7).

² Destaco aqui o nome completo da autora, principalmente por ser uma mulher. As regras de formatação exigidas não permitem que se conheça o gênero de quem escreve.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDF - Cabeça de Ferro

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CRP 16 - Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região

ECRIAD - Estatuto da Criança e do Adolescente

GEPEG – Gerência Pedagógica

GEPSS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades

GT - Grupo de Trabalho

GISAFC - Gerência de Inclusão Social, Abordagem Familiar e Comunitária

GIS - Gerência de Inclusão Social

IASES - Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e trans

MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

MSE - Medida Socioeducativa

SEDH - Secretaria Estadual de Direitos Humanos

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SEJUS - Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo

SEADH - Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNIS - Unidade de Internação Socioeducativa

UNIMETRO - Unidade de Internação Metropolitana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: A HISTÓRIA DOS ENCONTROS E INCÔMODOS.....	13
1.1 AVISO AO LEITOR: A ESCRITA COMO ENSAIO.	16
1.2 AVISO AO LEITOR: CONTÉM ESCRITA GENERIFICADA	19
1.3 O INÍCIO DOS ESTRANHAMENTOS	20
1.4 PERCURSO ACADÊMICO	23
1.5 PERCURSO PROFISSIONAL.....	25
2. A PESQUISA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE SABER – A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO.....	31
2.1 A ANÁLISE DE IMPLICAÇÕES COMO UMA FERRAMENTA DE PESQUISA ..	34
2.2 ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO.....	39
2.3 A EXPERIÊNCIA COMO UM MODO DE PESQUISA: ROMPENDO COM UM MODO DOMINANTE DE PESQUISAR.....	41
2.4 “PROFESSORA, DEPOIS DE ASSISTIR A SUA AULA DÁ ATÉ VONTADE DE SE ASSUMIR, MESMO QUEM NÃO É HOMOSSEXUAL”.	45
3. LEGISLANDO SOBRE INFÂNCIAS DESIGUAIS	48
3.1 “A GENTE COMEÇA A FAZER OS CORRES COM 12 ANOS” – SOBRE INFÂNCIAS DESIGUAIS.....	48
3.2 AS LEGISLAÇÕES DA INFÂNCIA - A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE (ENCARCERAMENTO) COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DOS CORPOS IRREGULARES.	55
3.3 A INVENÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS OU A MANUTENÇÃO DA INFÂNCIA IRREGULAR? DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À CRIAÇÃO DO SINASE.	58
4. ESPECIALISMOS NA MSE – A PRIVAÇÃO/RESTRIÇÃO DA LIBERDADE COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DOS CORPOS IRREGULARES.....	61
4.1 OS SABERES A SERVIÇO DO CONTROLE DOS CORPOS – UMA ALIANÇA ENTRE O ESTADO, O SISTEMA DE JUSTIÇA E OS ESPECIALISMOS.....	61

4.2 INQUÉRITO E EXAME – SUJEITO E PERICULOSIDADE	64
4.3 “COMO ELIMINAR AS SINGULARIDADES”	68
4.4 “O ABANDONO DE POSTO”	70
5. A PRECARIZAÇÃO DOS CORPOS.....	72
5.1 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE	72
5.2 A PRECARIZAÇÃO DA VIDA	75
5.3 “O QUE VOCÊ DIZ POR AÍ?”	78
5.4 A INVENÇÃO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL E DO JOVEM PRIVADO DE LIBERDADE – OS ESPECIALISMOS E OS SABERES A SERVIÇO DA PRECARIZAÇÃO DA VIDA.....	80
6. “HOJE EM DIA MULHER PODE TUDO” – A PRODUÇÃO DOS CORPOS GENERIFICADOS	87
6.1 “ME AJUDA A AJEITAR O MEU PEITO?”.....	97
6.2 EXISTEM HOMENS TRANS PRIVADOS DE LIBERDADE?.....	99
6.3 REUNIÕES COM O MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA – “GÊNERO É SINÔNIMO DE MULHER?”	100
7. A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES	103
7.1 MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS	105
7.2 RACISMO E MASCULINIDADES NEGRAS: “PARA O JUIZ A GENTE TEM QUE ANDAR DE TERNO”.....	110
7.3 VISITA AO MUSEU DO NEGRO	117
7.4 “MULHERES, PROTEJAM SEUS CORPOS” – SOBRE O USO DOS JALECOS PELAS EQUIPES TÉCNICAS DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS.	119
INCONCLUSÕES	120
“O QUE VOCÊ FEZ COM O MEU FILHO?”	122
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS.....	130

1. INTRODUÇÃO: A HISTÓRIA DOS ENCONTROS E INCÔMODOS.

Uma família composta por mãe, pai e seus quatro filhos. Uma garota de 14 anos, um menino de 10 anos e uma menina de 6 anos. A quarta criança ainda estava em gestação. A criança de 10 anos, R., de acordo com os relatos da mãe, tinha uma grande expectativa para que nascesse um menino, assim, ele teria com quem brincar, dividir o seu quarto e prometia ajudar na criação do irmão. Era 1986 e já existia a possibilidade de identificar a genitália da criança antes do nascimento, mas os pais não quiseram. Para eles, não importava se fosse um menino ou uma menina, eram indiferentes. Com o nascimento, o pai liga para casa e informa aos filhos que nasceu uma menina. Decepcionado, R. falou que não queria conhecer a irmã. Diante da expectativa por um gênero, veio a frustração. Seus sonhos e planos foram por água abaixo. A contragosto, foi à maternidade para ver a mãe e a irmã. Assim que R. viu a irmã mais nova ficou encantado e falou: “ela é tão linda”. Logo no primeiro encontro não quis mais sair de perto da irmã e foi o acompanhante de ambas no hospital. Por anos, viveu grudado com a irmã mais nova, mesmo dormindo em outro quarto.

Inicialmente, é preciso situar o leitor: a escrita desta dissertação é permeada de histórias de encontros e suas narrativas. Esses escritos não são lineares e não seguem uma ordem cronológica. Vislumbra-se trazer histórias, falas, trechos de encontros, pensamentos e reflexões sem identificar os sujeitos, mas para questionar práticas sociais.

Movida pelo incômodo de como a vida é cindida pela invenção do sexo/gênero, lanço como proposta problematizar a naturalidade de uma sociedade generificada. Recorro à pesquisa como uma estratégia para repensar como as expectativas de gênero segmentam a vida e forjam modos de existência definidos como homens ou mulheres, masculinos ou femininos, que, estabelecidos como verdade, produzem sofrimento. Transbordando estranhamento, busco a escrita como um meio para dar sentido aos acontecimentos³.

³ Trabalha-se com a perspectiva de pesquisa como acontecimento, como uma análise que ocorre por ruptura, a qual emergem os jogos de forças, as conexões, compreendidos como evento, em que a “sua vida muda de tal maneira que já não é possível voltar atrás” (TSALLIS, 2012, p. 124).

Pretendo aqui traçar um pouco do percurso no mestrado, falar dos encontros e transformações que constituíram a pesquisa. São os questionamentos que surgiram neste contexto que impulsionaram o trabalho e formaram o problema de pesquisa e que ainda hoje se fazem presentes em minha vida. Adianto que foi um processo complexo, não linear e marcado por contradições, que consoante a um modo de pesquisar, devem ser colocados em análise.

Ao compreender que toda produção de conhecimento – assim como esta pesquisa – situa-se em um contexto histórico, as condições de sua construção compõem um plano de análise. Ao rejeitar o lugar de verdade e neutralidade de certa concepção de ciência, afirma-se que todo conhecimento anuncia a inserção histórico-política daquele que a constrói (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005).

Aquele ou aquela que assume o compromisso de falar sobre outras vidas deve colocar em análise as relações e os feixes de poder que perpassam a pesquisa. O que inclui a lente do pesquisador como parte do problema a ser pesquisado. Toma-se essa perspectiva como um paradigma ético-político.

Enquanto pesquisadora, acadêmica e psicóloga, supostamente possuo legitimidade para falar de outras vidas, o que inclui falar sobre jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa⁴ (MSE), mesmo sem nunca ter sido privada de liberdade. Entretanto, além da experiência de trabalho, o lugar em que a Universidade e psicologia estão inseridas enquanto local de saber-poder, autoriza aquele ou aquela que está neste lugar, ao delicado papel de dizer sobre outras vidas.

Em meio a isso, indago: Quais experiências me conectam aos jovens, negros e do gênero masculino que estão ou estiveram em cumprimento de medida socioeducativa? Em que momento essas vidas se tornam interesse de pesquisa? Essas dúvidas foram companheiras da pesquisa.

Como mulher, cisgênera⁵, branca, lésbica, adulta, feminista e trabalhadora, compreendo a desigualdade histórica a que mulheres foram e ainda são submetidas.

4 Medida Socioeducativa (MSE) é uma medida aplicada pelo Estado ao adolescente quando comete um ato infracional. De acordo com a Lei 8069 de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um ato análogo a um crime, quando cometido por alguém de 12 a 18 anos incompletos, denomina-se ato infracional.

⁵ Cisgênero ou cisgênera são pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer e consta na certidão de nascimento. Aqueles e aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, são transgêneros ou transgêneras. Gênero é um termo usualmente utilizado para distinguir o que seja reconhecido como feminino,

No decorrer da minha trajetória de estudante e profissional, os encontros com os jovens provocaram incertezas e rupturas a um modo de pensar. Esses encontros exigiram a reflexão sobre o lugar de pessoa branca e especialista, a quem é concedido o poder de criar verdades sobre outras vidas.

A delimitação do gênero que nos é atribuída define relações e modos de vida antes da existência material dos sujeitos; entretanto, acredito que as questões de raça, classe e idade são indissociáveis da análise de gênero. Por isso indago: Como as ficções de gênero, a invenção da raça, a manutenção das desigualdades entre classes sociais, e os modelos etários se atualizavam na vida dos jovens em cumprimento MSE?

Essas inquietações tomaram corpo no encontro com os jovens, com os colegas de profissão, com o movimento feminista, com o ativismo de psicóloga, nos encontros com profissionais e pesquisadores de todo o país e tantos outros lugares que provocaram os estranhamentos responsáveis por produzir as dúvidas que irão comparecer ao longo do trabalho.

O que movimentou esta escrita foi o mal-estar cotidiano ao perceber que o binarismo de gênero, juntamente aos padrões de masculinidades, produzem modos de vida e são desconsiderados não somente na atuação com jovens em cumprimento de MSE, mas na psicologia como um todo. Por isso, proponho apontar ao leitor como a nossa sociedade, as relações e a linguagem são enquadradas e restritas ao masculino e feminino. Ressalto que a escrita não é suficiente para captar a dimensão dos afetos e das vivências cotidianas, embora, neste contexto, este seja o dispositivo⁶ possível para provocar algum estranhamento no nosso modo generificado de se relacionar.

masculino ou neutro, sendo categorias fluidas oriundas de diversos processos históricos, sociais, políticos e econômicos. Posteriormente esse conceito será melhor trabalhado.

⁶ Dispositivo para Foucault (1979, p. 244) tem o sentido e a função metodológica de demarcar “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”.

1.1 AVISO AO LEITOR: A ESCRITA COMO ENSAIO.

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que esses jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores; e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é seu direito explorar o que pode ser mudado, no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho (FOUCAULT, 2014, p. 13-14).

Não posso afirmar – e também pouco interessa – que a curiosidade que impulsionou Foucault é a mesma que me atingiu, entretanto, as palavras acima descritas falam de uma busca, de um questionamento, de um processo de transformação no pensamento e na escrita que ainda perpassam esta dissertação. Larossa (2003, 2004) me reapresentou ao ensaio como possibilidade de escrita e pensamento acadêmico, que, embora não seja um estilo muito aceito, é uma modalidade presente nos escritos de autores como Foucault.

Larossa (2003) fala sobre Adorno, que, em 1954, escreveu sobre a dificuldade de aceitação do ensaio como forma de escrita, principalmente por seu caráter impuro e livre, sendo visto como aquilo que confunde ou atravessa a “distinção entre ciência, conhecimento, objetividade e racionalidade, por um lado; e arte, imaginação, subjetividade e irracionalidade por outro” (LAROSSA, 2003, p. 106).

Considerando que essa parte é um aviso sobre a escrita da dissertação, é importante situar o leitor que o ensaio não foi uma decisão ou uma escolha proposital, mas foi se construindo ao longo da pesquisa. O encontro com Larossa (2003) permitiu assumir uma forma não linear, fragmentada e parcial de pensamento e escrita que

escapam ao enquadramento disciplinar da escrita acadêmica. O ensaísta seleciona trechos como uma frase, um acontecimento, sentimentos, paisagem ou qualquer elemento que “lhe parece expressivo e sintomático, e a isso dá uma grande expressividade” (LAROSSA, 2003, p.111).

Ao ser incorporada em uma dissertação, uma das características mais interessantes do ensaio, e também a mais contraditória, é a possibilidade de uma escrita

[...] e um pensamento em primeira pessoa ou, melhor dizendo, uma escrita e um pensamento que estabelece uma certa relação com a primeira pessoa: que diz “eu”, mesmo não dizendo “eu”, que diz “nós” mesmo que a forma que esse “nós” adota seja um de seus maiores problemas. Além disso, a primeira pessoa não está presente necessariamente como “tema”, mas como ponto de vista, como olhar, como posição discursiva, como posição pensante. O ensaísta, necessariamente, não põe a si mesmo em sua escrita, em sua linguagem ou em seu pensamento, mas, sem dúvida, tira algo de si e, acima de tudo, faz algo consigo mesmo escrevendo, pensando, ensaiando (LAROSSA, 2004, p. 36-37).

O ensaio tem como uma das características principais a exposição de si, da (trans)formação dos pensamentos e questionamentos. Pauta-se na experiência, no modo experimental do pensamento, no estranhamento de si e na crítica imanente. A escrita na primeira pessoa não fala de um “eu” como indivíduo, verdade ou totalidade, mas anuncia uma lente, um desnudamento e imersão na experiência, nos estranhamentos e sentimentos que, ao mesmo tempo que são experienciados, são expostos e colocados em questão. O ensaio aparece como uma forma de encarar a leitura, o pensamento e a escrita como lugares da experiência e do constante aprendizado.

Sem a pretensão de totalidade, de verdade ou de atemporalidade, essa modalidade de escrita reconhece o seu caráter efêmero, volta-se ao presente e se constitui no desvio, na divagação, no questionamento e na dúvida como percursos a serem explorados.

[...] o ensaísta não sabe bem o que busca, o que quer, aonde vai. Descobre tudo isso à medida que anda. Por isso, o ensaísta é aquele que ensaia, para quem o caminho e o método são propriamente o ensaio (LAROSSA, 2003, p. 112).

Ao longo da dissertação assumi também um modo de escrita, pesquisa e pensamento que foge do tradicional enquadramento do “erro”. Presente em toda a

pesquisa a “incessante problematização e reproblemáticação de si mesmo” (LAROSSA, 2004, p.32) não é um problema? Como poderia ser em outras modalidades é uma característica que reconhece a transformação de si como parte do problema e do método de um trabalho.

Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é o modo experimental do pensamento, o modo experimental de uma escrita que ainda pretende ser uma escrita pensante, pensativa, que ainda se produz como uma escrita que dá o que pensar; e o modo experimental, por último, da vida, de uma forma de vida que não renuncia a uma constante reflexão sobre si mesma, a uma permanente metamorfose (LAROSSA, 2004, p.32).

Tomada como produção de saber acadêmico, o ensaio pretende problematizar determinado modo mecânico e robotizado de escrita, mas não para impor outra verdade e arrogância, frequentes no mundo acadêmico. Trata-se de uma suspensão de juízo e de afirmação da linguagem como experiência, que permita o registro e o não julgamento das incertezas e dúvidas, propondo a criação de outros problemas.

A escrita desta dissertação é permeada de questionamentos e indagações que não necessariamente serão respondidas no decorrer do texto, mas compõem o pensamento da autora e o percurso da pesquisa. Embora a demanda inicial da pesquisadora, da pesquisa e do mundo acadêmico seja encontrar uma resposta, comunico que as ideias se repetem, destoam e, por vezes, podem parecer contraditórias. Mas proponho escrever um texto imundo, contaminado por sentimentos, experiências e desencontros.

A problematização das verdades sobre adolescência, infância, juventudes, Estado, medidas socioeducativas, gênero/sexo, masculinidades é uma das marcas deste trabalho. Ao pensar na produção do jovem em cumprimento de MSE, há uma aposta em ressaltar aspectos que sempre vi serem ignorados. Neste caso, destaco a produção das masculinidades como um importante eixo de análise que não pode ficar secundarizado em relação às demandas de classe social, raça e infância.

1.2 AVISO AO LEITOR: CONTÉM ESCRITA GENERIFICADA

A linguagem e a escrita não são neutras, mas refletem os valores e as crenças de quem as elaborou, além de trazer as suas marcas. Formulamos o pensamento através da linguagem, que constrói a escrita e é responsável por toda a comunicação humana. Na língua portuguesa, a regra gramatical estabelece que o masculino é a norma, que se refere ao humano e ao universal. A hierarquia e assimetria de gênero comparece também na linguagem, seja falada ou escrita. Visando reduzir o sexismo na escrita, alguns manuais da língua portuguesa⁷ orientam a utilização do “x”, “@” e “*” no lugar da flexão de gênero gramatical, ou sugerem a supressão do pronome e a adoção de palavras que não sejam generificadas. Alguns manuais e autoras preferem adotar o gênero feminino na escrita.

Apesar de considerar relevante a utilização de uma escrita neutra ou até mesmo uma que dê ênfase o feminino, o que motiva esta escrita é justamente ressaltar os processos de generificação da linguagem e a imposição da norma masculina.

Entretanto, a adoção da “@”, “x” ou “*” não garante uma leitura que não predomine o masculino. Somos educadas a flexionar o gênero para conseguir assimilar e interpretar o conteúdo de um texto. Com o objetivo de destacar essa contaminação machista, binária e generificada, faço uma aposta. Com a finalidade de produzir um estranhamento na leitura generificada, ao invés de uma outra norma, em alguns momentos do texto utilizarei a letra “E” no lugar dos usuais “O” e “A” e quando a letra “E” remeter ao masculino, a substituirei pela letra “I”, provocando assim um deslocamento no leitor. Com exceção as partes em que a delimitação do gênero comparece como elemento a ser analisado.

Ressalto a importância do uso de “@”, “x” “*” em substituição ao artigo masculino e feminino, assim como a adoção de regras neutras e outras que utilizam o feminino como recurso predominante. Contudo, a proposta aqui é outra. Considerando as especificidades da escrita que utiliza o “@” e o “x” e a acessibilidade

7 Manuais que orientam a utilização do X, @ ou a suprimir o artigo. Exemplo. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/mini-manual-para-uso-nao-sexista-da-lingua/> (mini manual para uso não sexista da linguagem; https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf (Manual para uso não sexista da linguagem).

de pessoas com deficiência visual, adotarei outras letras para fazer uma torção na generificação da escrita. Manterei a referência de gênero das histórias das e dos jovens. Proponho⁸ essa mudança como uma forma de causar desconforto no leitor, mas que permita a leitura do texto em programas de acessibilidade.

1.3 O INÍCIO DOS ESTRANHAMENTOS

Entre os anos 2012 e 2014 trabalhei como psicóloga da Gerência de Inclusão Social e Abordagem Familiar e Comunitária (GISAFC)⁹, setor responsável por acompanhar os egressos¹⁰ do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES)¹¹ e seus familiares. A existência desse setor é preconizada pela lei nº 12.594¹², que obriga os órgãos responsáveis por executar as MSE de regime fechado¹³, a ofertarem esse serviço.

O trabalho era realizado por meio do acompanhamento dos egressos e seus familiares, visando a superação de possíveis precariedades¹⁴, através da inserção nas políticas públicas existentes. Por isso, era necessário compreender a trajetória daqueles jovens e de seus familiares até a entrada no IASES.

Considerando que trabalhava no mesmo órgão que executava as medidas privativas de liberdade e o sentimento dos jovens em relação aos profissionais que

9 Setor público responsável pela obrigação legal de dar suporte e apoio aos egressos de medidas socioeducativas de privação de liberdade, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. No decorrer do texto, explicarei melhor sobre a Instituição e o trabalho desenvolvido.

10 Terminologia ainda em discussão, mas nesse contexto refere-se a adolescentes e jovens que cumpriram medida socioeducativa de privação de liberdade.

11 Instituição pública do Estado do Espírito Santo responsável por fomentar as políticas socioeducativas para adolescentes que infringiram a lei. Também responsável por executar as medidas privativas de liberdade.

12 Conhecida como Lei do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

13 Conforme artigo 112 do Ecriad, a MSE possui caráter pedagógico e não somente sancionatório, se constituindo por: 1. Advertência; 2. Obrigação de reparar o dano; 3. Prestação de serviços à comunidade; 4. Liberdade assistida; 5. Inserção em regime de semiliberdade; 6. Internação em estabelecimento educacional. As MSE têm caráter judicial e são aplicadas pelo Estado a adolescentes (de 12 a 18 anos incompletos) a quem se atribui autoria de ato infracional (conduta de crianças e adolescentes caracterizada como crime ou contravenção penal).

14 Utilizo precariedade aqui no sentido afirmado por Butler (2015), onde “condição precária” é utilizada para explicar sobre construção política e histórica em que populações inteiras são expostas a condições desiguais de vida, submetendo-as mais facilmente à fome, violência e morte. Esse conceito será melhor trabalhado posteriormente. Na época, acreditava nas políticas públicas como uma forma de ajudar sujeitos a superarem as condições de precariedade.

elaboram seus relatórios, buscava diferenciar o acompanhamento realizado por quem está dentro e por quem está fora da Unidade de Internação. Informava que o trabalho com os egressos não tem a finalidade de emitir qualquer documento para o sistema de justiça. Percebia que essa distinção era fundamental para estabelecer a confiança delis.

Recordo de uma conversa com A.¹⁵, a qual tive a oportunidade de ouvir sobre a sua vida antes, durante e depois da privação de liberdade. De forma intencional, tentei criar um espaço em que pudesse falar o que sentia, evitando julgamento ou certezas sobre como deveria ser ou agir. Em um dos encontros, enquanto conversávamos sobre a sua trajetória de vida, imersa na noção de que a condição socioeconômica seria a principal motivação para cometer o ato infracional, o indaguei:

- Por que você fez isso (referindo-se a traficar, roubar e aos homicídios)? Era para ter roupas de marca e coisas que seus pais não conseguiam te dar?

Esperava uma confirmação da pergunta, quase retórica, mas sua reação começou a me intrigar. Recordo-me bem da expressão de espanto e do movimento do corpo dele, que, sentado na cadeira, jogou o tronco para trás, franziu a testa e afirmou que não precisava de ter cometido qualquer ato. Falou com veemência sobre a sua mãe, que era trabalhadora, ganhava pouco, mas nunca deixava faltar nada. Recordo de ter dito sobre o videogame *Playstation*, e que tudo o que precisasse a sua mãe compraria para ele. Contou que tinha tudo e que não tinha entrado “nessa vida” por faltar algo em casa.

Surpresa com a franqueza da resposta e repensei a explicação recorrente de que os jovens se envolvem com o tráfico de drogas para buscar bens materiais. Justificativa essa, sempre relacionada à desigualdade social, à condição socioeconômica e à falta de acesso a bens materiais de muitas famílias. Entretanto, a partir dos encontros com os jovens, percebia um desejo de ser visível e valorizado conforme as conexões sociais e afetivas que teve durante a sua vida.

Foi no decorrer da conversa com A., que afirmações como “quem não respeita quem tá com uma arma na cintura?!” e “as novinhas dão moral para quem manda” anunciavam que o *status* promovido pelo tráfico de drogas, as armas e as conquistas afetivas constituíam parte de um processo para obter visibilidade no contexto em que

¹⁵ Essa conversa faz parte da memória de um encontro.

vivia. O discurso de A., assim como o de vários outros jovens do gênero masculino, frequentemente atrelava as suas atitudes e percursos de vida à expressão “tinha que ser homem”. Sem questionar o que ele entendia por “ser homem”, ouvi angustiada o seu relato.

Nesse diálogo, A. contou como iniciou no tráfico de drogas, nos roubos, furtos e até no seu último posto, enquanto “soldado”¹⁶ do tráfico. Ainda na infância, começou a usar maconha não pelo efeito da droga, mas para impressionar os amigos e as meninas. Entre 7 e 8 anos de idade, A. percebia que a melhor forma de ter respeito dos colegas e das meninas, seria comprando lanches para os traficantes e fumando maconha. Contou que estudar não era algo que traria qualquer tipo de retorno ou vantagem. Para ele, as meninas não davam “moral para os CDFs¹⁷ da sala”. Conforme A. seu interesse pela maconha – que no início nem gostava muito - surgiu com a vontade de impressionar outros colegas, as garotas.

Após aquela conversa, fui relembrando que esse não foi o primeiro nem o único adolescente que trouxe histórias que conectavam e justificavam as próprias atitudes com base em um modelo de homem a ser seguido. Entretanto, esse diálogo ecoou durante anos e disparou uma busca por respostas às inquietações produzidas nesses encontros. A constante repetição “tinha que ser homem”, vinda dos jovens, de alguma forma se conectou ao meu estranhamento pela maioria de adolescentes internados serem do gênero masculino¹⁸.

Foi no decorrer do trabalho com os jovens, ao tentar apreender com esses sujeitos como se viam no mundo, quais atravessamentos os constituíam e como foi o processo que os/as levou àquele lugar, que emergiram vários questionamentos: Por que a maioria absoluta dos adolescentes que cumprem MSE é do gênero masculino? Como ocorre a produção da subjetividade masculina nesses adolescentes e jovens? O que é ser homem? Quando se tornam homens? Por que querem tanto ser homens? Como ocorre a ruptura com os modos normativos de construção de gênero? O que a

16 Soldado é uma expressão usada para falar das pessoas armadas e de extrema confiança dos traficantes, que fazem a segurança dos locais de produção e comercialização das drogas em zonas periféricas.

17 CDF significa “cabeça de ferro”, e é uma sigla utilizada para falar de alguém que é considerado muito inteligente e/ou estudioso.

18 O relatório publicado em 2018 da Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, informou que 94% dos adolescentes e jovens privados de liberdade no Brasil são do sexo/gênero masculino.

instabilidade do gênero masculino provoca no corpo dos adolescentes negros e da periferia? Quais modos de ser homem se fazem viver e quais se deixam morrer? Por que o binarismo de gênero é tão forte, constante e corriqueiro? Como se constroem as masculinidades? Quais os custos da normalização binária? Como os enquadramentos aniquilam? Por que essas vidas são tão incômodas? Por que a violência é um recurso presente nas masculinidades?

Essas foram algumas das aflições, dúvidas e questionamentos advindos do acompanhamento psicológico com jovens passaram ou estavam em cumprimento de MSE.

Diante da problemática apresentada e de forma consoante a minha experiência acadêmica e profissional, discutirei sobre a construção das concepções gênero, masculinidades e saberes que regulamentam os corpos e produzem realidades na nossa sociedade. Utilizarei como base conceitual as discussões de Michel Foucault, Judith Butler, Philippe Ariès, Raewyn Connell como principais teóricas para trabalhar as temáticas de gênero, masculinidades, feminismo. Pretendo questionar/pensar/afirmar como o gênero – também componente da sexualidade – é tomado como estratégia de controle e exercício de poder na sociedade.

1.4 PERCURSO ACADÊMICO

A graduação em psicologia sugere que os alunos escolham, ainda na formação, os referenciais teóricos, temas centrais de estudo e definam uma área de atuação, seja saúde, educacional, clínica, social, organizacional e tantas outras. Sem conseguir me ater a uma área, meu interesse sempre foi estudar a subjetividade humana e suas construções, e por ser um tema abrangente, tive dificuldade para definir uma linha teórica ou delimitar um campo específico. Entretanto, essa visão difusa da psicologia me permitiu experimentar e participar de diferentes projetos, pesquisas, estágios e extensões.

Incomodada, busquei ter contato com diferentes linhas teóricas e temas, como violência, saúde, loucura, judicialização da vida, problemas de aprendizagem, trabalho, clínica, gestão, privação de liberdade, produção de subjetividade, entre outros. E mesmo sem a oferta formal no curso dos temas de gênero, sexualidade e

feminismo, tentava provocar discussões sobre esses assuntos, motivada principalmente pelos encontros cotidianos.

Apesar das expectativas não terem sido contempladas na graduação e formações posteriores, os questionamentos acerca dos papéis de gênero e interesse pelo feminismo faziam parte da minha vida. Como mulher, feminista, pertencente à população LGBT¹⁹ e militante dos direitos humanos, as afetações transbordavam, independente do suporte formal ou encontro tradicional com os conceitos.

A psicologia é reconhecida como um campo de conhecimento que produz e questiona os saberes dominantes relacionados à sexualidade, principalmente aqueles que patologizam determinadas condutas e modos de vida e assim estabelecem o que seja normal e anormal. Pude perceber, através do exercício de uma profissão composta majoritariamente por mulheres, que os diversos campos de trabalho da psicologia se relacionam direta ou indiretamente à violência contra a mulher, às desigualdades de gênero, assim como à população LGBT. Embora seja notório que a atuação profissional seja atravessada por demandas relacionadas à sexualidade e ao gênero, a discussão sobre esses temas ainda é negligenciada nas graduações de psicologia.

A insuficiência da discussão sobre gênero, sexualidade e população LGBT na graduação de psicologia deixa uma lacuna na formação dessa categoria. Por vezes, psicólogas, quando convidadas a se manifestarem sobre o assunto, reproduzem o discurso moralizante sobre gênero e sexualidade, comparecendo a perspectiva dominante acerca desses temas, na qual os aspectos biológicos são ressaltados, ignorando a importância das construções de gênero nas relações.

Por outro lado, ao refletirmos que a graduação oferece concepções insuficientes, omissas ou prejudiciais quanto à diversidade sexual, gênero e sexualidade, constatamos a necessidade da inclusão de psicólogos como participantes de formação continuada, antes que possam exercer a posição de formadores (BERNABÉ, CASTELLO, ROSEIRO, 2016, p. 202).

Outra lacuna da formação que comparece neste trabalho e na atuação profissional, refere-se à ausência de discussão sobre as temáticas de juventudes e privação de liberdade. Desconsiderando que esse público é frequente na atuação da

¹⁹LGBT é a sigla para de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Travestis.

psicologia, essas temáticas são pouco ou nada estudadas na graduação. A infância marginal, pobre, periférica e preta não comparece nos estudos de psicologia, que ainda têm o modelo burguês como norma. O interesse pelos estudos da infância e da adolescência é abordado, principalmente, nas disciplinas de aprendizagem e desenvolvimento humano, que ainda conferem características universais às etapas da vida (como infância e adolescência) ignorando a condição precária dessas vidas, que escapam às estratificações desses estudos.

Durante a formação e o exercício profissional, percebi que a psicologia, por vezes, se esquivou das questões relacionadas aos processos infanto-juvenis marginalizados, das discussões feministas e de gênero, de infâncias e juventudes que atreladas a modos de vida violentos, têm sua liberdade ou vida cerceadas.

1.5 PERCURSO PROFISSIONAL

Uma das maiores inquietações ao discutir sobre adolescências em cumprimento de medida socioeducativa é justamente esse discurso. Em geral a literatura reproduz: “adolescente em conflito com a lei”. Mas não estão falando sobre quem está em conflito com a lei, mas sobre quem está sob a égide e a regulação da justiça e dos estabelecimentos de controle e cerceamento da liberdade.

A minha trajetória de trabalho com as medidas socioeducativas teve início em 2010, através do concurso público, quando comecei a trabalhar nessa área. O Iases é uma autarquia pública, com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, técnica e financeira e, desde junho de 2016, está vinculada à recém-criada Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Anteriormente, era vinculada à Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS), responsável por fazer a gestão de todas as unidades prisionais do Espírito Santo.

O Iases responsável pela execução das MSEs de internação, semiliberdade e acompanhamento aos(as) egressos (as) das medidas de internação do Estado do Espírito Santo. Faz parte de sua atribuição a definição de diretrizes políticas e técnicas, assim como o fomento e orientação aos municípios para a implantação e implementação das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade (regime aberto).

Nomeada em 2011, iniciei o trabalho na UNIS²⁰, unidade responsável por atender adolescentes do sexo²¹ masculino de 12 a 16 anos. Em seguida, atuei na UNIMETRO²², a quem compete atender o público de 17 a 21²³ anos incompletos. Posteriormente fui trabalhar com adolescentes e jovens egressos das MSEs, no setor chamado de Gerência de Inclusão Social (GIS). A proposta inicial do setor era preparar e encaminhar os(as) egressos(as) ao mercado de trabalho, sendo que a orientação do Gestor, na época, era que a atuação do psicólogo fosse semelhante ao recrutamento, seleção e orientação profissional. O Sinase, recém aprovado, aborda de forma incipiente a atuação junto aos jovens após a liberação. A ausência de uma prescrição profissional, possibilitou trabalhar de outra forma com as demandas apresentadas. No acolhimento psicológico, as questões ultrapassavam a perspectiva de inclusão social como sinônimo de geração de trabalho e renda.

Posteriormente, o setor mudou de nome e de função, passando a se chamar Gerência de Inclusão Social, Abordagem Familiar e Comunitária (GISAFC). Já com o objetivo definido e visando atender às premissas legais, o foco do trabalho abrangia o aspecto anterior, mas considerava a necessidade de assistir às violações apresentadas pelos jovens que passaram parte de suas vidas privados de liberdade. O direcionamento do trabalho pela gestão ainda era a inserção no mercado de trabalho, concebida como uma forma de reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas²⁴. Nesse contexto, as conversas poderiam ser mais soltas, o foco não era avaliar o comportamento, elaborar relatórios para o Sistema de Justiça ou avaliar se estava cumprindo ou não a MSE.

Atuei com es egresses por mais de dois anos. Após um convite, fui trabalhar em outro setor, que na época era responsável por elaborar as diretrizes pedagógicas e escolares do Iases. Participei da elaboração do projeto político pedagógico institucional do Iases, assim como contribuí na elaboração de programas e projetos

20 Unidade Socioeducativa de Internação.

21 O Iases diferencia as Unidades Socioeducativas utilizando o termo "sexo".

22 Unidade Metropolitana.

23 De acordo com o ECRAD, a MSE de internação pode ser impetrada aos jovens de até 21 anos incompletos, quando são liberados compulsoriamente. Isso se deve ao fato da MSE de internação durar até 3 anos.

24 A ideia de vulnerabilidade socioeconômica a que se refere o texto, é descrito como uma situação extremamente frágil de vida a que sujeitos e/ou famílias estão submetidas, como ausência ou ameaça a direitos humanos básicos como acesso a moradia e a subsistência que deflagram uma condição extremamente vulnerável de vida.

voltados à socioeducação. Entretanto, permanecia inquieta com as questões relativas a gênero e sexualidade, mas sem possibilidades de trabalhar/problematizar o tema.

Ainda estava na Gerência Pedagógica (GEPEG) em 2014, quando o Iases foi convidado a participar de um grupo de trabalho intergestores (GTI) para discutir o fortalecimento das relações institucionais²⁵ e promoção de ações intersetoriais voltadas à população LGBT, então apoiada pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEADH). A GEPEG foi o setor designado para participar das reuniões e, em decorrência dos posicionamentos pessoais e interesse pela temática, fui designada para ser a representante do Iases nesse GTI. Logo, as discussões sobre gênero, diversidade sexual, sexualidade, feminismo, adolescência e todas as escutas dos socioeducandos e egressos foram fortalecidas e justificadas através das discussões provocadas por esse GTI.

Com o apoio da SEADH e juntamente a colegas de trabalho, elaboramos a proposta de debater esse tema através do dispositivo grupal chamado “roda de conversa”, que buscou disparar questões com os servidores do Iases. A proposta foi bem aceita pelo GT e pela coordenação da política LGBT na SEADH, que se prontificou a fazer parceria para a realização desse encontro. Ressalta-se que essa atividade foi recebida pela SEADH como uma ação de extrema importância para a promoção e a proteção dos Direitos Humanos da população LGBT no Estado do Espírito Santo. Essa iniciativa se tornou uma importante articulação para fortalecer a Gestão Pública para a implementação de políticas públicas para o segmento LGBT em todo o Estado, configurando-se como uma contribuição não somente para o Iases, mas um passo importante para o combate a uma das formas de violência e opressão presentes em toda a sociedade.

A ação teve o objetivo de sensibilizar a comunidade socioeducativa, através de exposição conceitual, conversa, debate e explicações sobre gênero e cidadania LGBT. A roda ocorreu no horário de trabalho e a diretoria da autarquia liberou os servidores para participar, contando como atividade de formação. Participaram em média 20 servidores do Iases, e cerca de 10 profissionais convidadas de outras secretarias.

25 Institucionais aqui se refere a diferentes estabelecimentos e órgãos do Estado.

Apesar da avaliação positiva do público participante, da SEADH e dos profissionais do lases envolvidos, foram realizadas apenas duas rodas de conversa, devido às mudanças na SEADH e à baixa adesão dos servidores da autarquia.

Em 2015, o setor responsável pela formação dos profissionais do lases me fez o convite para lecionar sobre Gênero e Diversidade Sexual com enfoque nos Direitos Humanos para os (as) agentes socioeducativos (as). O convite foi disparado em virtude do meu envolvimento na temática após o debate no grupo de estudos entre profissionais de nível superior do Instituto, no qual fui facilitadora.

Com o intuito de promover deslocamentos nas concepções prévias universalizantes acerca desses temas entre esses profissionais, a formação com os (as) agentes socioeducativos/as abordou explicações introdutórias sobre orientação sexual, gênero, identidade de gênero e o tema trans; o que suscitou desconforto, incômodo, não aceitação e até mesmo agressões verbais, abertamente justificadas por um pensamento normativo e calcado em crenças religiosas. Frases como: “os gays morrem porque Deus fez o homem e a mulher para ficarem juntos”, “lésbicas merecem ir para o inferno, isso não é de Deus”, “então eu posso me descobrir gay um dia?”, “cuidar da casa e dos filhos também é coisa de homem”, “homens são naturalmente mais agressivos”, “isso não é coisa de homem”, “eu, enquanto homem, jamais vou deixar a minha mulher ou a minha filha usar um banheiro que outro homem usa²⁶”, “as mulheres foram criadas por Deus para cuidar dos filhos e os homens para trabalhar” foram ditas pelos participantes. Uma mistura de medo, raiva e curiosidade tomou conta da formação, que provocou ressonâncias para além da sala de aula.

As duas formações continuadas foram ofertadas como obrigatórias e direcionadas a mais de cem agentes socioeducativos. Apesar da agressividade e insatisfação de muitos, a temática de diversidade sexual e gênero teve uma repercussão importante e foi incluída no currículo do lases como conteúdo obrigatório para a formação inicial de todos os profissionais a serem contratados pelo órgão.

Minha preocupação, entretanto, era que, dependendo de profissional que estivesse a frente, as formações poderiam exercer um papel importante na produção de conhecimento, assumindo o caráter de transformação política e social. Mas, caso contrário, poderiam ser instrumentos de propagação do discurso normativo acerca das

26 Nesse caso, a fala fazia menção às travestis e mulheres trans.

sexualidades e gêneros, que baseados em pressupostos biológicos e/ou religiosos poderiam manter as noções de normalidade e desvio.

Conforme Louro (2015), os modelos transmitidos pela educação não conferem qualquer estabilidade, e nem foi essa a proposta da formação, que foi importante para abrir a possibilidade de repensar valores que, aparentemente, estavam sedimentados.

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes (LOURO, 2016, p. 29).

A inserção dessa temática possibilita que as iniciativas locais, temporárias, difusas e descontínuas, disparem questionamentos que reverberam para além da pontualidade da intervenção, podendo alcançar outros sujeitos, relações e instituições, provocando pequenas rupturas e abrindo passagem para outros fluxos e para a produção do novo. Prontamente, nasce o objetivo desse trabalho, que iniciou com a roda de conversa e tomou outros espaços. Ao envolver, inicialmente, os profissionais que trabalham diretamente com os adolescentes e jovens em privação de liberdade, acreditava-se ser possível, por contágio, alcançar uma sensibilização dos demais trabalhadores da autarquia.

A escolha por esse programa é motivada pela proposta do Mestrado em Psicologia Institucional da UFES que possibilita uma liberdade ao pesquisador e o desenvolvimento de temáticas que propiciem a integração de demandas acadêmicas e da sociedade. Pesquisa, universidade e sociedade não devem estar afastadas. Para este programa, a psicologia deve responder a seu compromisso com a sociedade.

Como parte dos estudos sobre sexualidades, a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade (GEPs) fortaleceu a necessidade de procurar a academia como uma possibilidade de estudar determinados assuntos. As vivências no GEPs me enriqueceram como profissional, mas principalmente fortaleceram a potência de ser sapatão²⁷, permitindo perceber que esse modo de vida também é

²⁷ Sapatão, viado, *gillete*, traveco e bicha são termos utilizados para ofender lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Entretanto, partindo da premissa dos estudos *Queer*, opta-se por utilizar um termo que inicialmente remete ao subalterno como estratégia de empoderamento e questionamento às normas de sexualidade dominantes.

legítimo. As inquietações trazidas no cotidiano de trabalho foram possíveis também a partir da vivência com um grupo de bichas afeminadas e de sapatões, que acreditam na potência desse modo de vida, que, geralmente invisibilizado, deve comparecer nos nossos trabalhos e pesquisas.

A dissertação de mestrado intitulada “Ninguém nasce homem, torna-se homem. A produção dos gêneros e a precarização da vida - Problematizando as Masculinidades em Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa” surge imersa em afetações e deslocamentos provocados pelos múltiplos encontros com os jovens, as bichas, sapatões, travestis, trans, colegas de trabalho, pesquisadores, psicólogas, conselheiros, militância e tantos outros grupos e sujeitos que participaram da minha trajetória na instituição e na graduação.

1. A PESQUISA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE SABER – A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO

Sob influência das teorias evolucionistas de Darwin, emerge na França no século XIX o pensamento positivista. Com o objetivo de se opor às crenças baseadas no pensamento religioso, acredita-se na ciência como uma proposta de obter melhor funcionalidade para a sociedade, voltando-se a corrigir irregularidades, corroborando para a criação de leis baseadas em critérios tais como,

[...] regularidade, normalidade, funcionalidade, ordem, etc., no sentido de garantir a coesão de determinado projeto político, assumindo e difundindo como “natural”. É esse o cenário filosófico em que ocorreram as definições e revisões legais do século XIX, evidenciando a institucionalização e a consolidação da sociedade burguesa (SCHEINVAR, 2002, p. 85).

Esta concepção de ciência entende a pesquisa como uma forma objetiva, regular e neutra de descobrir a verdade sobre o mundo, em uma dimensão totalizante e universal. A partir de uma base teórica, elabora uma hipótese que será verificada por meio da aplicação de um conjunto prescrito de procedimentos, cuja finalidade é encontrar os dados e compará-los à hipótese inicial. Vislumbra-se a obtenção de uma verdade científica que será replicada por outros pesquisadores e pulverizada na sociedade (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005).

Com base em formalismos e rigor metodológico, que, pretende ser o mais neutro e menos subjetivo possível, almejando uma produção de saber pretensamente mais fidedigna, à medida que elimine os componentes que não são mensuráveis e controlados pela pesquisa. Esse modelo de ciência busca a uniformidade dos procedimentos. A metodologia tem como finalidade coletar os dados para posterior análise dos especialistas e, assim, servir como um meio de responder ao problema de pesquisa. Consoante a essa perspectiva, todas as etapas devem ser previamente estabelecidas, e seus procedimentos de coleta de dados devem ser testados e revisados. A adaptação e correção dos instrumentos atende à necessidade de aumentar a probabilidade de confiança e veracidade da pesquisa, bem como a de reduzir os erros na execução da metodologia (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005).

Dentro dessa lente, subjetividade e objetividade são antagônicas. A ciência é compreendida como apolítica, neutra e deve seguir uma linearidade em sua execução e pensamento, em direção a um suposto “avanço”. Descarta-se do eixo de análise a

inserção histórica e social dos saberes, da pesquisa e dos pesquisadores, inclusive como ela impacta na formulação da hipótese, na escolha metodológica e nos resultados “encontrados”. Esse modo de fazer pesquisa elenca quais os fenômenos serão observados, em um sistema homogêneo que visa controlá-los. Posterior à coleta de dados, elabora-se uma conclusão em que os resultados são reproduzidos pelos especialistas. As respostas encontradas tornam-se uma solução para os problemas estabelecidos previamente. Para o pensamento positivista, a ciência detém a verdade sobre o mundo.

A forma tradicional de fazer pesquisa procura uma verdade universal e atemporal sobre a vida e as relações que se diferencie do senso comum e constrói modelos a serem seguidos. Resta àqueles que destoam do modelo produzido o enquadramento no “erro” e, assim, serem submetidos à margem. Ao buscar uma resposta sobre os fenômenos, a ciência positivista, por meio dos discursos, cria verdades sobre infância, juventude, adolescência, gênero, saúde e a própria ciência.

Há quem busque a uniformidade dos procedimentos para compreender a realidade e atribuir o estatuto de ciência à sua investigação. No entanto, mesmo que a cientificidade possa ser pensada como uma ideia reguladora, ela não se delimita tão somente por modelos e normas a serem seguidos. Não se trata, assim, de um *a priori*, mas do que foi produzido em determinado momento histórico com toda a especificidade do processo de conhecimento (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 19).

Por vezes, destoante da intencionalidade proposta pela pesquisa, ao se furtar de fazer a análise dos elementos que a compõe, os pesquisadores, em nome da ciência, podem produzir mais morte do que vida. Entretanto, não é o objetivo desta pesquisa estabelecer outros universais, mas apenas situar que o conhecimento, a universidade, a pesquisa e os pesquisadores não estão desconectados do restante da sociedade.

Ciente de que o saber produzido e o lugar que ocupamos no mundo estão estreitamente relacionados, esta pesquisa busca romper com a proposta de ciência acima descrita, pois não é possível separar “conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção” (BARROS; PASSOS, 2009, p 17). Assim os dados não estão à espera da coleta, mas sim são produzidos e enaltecidos pela pesquisa (PASSOS; BENEVIDES, 2009). Por isso não há naturalidade nos “dados” da pesquisa, a lente do pesquisador direciona o “como pesquisar”. Logo, não há produção de saber isolada dos processos político-históricos, pois “[...] o conhecimento

científico é sempre produção de uma verdade em certas condições de observação” (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 19). Não há sujeito fora das relações de poder, dos vetores e das capturas. A ciência e os saberes são instituições²⁸, ou seja, são parciais e imbricadas nos processos históricos, sociais, econômicos e políticos.

Ao alegar que os discursos são parciais, assumo o compromisso de trazê-los à tona também como parte do problema de pesquisa, inclusive como parte do que se intitula procedimento. Consoante às afirmações de Aragão, Barros e Oliveira (2005, p. 20), o procedimento de pesquisa é,

[...] ao mesmo tempo, produção de saber, construção de metodologia, elaboração de princípios, estabelecimento de resultados e invenção/construção processual do seu caminho, abandonando certas vias e criando outras (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 20).

Por uma lente tradicional, os desvios, rupturas e mudanças da pesquisa seriam considerados “erros”, “falhas” e “inconclusões”. Essa produção acadêmica poderia ser considerada “sem valor”, “sem relevância”, “sem rigor conceitual”, em suma, um fracasso que certamente poderia levar à descredibilidade como produção de saber. Entretanto, considera-se que tais mudanças, alterações e até mesmo abandono de certos caminhos são partes fundamentais do processo de pesquisa. Ao invés de se pautar em procedimentos rígidos, o caminho percorrido acompanhou processos e questionamentos elaborados em direção a um plano comum. Destoante à concepção de “campo”, buscou-se acessar e construir um plano de pesquisa que, enquanto tal, não pressupõe o protagonismo da pesquisadora ou da pesquisa, mas sim de todos aqueles que compõem o âmbito da intervenção. Ao invés de produzir

28 Instituído, instituinte e instituição são conceitos da Análise Institucional, movimento político e teórico que teve seu início na França após a metade do século XX, sendo Lourau e Lapassade os principais autores, na época. Para Lourau (2004), “instituinte” fala acerca da “[...] contestação, a capacidade de inovação e, em geral, a prática política como “significante” da prática social. No “instituído” colocaremos não só a ordem estabelecida, os valores, modos de representação e de organização considerados normais, como igualmente os procedimentos habituais de previsão (econômica, social e política)” (LOURAU, 2004, p. 47). Instituição não se refere a estabelecimento, local ou organização, mas são “produtos históricos de uma sociedade instituinte que produzem e reproduzem as relações sociais e se instrumentalizam em estabelecimentos e/ou dispositivos (RODRIGUES; SOUZA, 1987). Apropriando-se desse jogo constitutivo entre instituído (formas) e instituinte (processo), vão analisar as situações de institucionalização quando chamados a intervir em organizações e grupos” (PASSOS; ROSSI, 2014, p. 159). Exemplos de instituição são a linguagem, a educação, a justiça e as relações de trabalho.

verdades, compete à pesquisadora acompanhar os processos e propor/colocar/realizar a/em análise das/as instituições que perpassam a pesquisa.

Tem-se associado a concepção de metodologia à utilização de estratégias formais que têm como modelo o campo das ciências naturais ou exatas. Mas o que entendemos por metodologia? A metodologia fala do como pesquisar. Mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico utilizado. Fala de uma forma de trabalhar que se relaciona com uma postura ética, no sentido de visões de mundo (ARAGÃO, BARROS E OLIVEIRA, 2005, p. 20).

Para além de definições à *priori*, o modo de fazer pesquisa realizado se pautou em uma aposta ético-política, em que a produção de conhecimento somente é possível em um plano comum, no compartilhamento coletivo. Logo, o modo de pesquisar está relacionado à dimensão ética da pesquisa que, enquanto intervenção, exige do pesquisador uma atenção ao percurso da pesquisa, em como ela vai se constituindo e se transformando.

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados (BARROS; PASSOS, 2009, p. 17).

Considerando que todos somos atravessados por relações de poder, é imprescindível analisar os elementos que compõem a pesquisa, desde a produção do “problema”, dos seus “dados”, do percurso da pesquisa e também daquela que se coloca como autora dessa história, que é a pesquisadora.

2.1 A ANÁLISE DE IMPLICAÇÕES COMO UMA FERRAMENTA DE PESQUISA

Interessa aqui destacar que esse trabalho é completamente atravessado por modelos instituídos de pesquisa, especialismos, psicologia, gênero, infância, trabalho e tantos outros componentes que comparecem nos discursos e por isso foram

analisados no decorrer da pesquisa. Os discursos, enquanto enunciadores de processos e relações sociais, políticas e econômicas devem ser trazidos à tona, como uma das dimensões da pesquisa.

Destacar o caráter de intervenção de uma pesquisa é afirmar uma escolha ético-política. Enquanto tal, requer a análise das contradições, desvios e rupturas intrínsecas à ação de pesquisar. Uma importante ferramenta utilizada para colocar em xeque as relações de poder e instituições que perpassam a pesquisa, é a análise de implicações. Elaborada a partir do campo teórico da análise institucional, a análise de implicações é criada como uma importante ferramenta de incidência micropolítica. A implicação não é descrita como um aspecto voluntarista ou pragmático do termo, pois não há quem esteja mais ou menos implicado, todos estamos. A implicação, então, consiste em “um nó de relações; não é ‘boa’ (uso voluntarista) nem ‘má’ (uso jurídico-policial)” (LOURAU, 2004, p. 190). Conforme Coimbra e Nascimento, a análise de implicação coloca em análise o lugar que ocupamos,

[...] nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas universais e eternas – seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. A análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimento até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa/intervenção de ser bem sucedida (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004, p. 3).

A análise de implicações comparece como um dispositivo necessário para a reflexão e questionamento do que foi se constituindo como pesquisa e produção de saber. Não se pauta em uma moral ou julgamento que elege um modelo a ser seguido. Para além da indagação “para quem pesquisamos?”, demanda que se coloque em xeque as instituições e processos que atravessam e constituem o plano de intervenção da pesquisa. Ela exige a indagação: Quais modos de vida estão em jogo? Essa produção escapa ao indivíduo ou a uma prática individual, não há sujeito descolado de um contexto histórico. Por isso não há “salvo conduto”, ou aqueles que detenham a verdade ou, num sentido moralista, sejam melhores ou piores do que outros, à medida que todos estamos sujeitos aos processos que nos circundam.

Tomando a análise de implicações como uma importante ferramenta de análise e produção de comum, é fundamental questionar a lente daquele “que coloca a pesquisa no papel”. Os afetos, sentimentos e experiências vão tecendo histórias e

produzindo mundos. O diário de campo/plano emerge como uma ferramenta que dá acesso a outros planos da pesquisa. As experiências, as memórias, os lugares de saber-poder, os encontros e os estabelecimentos percorridos pela pesquisadora/pesquisa intervém/produzem/constroem/acessam/constituem o plano de trabalho. Eles produzem rupturas aos modos dominantes, permitem questionar as instituições e fazem emergir outros modos de vida não somente para aqueles que tradicionalmente seriam os “objetos” da pesquisa, mas deflagra outros mundos para quem pesquisa e todos que são afetados pela pesquisa. É nesse meio do caminho, entre a pesquisa, pesquisadora, sujeitos, campo/plano, encontros, militância, juventude e trabalhadores que a pesquisa aconteceu/acetece.

Para falar do lugar que a pesquisadora ocupa no mundo, é necessário retomar algumas instituições que me compõem. Mulher cisgênera, lésbica, adulta, psicóloga, militante e branca são alguns deles que acredito ser pertinente ressaltar. Logo, ser mulher em uma sociedade machista é estar em constante contato com a violência de gênero²⁹, que, majoritariamente³⁰, é exercida por homens. Ainda que tenha estabelecido ao longo de todo o texto a crítica aos modelos, há o risco iminente, baseado no pensamento dicotômico e binário, de afirmar a existência de modelos a serem seguidos.

Durante a pesquisa, muitas vezes, acreditei que as masculinidades eram sinônimo de violência e as feminilidades, de vida. Ainda estava elegendo um modo de vida a ser seguido, na qual uma nova norma seria a saída para o problema inicialmente colocado. Operava em substituição e sobreposição ao invés de multiplicação e ruptura ao modo dominante e a lógica dos modelos. Para fazer a crítica a um modelo não é necessário assumir outro enquanto verdadeiro. Foi no encontro com os autores, colegas, pesquisadores e jovens que a lente foi ampliando.

Ao analisar o plano de forças que compõem a pesquisa, abrem-se mais campos problemáticos do que soluções. Ao acessar o plano de análise, outras realidades são criadas, em que sujeitos e objetos vão se constituindo mutuamente. Para Coimbra e Nascimento (2004), as “práticas produzem os sujeitos, os objetos, os pesquisadores e os campos de pesquisa, não havendo determinações causais de uns

29 Violência de gênero é descrita como a violência exercida a uma pessoa em decorrência do seu gênero e da suposta transgressão dele, a partir da lógica heteronormativa.

30 Fonte: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

sobre os outros. Assim sendo, teorias e práticas são sempre práticas” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004, p. 2).

A pesquisa se constituiu como uma forma de produzir problemas, de criar desassossegos. Pegando emprestado questionamentos promovidos por outros colegas: “Como nós, enquanto profissionais/pesquisadores podemos atuar subvertendo as demandas silenciadoras intrínsecas aos nossos supostos lugares de especialistas?”³¹.

O ato de pesquisar exige a atenção contínua do pesquisador, pois respaldado pelo caráter “científico”, pode-se legitimar violências. Em nome de uma “salvação” ou “cura”, impõe-se modos de vida. Fala-se em nome do outro, pelo outro. O intelectual, suposto detentor do conhecimento, sabe mais do que as crianças, os loucos, as mulheres, os jovens, os presos e os trabalhadores. A captura pelo modelo dominante é uma realidade na qual todos estamos imersos.

Embora a pesquisa fale de um caminhar anterior ao exercício profissional e à escrita da dissertação, inicialmente propus um campo/plano de análise. Este é exigido pela pesquisa acadêmica, assim como a proposição de um problema inicial, ao qual a pesquisa(dora) deve responder.

Mas, hoje vejo que, no decorrer da pesquisa, as perguntas foram mudando: como as masculinidades tóxicas vêm produzindo sujeitos e modos de vida? Inicialmente a atenção era voltada ao indivíduo e menos na produção das masculinidades.

Buscava um objeto de forma incessante, e em meio à imersão no trabalho, sobreimplicada³², não conseguia colocar em análise o que estava sendo produzido. Inclusive, sentia como se não estivesse produzindo. Além de não conseguir dar respostas às perguntas iniciais, outros questionamentos surgiam. Junto a isso, a angústia. Sem um produto ou uma solução a ser apresentada, sentia a pesquisa como fracasso. Estava buscando um novo modelo (Diário de campo, dezembro, 2017).

Gênero e masculinidades se tornaram elementos presentes no meu dia a dia. Essa imersão, por vezes, impediu que eu enxergasse o que estava vivenciando. Anos

31 Fala de uma colega de mestrado durante aula em uma das disciplinas ministradas no PPGPSI.

32 Para Coimbra e Nascimento (2007, p. 27), a sobreimplicação pode ser pensada como “a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto”.

de experiência e trabalho com jovens, colegas, psicólogos e diversas experiências pareciam não ser suficientes para discorrer sobre o assunto. A própria insistência em colocar em análise as masculinidades em jovens em cumprimento de MSE foi um desafio. As masculinidades não constituíram um problema na Universidade ou eram uma demanda do trabalho. Ele foi gerido no encontro com os jovens. Conforme Kastrup e Passos (2013, p. 270), a pesquisa cartográfica opera como uma estratégia para aumentar “o grau de abertura comunicacional intragrupos e intergrupos”, para acessar o plano comum e coletivo, possibilitando outras intervenções e novas análises.

Pesquisar, portanto, é questionar e modificar aqueles sistemas que tornam possíveis somente certas espécies de ação. Se quisermos experimentações diferentes daquelas que nossas práticas possibilitam, são outras práticas que devemos construir mergulhando no plano micropolítico, na análise da função enunciativa, para produzir novas regiões de saber (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 25-26).

Em meio aos questionamentos, segui as marcas³³ e fui repensando: os especialismos ocupam não somente a vida profissional, mas, provocada pelas histórias, reconheço que essa subjetividade especialista perfaz a história. O que ouvimos, fazemos e como fazemos interfere na vida dos outros. As experiências nos conectam e nos distanciam. O conhecimento, a escolha de uma profissão e das nossas pesquisas não são neutras. As pistas foram dando um contorno às experiências e aos encontros. Elas falam sobre corpos privatizados, controlados e deslegitimados por não estarem enquadrados em certa lógica. As múltiplas atuações foram criando interseções. O trabalho como conselheira cada vez mais próximo à militância LGBT, as formações nas temáticas de gênero e sexualidade, a imersão no mestrado e as provocações não se restringiram à pesquisa, elas expandiram. A sexualidade foi deixando o campo privado e particular para se tornar pública e política. Gênero e sexualidade extrapolam o viés particular e intimista, a produção dos saberes e a pesquisa assumem e atravessam a quem está narrando.

33 Utilizo “marcas” em referência à narrativa de Rolnik (1993, p. 241), “à medida que fui mergulhando na memória para buscar os fatos e reconstituir sua cronologia, me vi adentrando numa outra espécie de memória, uma memória do invisível feita não de fatos, mas de algo que acabei chamando de ‘marcas’”.

2.2 ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

A estratégia inicial era voltar-se ao cotidiano dos jovens em cumprimento de MSE, principalmente através da inserção em grupos temáticos que já ocorriam nas Unidades Socioeducativas de internação, semiliberdade³⁴ e demais estabelecimentos que executam MSE em meio aberto.

Anterior ao contato com os locais responsáveis por executar a MSE, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que funciona em uma plataforma online chamada Plataforma Brasil³⁵, que unificou todos os comitês de ética do Brasil. Para a submissão da pesquisa foram elaborados distintos termos de consentimento livre e esclarecido (anexos c,d,e) e roteiro de entrevista e/ou dinâmicas de grupo (anexo b).

Após as adaptações solicitadas pela CEP e posterior aprovação, a pesquisa seguiu para as demais etapas. Simultaneamente, o projeto foi submetido à autorização no estabelecimento responsável por executar as MSEs de internação e semiliberdade, que, por possuir instrução de serviço própria³⁶, faz avaliações, exigências e restrições diferentes do CEP. Posteriormente, a equipe responsável por avaliar a pesquisa solicitou uma reunião com a pesquisadora para informar acerca da necessidade de ajustes no projeto, consoante a normativa do estabelecimento. Contudo, mesmo após as adaptações e alterações necessárias, não obtive retorno do local que executa as MSEs de internação e semiliberdade.

Consoante aos desafios que perpassam a pesquisa, a mesma foi realizada em diferentes locais. Além das experiências e memórias como trabalhadora, conselheira, militante, acadêmica e pesquisadora, também foram realizados grupos com adolescentes e jovens dos gêneros feminino e masculino que cumpriam MSE em meio aberto, que estiveram cientes e concordaram em participar da pesquisa, assim como seus pais e/ou responsáveis autorizaram. A realização da pesquisa com jovens

34 As unidades de internação são divididas por sexo, regime de internação (provisória ou internação) e região (Norte, Sul, Metropolitana). As duas casas de semiliberdade estão localizadas na região Metropolitana e abrangem adolescentes e jovens do sexo masculino.

35 Desde 2015 as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas a uma base nacional e unificada de registros com plataforma online, denominada Plataforma Brasil. A qual articula e vincula os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Fonte: http://portal2.saude.gov.br/sisnep/Menu_Principal.cfm

36 Instrução de serviço nº 038-p, disponível em: <<https://iases.es.gov.br/pesquisa-academica>> (anexo F).

e adolescentes em liberdade contou com o roteiro de entrevistas semiestruturado e os grupos foram gravados, facilitando assim o registro.

Assim, o percurso da pesquisa foi heterogêneo e demarcado por encontros com os adolescentes, jovens, pesquisadores e profissionais em diversos contextos, como em eventos públicos, tais como seminários, reuniões abertas e palestras.

Independente da entrada no estabelecimento que executa as MSEs, os planos de análise são heterogêneos e não se restringem a esses locais, constituindo-se na diversidade. As interlocuções da pesquisadora culminaram em uma das possíveis estratégias de investigação.

As andanças como pesquisadora, a inserção no sistema conselhos de psicologia³⁷, a participação na militância nas áreas da infância, da juventude e feminista, a experiência de acompanhamento aos jovens em cumprimento e egressos de MSE e participação como facilitadora e palestrante em formações direcionadas à temática LGBT, psicologia, medidas socioeducativas, gênero, feminismo, infância e juventude, foram compondo outros dispositivos de análise.

Pesquisar é, ao invés de procurar verdades absolutas, ir conectando-se com a dispersão dos acontecimentos em suas múltiplas direções, cartografando os movimentos que ali se afirmam; é abrir-se para o inusitado, desviar-se, surpreender e desconhecer; é positivar as múltiplas direções que os agenciamentos – conexões – podem imprimir aos corpos; é explorar devires que se insinuam. E isso por quê? Porque podemos questionar o modificar aqueles sistemas que tornam possíveis somente certas espécies de ação (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 25).

As múltiplas experiências e acontecimentos possibilitaram acessar/construir/acompanhar/produzir os planos de interlocução e intervenção da pesquisa. Neste mapa, sujeito e objeto foram se dissolvendo e se reconstruindo, pois, “ao promover a intervenção, fazia-se emergir realidades que não estava “dadas”, à espera de uma observação” (BARROS; BARROS, 2013, p. 382). Assim, outras perguntas foram produzidas e o plano de análise foi se expandindo. O que seria um

37 O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) juntos, constituem o sistema conselhos de psicologia. Tais instâncias são dotadas de personalidade jurídica, de direito público, autonomia administrativa e financeira. Foram criadas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, cuja finalidade é regulamentar a profissão. Fonte: <https://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/>

“erro” ou “falha” foi tomado como um caminho inerente a uma proposta de acompanhar processos.

2.3 A EXPERIÊNCIA COMO UM MODO DE PESQUISA: ROMPENDO COM UM MODO DOMINANTE DE PESQUISAR.

Como anteriormente problematizado, o paradigma dominante de produção de conhecimento almeja o máximo de distanciamento possível entre pesquisador e objeto. Propõe uma compreensão de neutralidade que traz concepções de sujeito e mundo bem específicas. Esta pesquisa rompe com esse modo, o que comparece desde as estratégias de pesquisa, às visões de sujeito e, principalmente, no modo de escrita. Jorge Larossa indica como as palavras podem ajudar nesse processo,

[...] a partir da convicção de que as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos (LAROSSA, 2017, p. 16-17).

Entretanto, as palavras são uma forma de falar sobre a experiência, assim como também podem ser uma forma de experiência. Para Larossa, experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece ou o que toca” (LAROSSA, 2017, p. 18). E autor fala de uma sociedade que forja um modo de vida que pretende eliminar a experiência e substituí-la pela informação, que é o oposto da experiência. Mas ele não fala de qualquer experiência, ou de algo que poderia ser descrito. A experiência requer o não saber, o estranhamento, a suspensão do juízo, o corpo passional que permite sentir, que dá lugar à passagem e atua como uma superfície de sensibilidade. Requer interrupção, requer,

[...] pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes [...] falar o que nos

acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LAROSSA, 2017, p. 25).

Embora a experiência seja sempre daquele que fala sobre, não é algo pessoal e íntimo. E sujeito da experiência é aquele que dá passagem aos acontecimentos, às feridas, ao que se passa neli mas que não é deli, que não depende deli, que está exterior a eli, que é estranho. A isso, chama-se de princípio de exterioridade.

Um outro importante princípio que atravessa toda essa trajetória de pesquisa é o da transformação. E sujeito que permite dar passagem aos acontecimentos não fica alheio a elis, mas se transforma, é afetado, muda sua vida, seu corpo, seus sentimentos e sensações. Não é algo íntimo, mas também não é geral. É no entre a exposição, a vulnerabilidade e os encontros, os acontecimentos e os padecimentos que emerge a experiência. Esta, é singular.

A pesquisa emerge no estranhamento de a maioria dos jovens em cumprimento de MSE serem do gênero masculino. Tomada por esse mal-estar, compartilhei-o com colegas e com esses jovens. De uma forma ainda esquisita, homens e mulheres eram associados a generalizações universais, formatações estanques.

A primeira hipótese era a de que a incorporação de um modelo hegemônico de homem promovia a visibilidade a uma população violentada. Atrélava a masculinidade a uma escolha individual e não a uma produção social. Ao dissipar as hipóteses com colegas, pesquisadoris, jovens e autoris, as certezas “caiam por terra”. Tentava encontrar uma lente, uma resposta, um modo, uma verdade, estava inundada de pensamentos. Acreditava que não poderia compartilhá-los, insistia que meus sentimentos e pensamentos estavam errados. Que havia algo de errado. Assumi isso e comecei a compartilhar o que pensava. Levava isso nos diversos encontros, seja com jovens, pesquisadoris, profissionais que atuam com MSE e juventude, colegas de trabalho, psicólogos, conselheiros e assim fui construindo um caminho/trajeto/percurso que, somente em parte, coube no papel. Como um modo de pesquisa, fui trazendo trechos, pistas, conversas, dúvidas, afirmações, histórias e a experiência, que atuaram como anunciadores dos processos que participei/acessei/ouvi/senti/vivi.

A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Digamos, com Foucault, que escrevemos para transformar o que sabemos e não para

transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferentes do que vimos sendo (LAROSSA; KOHAN, 2014, p.139).

O trecho acima é a síntese do que tem sido o processo da pesquisa, das aulas, da dissertação e do mestrado como um todo. Escrever para mim é um ato de se expor, constituindo um desafio. Com frequência indago: Será que toda escrita é autobiográfica? É possível escrever sem falar da própria experiência? Reflito diariamente: Por que escrever se tornou algo tão difícil? Larrosa me permite pensar um pouco sobre esse processo da pesquisa e a relação com as minhas experiências.

A dissertação é composta por estranhamentos e deslocamentos entre o que seja “pessoal e privado” e “público e político”. Pensar, falar e escrever sobre o que está se constituindo enquanto dissertação é extremamente difícil. O processo da pesquisa tem transbordado. Por vezes, é tão doloroso que vem acompanhado de um mal-estar. O tema proposto para a pesquisa fala do meu dia a dia, das minhas experiências enquanto mulher, pesquisadora, acadêmica, lésbica, trabalhadora, psicóloga, conselheira³⁸ e tantos outros lugares que ocupo no mundo. Sinto que estou revivendo uma violência. E este é o sentimento que predomina na minha dissertação: estou revivendo e analisando violências cotidianas. Ao mesmo tempo que, talvez, a escrita exorcize certos “demônios”, ela relembra constantemente a sua existência.

A pesquisa produziu múltiplos sentimentos. Junto à pesquisa, os lugares que ocupo foram ganhando outros contornos, assim como se misturaram. As palavras não dão conta de descrever as experiências dos últimos anos.

Em meio a isso, o que fazer com o que vivemos e sentimos? Como as nossas experiências compõem com a pesquisa? Como exercitar a ruptura da falsa dicotomia entre teoria e prática? Como assumir o exercício ético sem se expor ao risco? Como os especialismos atuam em nós e nas pesquisas? Como estamos nesses lugares? Como colocar em análise isso tudo e não enlouquecer?

³⁸ Desde final de 2016 estou como Conselheira no Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo (CRP 16), mas anteriormente já fiz parte do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CRIAD) e desde o final de 2017 também estou como Conselheira no Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

A pulverização das experiências e a conversão da teoria em prática ameaçam subjetividades, saberes e modos de existência. As mudanças na forma de pensar, agir, escrever e trabalhar não são fáceis.

O mestrado veio como uma forma de tentar responder aos questionamentos que foram emergindo no dia a dia do trabalho como psicóloga. O conhecimento acadêmico é um meio de dar sentido às inquietações. Mas esse processo não é simples e vem colado às transformações da profissional, que está inserida nos mesmos espaços desde o início do mestrado, embora esteja mudando o seu posicionamento constantemente. Os questionamentos que emergem junto com a escrita me tiram do lugar, vão criando contornos e recriando sentidos à vida e aos acontecimentos.

Imersa em dúvidas e medos, reconheço a necessidade de reduzir o ritmo, de me conectar às experiências e colocá-las no papel. Muitas vezes, escondi-me (talvez ainda me esconda) na suposta neutralidade da escrita acadêmica tradicional que, atrelada à informação, nega a experiência enquanto produção de conhecimento e transformação da vida. A maioria dos espaços de trabalho exige essa suposta neutralidade. Valorizam a informação acadêmica e a reprodução de conteúdo em detrimento da produção e compartilhamento de conhecimento e experiências. Por isso, o desafio deste trabalho. Altero o texto, vou e volto nos diários de campo e nos escritos.

O trabalho como pesquisadora e psicóloga é permeado por cobranças, produtivismos e constantes negações da própria experiência. Sinto que ambos, atravessados pela figura e construção dos especialismos, impõem um tempo que não é meu. Como manter um corpo sensível, vibrátil e não ser engolida e capturada pela mesma lógica que tanto critico? Como não fazer deste trabalho somente mais uma tarefa alienada? Como não me reduzir a uma subjetividade mecanizada? Ter consciência da experiência do adoecimento é diferente de escrever sobre ela.

Com a leitura do texto da hooks³⁹ (2013), onde são feitas distinções entre conhecimento, informação e a paixão de educar, repensei os lugares profissionais que ocupo e também a minha trajetória de vida. Como o conhecimento se torna uma

³⁹ O pseudônimo bell hooks deve ser escrito em letras minúsculas conforme indicação da própria escritora, feminista interseccional, educadora e ativista chamada Gloria Jean Watkins. Ela rejeita os formatos acadêmicos tradicionais e utiliza o pseudônimo bell hooks sempre em letra minúscula.

paixão? Ou como a paixão ganha contornos com o conhecimento? E auter me ajuda a assumir essa paixão como forma possível de enfrentamento ao adoecimento, pois está presente nos espaços de trabalho, de ativismo e de lutas, de modo que “se torna um lugar dinâmico no qual as transformações nas relações sociais são concretamente realizadas e a falsa dicotomia entre o mundo externo e o mundo interno da academia desaparece” (hooks, 2013, p.119) (Diário de campo, dezembro de 2017).

Reconheço o caráter pontual e fragmentado de uma dissertação. Aliás, coerente ao meu percurso profissional e à compreensão de conhecimento, os encontros e a produção de saber fomentada pela pesquisa não cabem inteiramente no papel, mas certamente provocaram rupturas ao modo hegemônico/dominante de pensar gênero, sexo, masculinidades, feminismo, conhecimento, psicologia, adolescência, juventude e pesquisa tanto em mim, quanto naquelas que atravessaram e compuseram o percurso da pesquisa.

E, assim, os encontros e as histórias produziram acontecimentos no corpo da pesquisadora, logo, no meu corpo. Provavelmente, deixei rastros ao longo do caminho. Com o auxílio dos adolescentes, dos colegas, dos autoris e das experiências e de tantos outros e outras, vou contando um percurso de pensamento (Diário de campo, março de 2018).

2.4 “PROFESSORA, DEPOIS DE ASSISTIR A SUA AULA DÁ ATÉ VONTADE DE SE ASSUMIR, MESMO QUEM NÃO É HOMOSSEXUAL”.

Quando 2014, o setor do lases responsável pela qualificação profissional me convidou para dar duas formações sobre gênero e diversidade sexual para es agentes socioeducatives, oO setor utilizou como justificativa a necessidade de formar servidoris capazes de discutir e compreender sobre a sexualidade na adolescência, além das demandas apontadas pelis próprias jovens em privação de liberdade.

Durante as formações, a maioria das dúvidas foram relacionadas ao que frequentemente acredita-se estar restrito à esfera privada e pessoal. A aproximação com a própria vida tornava a formação interessante para uns alunes, mas desconfortável para outres.

Ao fazer algumas afirmações como: “não se nasce mulher, torna-se”, “homens não são naturalmente violentos”, “discurso de ódio produz violência”, “existe estupro

corretivo”, “existem pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer”, observei um crescente mal-estar que, algumas vezes, culminou em agressividade e hostilidade dirigidas a mim e a outros colegas. À medida que os relatos e situações do cotidiano eram discutidas, a agressividade de alguns alunos deixou tudo mais difícil. Impossível não frisar que as maiores dificuldades eram com os homens, que se declaravam heterossexuais, com filhos e casados.

Embora polêmicas, as duas formações deixaram evidente o machismo e a homofobia institucionais⁴⁰, o que provocou uma discussão incessante sobre o assunto.

Após seis formações que contemplaram profissionais de ensino superior, estava exausta. Enquanto mulher e lésbica, sofria com as constantes interpelações homofóbicas, misóginas e machistas dos alunos. Após as aulas, a sensação era de que tinha sido agredida fisicamente, tamanho era o cansaço e dor no corpo. Questionava se deveria ou não assumir a minha orientação sexual para os alunos, pois reiteradamente faziam menção a mim como heterossexual. Trabalhar com gênero e diversidade sexual também é assumir as próprias contradições e medos. Acreditava que seria deslegitimada se a minha orientação sexual, hegemonicamente vista como anormal, viesse à tona. Ser mulher e assumir o feminismo como campo político e teórico já era motivo de ataque.

Logo, apesar de gratificante, também é exaustivo facilitar discussões sobre gênero e sexualidade que questionem a produção de normalidade e anormalidade da nossa sociedade. Neste trabalho, eu tinha duas certezas. A primeira era a imprevisibilidade de cada formação e a segunda é a importância desse debate. Cada encontro era único e gerava múltiplos deslocamentos. Várias vezes essa temática foi alvo de questionamentos.

Posteriormente às formações, elaborei relatórios sobre as aulas e a necessidade de trabalhar esse tema em interseção com raça e classe. Citei frases e questionamentos dos alunos. Buscava respaldar os relatórios em normativas do Conselho Federal de Psicologia, MEC, SINASE e qualquer documentos similares.

Entretanto, parecia que nenhum dado sobre a violência contra a mulher ou a população LGBT eram suficientes. Logo, emergiam outros questionamentos: Quais

40 O machismo é a crença e/ou ação em que homens são superiores às mulheres. Ao ser incorporado às organizações, dá-se o nome de machismo institucional.

os possíveis usos dos especialismos e da legitimidade dos saberes científicos? Como é possível atrelar a produção de conhecimento, o encontro com as experiências e a paixão por ensinar?

Que formas de paixão podem nos tornar inteiros? A que paixões podemos nos render com a segurança de que iremos expandir, ao invés de diminuir, a promessa de nossas vidas? A busca do conhecimento que nos permite unir teoria e prática é uma dessas paixões. Na medida em que nós, professoras e professores, carregamos esta paixão, que tem que estar fundamentalmente enraizada num amor pelas ideias que somos capazes de inspirar, a sala de aula se torna um lugar dinâmico no qual as transformações nas relações sociais são concretamente realizadas e a falsa dicotomia entre o mundo externo e o mundo interno da academia desaparece. Isso é, sob muitos aspectos, uma coisa ameaçadora. Nada no modo como eu fui treinada como professora realmente me preparou para presenciar minhas estudantes e meus estudantes transformando-se a si próprios (hooks, 1999, p. 119).

hooks (1999), no trecho acima, me faz lembrar de quando uma aluna veio até a mim depois de uma dessas formações e disse:

- “Professora, depois de assistir a sua aula dá até vontade de se assumir, mesmo quem não é homossexual”.

A autora afirma uma perspectiva de educação em que sujeito, mundo e paixão pelo ensino não estão separados; pelo contrário, transformação e conhecimento andam juntos. Então, como não falar de sexualidade? Como não discutir sobre a produção dos gêneros?

Recordo das formas distintas com que as relações homossexuais eram tratadas pelas alunas. Quando falávamos das relações entre adolescentes do gênero feminino, ouvia com frequência: “isso é só uma fase”. Mas, ao falar dos adolescentes do gênero masculino, surgia olhares constrangidos e silêncio. Às vezes, esse silêncio era rompido com as denúncias de abusos e violência sexual entre os jovens (Diário de campo, abril de 2016).

3. LEGISLANDO SOBRE INFÂNCIAS DESIGUAIS

3.1 “A GENTE COMEÇA A FAZER OS CORRES⁴¹ COM 12 ANOS” – SOBRE INFÂNCIAS DESIGUAIS.

- “A gente começa a fazer os corres com 12 anos”.

A frase acima foi dita por dezenas de jovens que estavam em cumprimento de MSE e compareceu em vários momentos da pesquisa. Outras idades foram descritas como o “início dos corres”, variando dos 10 aos 14 anos. Para os jovens, a busca por autonomia financeira ainda na infância era/é um processo natural, não passível de questionamento. Essa demanda por ser provedor é uma realidade comum e compõe o seu cotidiano.

Dando continuidade ao diálogo:

- De onde vem a pressão para fazer “os corres”?

- Ah, de todo mundo. (vários responderam ao mesmo tempo).

Continuei:

- Todo mundo quem? Da família, colegas, escola, igreja, bairro?

- De todos os lugares. Isso tudo aí que você falou.

...

Era 2011, trabalhava como psicóloga em um CREAS⁴² da região metropolitana da Grande Vitória quando fui acionada, juntamente a uma colega Assistente Social, para realizar uma abordagem de rua de uma criança que estava trabalhando como “guardador de carros”. Puxamos assunto com F., que aos oito anos já era responsável por cuidar da irmã de cinco anos, além de cuidar das próprias coisas, o que incluía lavar roupas e cozinhar para ele e a sua irmã. Contou que, como “homem da casa” deveria levar dinheiro para a sua família (morava com a mãe e a irmã), e a forma viável para ele era vigiando os carros na rua.

...

Como será a vida? Que história eu contarei às pessoas sobre esses dois anos e dois meses fora de tudo? Elaborar planos é fácil, mas na hora da prática.

41 De acordo com os jovens, “os corres” é uma expressão que se refere a atividade relacionada ao tráfico de drogas e demais atos infracionais com a finalidade de obter recursos financeiros.

42 Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

Minha casa está a mesma, minha mãe continua nos rolos dela, às vezes tenho medo de sair daqui. Aqui eu tenho onde dormir, sei que não preciso cuidar de minha mãe. Ela não sabe se virar sozinha. Não vou responder o que eu vou fazer, eu prefiro atitudes, e o que posso prometer é que não vou esquecer e nem jogar esses sonhos, objetivos e planos no baú. Por que o tempo passou a ser tão importante para mim? O céu passou a ser o meu medido do tempo. Parece que eu voltei aos tempos primitivos, nada de tecnologia, tudo na base da esperteza, não é à toa que dizem, que a cadeia é uma das maiores escolas. Eu vivo a agonia da espera, eu estou numa espécie de inércia, e o cronômetro da vida está rodando na velocidade da luz e eu aqui fazendo origami. Eu vou precisar de um tempo para deixar de pensar e viver esse lugar a todo instante. Acabo de chegar do primeiro saidão, foi o primeiro em dois anos e dois meses. Andando na rua, automaticamente eu colocava a mão para trás. Eu não sabia seguir o tempo na rua, aqui aprendi a ter noção das horas sem relógio. Manhã, tarde e noite. De manhã é aula, de tarde, banho de sol. De resto, ler, dormir, fazer origami. Só faltam três meses. Esse “só” nunca teve tanto sentido para mim. Eu tenho medo do próximo saidão. Medo, nunca pensei que sentiria isso. Não sei como é viver na rua novamente, o barulho é grande, eu tenho medo dos carros. Hoje, pensei no que farei quando sair daqui. É estranho pensar que não viverei aqui para sempre, teve momentos que eu pensei que nunca iria embora. Acho que isso se chama martírio. Eu acordo no mesmo horário, como a mesma comida, faço as mesmas coisas há dois anos. Como vou sair daqui e correr atrás de estudos, dinheiro e organizar a vida? Eu não sei ligar um computador. Eu entrei aqui com 16, vou sair com quase 19. O mais difícil será aprender a conviver e cuidar de minha mãe de outro jeito. Eu só quero cuidar dela, eu sempre fui a mãe dela, sabe. A cada saída eu fico mais perto da minha liberdade definitiva, lógico que fico feliz, lutei por isso, mas também sinto medo e insegurança. Os agentes daqui estão apostando alto em mim, a senhora aposta alto em mim, e isso me deixa insegura. Se eu não passar no ENEM, o que eu vou fazer da vida? Hoje não tive aula, fiquei aqui e acabei pensando sobre o meu passado, desde a infância. Não gosto de chorar, é um sinal de fraqueza. Fiz esse origami vermelho para a senhora para me acalmar. Espero que goste (DINIZ, 2017, p. 86-87).

...

As legislações⁴³ brasileiras, a partir de parâmetros cronológicos, definem tratamentos distintos para cada etapa da vida. A primeira é a infância, que se inicia no nascimento e vai até os 12 anos incompletos. Dos 12 anos até os 18 anos incompletos as pessoas são consideradas adolescentes e, posteriormente, aos 18 anos, atingem a fase adulta. Os parâmetros atuais foram definidos pela Constituição Brasileira de 1988 que, ao determinar que crianças e adolescentes sejam prioridade absoluta para Estado e sociedade produz, um marco para a compreensão destas fases da vida. Conforme o art. 227:

43 A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei do Sinase e diversos outros documentos e legislações que definem parâmetros e diretrizes de diversas políticas públicas se baseiam no critério cronológico que divide etapas da vida.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Entretanto, os parâmetros legais que definem a absoluta prioridade desse público são insuficientes para garantir a efetivação dos direitos previstos. A história da juventude brasileira que está ou esteve em cumprimento de MSE evidencia o hiato entre a lei e a realidade dessa população. Com exceção da escola, este público acessa as políticas públicas pela primeira vez através de medidas judiciais, principalmente a privação e/ou restrição de liberdade⁴⁴. Deste modo, o Estado é apresentado às suas vidas por meio do aparato policial e do sistema de justiça, ao invés de medidas de proteção e garantias de direitos. Essa lacuna não ocorre por acaso e tem público específico, que são crianças, adolescentes e jovens negros, pobres e, no que tange às MSEs, são majoritariamente do gênero masculino.

No Brasil e em outros lugares do mundo, a atenção especial destinada à infância e à adolescência é historicamente recente. A perspectiva presente nas legislações que concebe a infância e adolescência como etapas universais e em desenvolvimento, advém de um processo histórico que teve seu início na idade moderna, ao estabelecerem diferenças de tratamento entre crianças e adultos.

Os estudos de Ariès (1981) apontam que não há naturalidade nas fases da vida, que os sentimentos das infâncias são heterogêneos e historicamente construídos. A diferenciação das fases da vida, ou seja, o sentimento de infância ocorre inicialmente para as classes ricas e para os meninos. A produção do sentimento de infância está atrelada à criação do sentimento de família, de classe e de gênero (ARIÈS, 1981).

Na idade média, crianças e adultos não tinham tratamentos distintos. As crianças eram consideradas “pequenos adultos”. As taxas de mortalidade nos primeiros anos de vida eram altas, o que culminava na “desconsideração” dessas crianças como parte da população. O apego ocorria após a fase de maior mortalidade. Isso não significava que elas eram “negligenciadas, abandonadas ou desprezadas” (ARIÈS, 1981, p. 99).

44 Conforme Bocco (2008), Siqueira (2011, 2016), dentre outros autores.

As pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. Isso explica algumas palavras que chocam a nossa sensibilidade moderna, como estas de Montaigne: “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero” Montaigne, *Essais*, II, 8. Apud [...] (ARIÉS, 1981, p. 22).

Na idade média, as “idades da vida” eram separadas em seis fases. A primeira fase, a infância, iniciava com o nascimento e terminava aos sete anos, “[...] e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não-falante [...]” (ARIÉS, 1981, p. 6). Depois vinha a idade *pueritia* que durava até os 14 anos. A terceira idade terminava aos 28 e era chamada de adolescência. A juventude perdurava até os 45, época em que começavam a ser valorizados na sociedade. Depois é a senectude e, por último, a velhice.

Nesse período, as crianças tinham uma função utilitarista, sendo facilmente substituídas. O infanticídio, mesmo reprovado, era uma prática comum e destinava-se às crianças que não se adequavam às expectativas dos pais e da sociedade, principalmente as mais frágeis, menos fortes e saudáveis. Com sete anos, ao não precisar dos cuidados da mãe ou da ama⁴⁵, eram inseridas no mundo adulto, com ofícios e responsabilidades (ARIÉS, 1981).

A iconografia e as artes do século XIV perceberam particularidades e um caráter poético nas crianças pequenas. Mas, foi no século XVI, que os meninos das classes mais ricas passaram a ter vestimentas diferentes dos adultos. Para aquele período histórico, isso foi extremamente relevante, apontando para a manifestação de um novo sentimento de infância. As crianças passaram a ter a função de divertir os adultos.

O primeiro sentimento da infância – caracterizado por “paparicação” – surgiu no meio familiar, na companhia das crianças pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas do século XVII, preocupados com a disciplina e racionalidade dos costumes (ARIÉS, 1981, p. 104-105).

⁴⁵ Ama de leite é a mulher que alimenta e cuida dos filhos de outras mulheres. Poderiam ser remuneradas ou eram mulheres escravizadas.

Esse mesmo sentimento de “paparicação”, presente desde as camadas mais ricas até as mais pobres, culminou na separação de crianças e adultos em alguns ambientes, para impedir que fossem “mimadas e se tornassem mal-educadas” (ARIÉS, 1981, p.103). O autor afirma que moralistas, religiosos e educadores foram os responsáveis por produzir um outro sentimento de infância, cuja preocupação voltava-se para a moral, a disciplina e a educação. Os novos sentimentos produziram a noção da infância como uma fase em que os sujeitos estão inacabados e incompletos.

Destaca-se que a criação do sentimento de infância sempre foi diferente para meninos e meninas. A educação era destinada aos meninos e, através das roupas, distinguia-se a fase adulta da infantil. O mesmo não ocorria com as meninas, que vestiam roupas semelhantes às mulheres adultas, fazendo com que fossem tratadas como tal. Contudo, a distinção de roupas restringia-se à nobreza e à burguesia. Nas classes populares, crianças e adultos vestiam as mesmas roupas.

É curioso notar também que a preocupação em distinguir a criança se tenha limitado principalmente aos meninos: as meninas só foram distinguidas pelas mangas falsas abandonadas no século XVIII, como se a infância separasse menos as meninas dos adultos do que os meninos! A indicação fornecida pelo traje confirma os outros testemunhos da história dos costumes: os meninos foram as primeiras crianças especializadas. Eles começaram a frequentar em massa os colégios já no fim do século XVI e início do XVII. O ensino das meninas começou apenas na época de Fénelon e de Mme de Maintenon, e só se desenvolveu tarde e lentamente. Sem uma escolaridade própria, as meninas eram muito cedo confundidas com as mulheres, como outrora os meninos eram confundidos com os homens, e ninguém pensava em tornar visível através do traje uma distinção que começava a existir concretamente para os meninos, mas que ainda continuava inútil no caso das meninas (ARIÉS, 1981, p.39).

O surgimento do sentimento da infância como categoria social está atrelado às mudanças das funções sociais dos sujeitos e das famílias. Com o surgimento da burguesia, a família passa a ter a função de passar costumes, valores, moralidade e espiritualidade. No século XVIII, aumenta a preocupação com a higiene e a perpetuação da vida. Inicialmente para a burguesia e, nos séculos posteriores, para o restante da população, mas como mão de obra. Inclusive as crianças pobres eram uma importante mão de obra no trabalho das indústrias.

Após o sentimento de infância como “seres inacabados”, as crianças passam a ser objeto da educação pelo Estado e cuidadas pelas mães, que devem se ater à

família e à vida doméstica. Ariès (1981, p. 195) afirma a existência de uma “relação entre sentimento de família e o sentimento de classe”.

Foram as diferentes condições sociais, econômicas e históricas que produziram os distintos sentimentos e tratamentos dados às infâncias. Destaca-se o gênero como um importante fator a ser considerado, à medida que “o sentimento de infância beneficiou primeiro os meninos” (ARIÈS, 1981, p. 41). O autor enaltece como os aspectos relacionados à idade e ao sexo foram ignorados pela sociedade.

Por que, a fim de distinguir o menino dos homens, se assimilava o primeiro às meninas, que não eram distinguidas das mulheres? Por que esse costume, tão novo e tão surpreendente numa sociedade em que se entrava cedo na vida, durou quase até nossos dias, ou ao menos até o início deste século, apesar das transformações dos costumes e do prolongamento do período da infância? Tocamos aqui no campo ainda inexplorado da consciência que uma sociedade toma de seu comportamento com relação à idade e ao sexo: até hoje, só se estudou sua consciência de classe (ARIÈS, 1981, p.39).

Portanto, não há um sentimento de infância único ou uma natureza que diferencia sujeitos, uma vez que as diferentes idades da vida “não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas às funções sociais” (ARIÈS, 1981, p.9).

As legislações brasileiras e as teorias psicológicas de desenvolvimento, ao afirmarem a existência de um modelo de infância e adolescência homogêneo e universal, desconsideram o caráter histórico dessas concepções. Modos de viver e pensar pertencentes às classes dominantes construíram o modelo atual de infância e adolescência na qual “eles são vistos como serem em formação, em crescimento, em desenvolvimento” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 8). Para o princípio desenvolvimentista,

[..] a adolescência surge como um objeto exacerbado por uma série de atributos psicologizantes e mesmo biologizantes. Práticas baseadas nos conhecimentos da medicina e da biologia, em especial, vêm afirmando, por exemplo, que determinadas mudanças hormonais, glandulares, corporais e físicas pertencentes a essa fase seriam responsáveis por algumas características psicológico-existenciais próprias do adolescente. Tais características passam a ser percebidas como uma essência, em que “qualidades” e “defeitos” como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos do ser adolescente, constituindo uma “identidade adolescente” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4).

Essa perspectiva pauta-se na crença da constituição biológica, que possui características específicas, como principal forma de distinguir as fases da vida. Com isso, elas passam a ser descritas como etapas de desenvolvimento, supostamente inerente e semelhante a todos os humanos. A razão e a consciência, adquiridas com o término do desenvolvimento, tornam-se as formas ideais de apreensão do mundo. Assim, se estabelece que o desenvolvimento humano possui fases homogêneas, formadas pela infância, adolescência e fase adulta. Esse pensamento designa a fase adulta como a mais desenvolvida e o objetivo a ser alcançado.

Essa lógica ignora o processo histórico e múltiplo da construção das variadas infâncias e adolescências, e elege um modelo universal e homogêneo que se constitui como norma. A psicologia do desenvolvimento, então, ao definir atributos específicos para cada fase, produz “sujeitos normais e anormais de acordo com o seu grau de aproximação às normas estabelecidas para cada período”. Assim, a adolescência do século XX se estabelece como “um objeto natural com características e atributos psicológicos bem demarcados” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4).

Portanto, as legislações que pautam diferenças sobre as fases da vida a partir de critérios cronológicos anunciam um conceito específico para cada fase, ou seja, demarcam modos de viver e pensar sobre crianças e adolescentes.

Como alternativa à institucionalização da infância e adolescência, opta-se neste texto, por utilizar o termo juventude que, ao fugir das definições estanques e pré-definidas, possibilita pensar em formas de ser e estar que não são adultas, adolescentes ou infantis.

Refiro-me à juventude como potência de vida que não cede ao mundo adulto pois possui algo que resgata incessantemente da indiferença, opacidade e racionalidade dessa categoria supostamente madura. Contagiar-se e impregnar-se com uma força que reaja sempre diante da injustiça, que se entristeça com a desgraça humana e que não possa se calar diante do sofrimento de grande parte de população mundial (BOCCO, 2009, p. 59).

Independente dos marcos legais, as infâncias, adolescências e juventudes são produções que variam conforme o gênero, a classe social, a cultura e o contexto sócio-histórico. A infância como uma fase que requer dependência, cuidado, proteção, prioridade e incapaz de cuidar de si, não foi/é vivenciada pelos jovens em cumprimento de MSE. Nos seus relatos comparecem outros sentimentos de infância. Às garotas exige-se a função de cuidado do ambiente doméstico e da família. Aos

garotos, atrela-se à função e/ou cobrança para ser provedor, seja de si, seja da família. A concepção de infância e adolescência como alvo de proteção e garantia de direitos não chega/chegou até esse público.

3.2 AS LEGISLAÇÕES DA INFÂNCIA - A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE (ENCARCERAMENTO) COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DOS CORPOS IRREGULARES.

De acordo com Bulcão (2002), na época do Brasil imperial não havia diferenças de aplicação de penas para crianças e adultos. No início do século XIX, as legislações relativas à infância "(...) giraram em torno do recolhimento de crianças órfãs e expostas marcadas pela ideologia cristã; elas incentivavam as iniciativas privadas, de cunho religioso e caritativo, que pudessem abrigar e manter as crianças abandonadas por um motivo ou outro" (BULCÃO, 2002, p. 62). Nesta época, governo e caridade construíram uma aliança, na qual o primeiro financiava as entidades religiosas nas ações de recolhimento e abrigo de crianças abandonadas.

Foi somente em 1830, com a primeira Lei Penal do Império, que a idade passou a diferenciar a aplicação da pena. Os menores de 14 anos não possuíam responsabilidade penal, com exceção às situações em que o Juiz considerasse "que estes agissem com discernimento" (BULCÃO, 2002, p. 63), podendo então ser recolhidos em Casas de Correção até completarem 17 anos. Desde 1830, estava prevista a existência dessas Casas, que só foram construídas no final do século XIX. Até lá, menores e maiores de idade cumpriam as suas penas no mesmo local.

No final de século XIX na Europa, emergiram teorias racistas e eugênicas que condenavam as misturas raciais, por entender que elas eram causadoras de muitos males físicos e morais. Neste mesmo período, o Brasil vivia a emergência do capitalismo industrial, a abolição da escravatura e a entrada de imigrantes no país, provocando um inchaço dos trabalhadores (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

No processo de industrialização, "os menores" passaram a ser vistos como potencial mão de obra, em que a manutenção da vida, a organização do corpo e da saúde passam a fazer parte de um projeto de sociedade. A criminalização do trabalho infantil surge em meados do século XX. Entretanto, destinava-se a garantir esse direito à qualificação profissional através dos estudos aos grupos privilegiados economicamente.

As elites passam a se preocupar não somente com os atos cometidos pelo sujeito, mas com a possibilidade de vir a cometê-lo em um futuro (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008). Nesse contexto, começaram a surgir incentivos para a educação e a produção de um modelo de conduta para o trabalhador. Com a finalidade de obter regularidade e controle sobre o que poderia vir a ser, a vigilância e as práticas de prevenção tornam-se modos de operar, em que os indivíduos são analisados no nível das suas virtualidades, quando passam a ser encarados como um risco em potencial e não pelos atos em si.

É nesse contexto, onde a preocupação é a vigilância do que pode vir a ser perigoso, que ganha força a preocupação com a prevenção. A associação das práticas preventivistas com as ideias difundidas pela periculosidade era inevitável. E a criança como futuro homem de bem, como futuro cidadão, torna-se foco das intervenções de médicos, educadores, moralistas e juristas (BULCÃO, 2002, p. 66).

Em 1927, foi lançado no Brasil o “Código de Melo Mattos”, sendo o primeiro código destinado às crianças e aos adolescentes que estavam em “situação irregular”, que consistia na ausência ou abandono familiar, sob perigo, infratora ou em condições morais e materiais de extrema vulnerabilidade. O termo “menor” era utilizado para se referir às crianças e aos adolescentes que estavam nessa condição considerada “irregular”, ou seja, pobres, negros, “delinquentes” e “abandonados”. Scheinvar (2002) afirma que:

O discurso da repressão está sempre presente no terrorismo com que são referidos os jovens de maneira geral, sobretudo os pobres, e na prática institucional e violenta e exploradora, justificada pela necessidade de sua correção. O crime sempre aparece como componente da vida dos pobres e, sob este argumento, as leis se pautam no discurso da “prevenção”, colocando-se como uma forma de ampará-los (apoiando-se nas receitas higienistas que são disseminadas com enorme penetração) e fazendo de suas vidas um potencial crime. As leis, as normas não visam apenas punir os acontecimentos definidos como irregulares, mas também conter as possibilidades de que eles ocorram (SCHEINVAR, 2002, p. 91-92).

Sob a justificativa de prevenção e com a preocupação de um “vir a ser” criminoso, os “menores” considerados em “situação irregular” eram enviados aos estabelecimentos de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, a fim de que cessasse a situação de “irregularidade”. Após mais de 300 anos de escravidão, a parcela pobre, negra, abandonada tornou-se objeto de medidas judiciais, ou seja,

encarceramento. Aqueles que estavam de acordo com a norma dominante não eram considerados “irregulares”, logo não eram objeto do Código de Melo Mattos.

Permeado por um saber que se constitui a partir da criação de um modelo, o Estado, sob a justificativa de prevenir a periculosidade, atua de forma racista, criminalizando a pobreza, elegendo quais famílias são capazes de gerir a própria vida, assumindo o controle e a tutela dos “menores”. O Estado assume o lugar daquele que destitui a guarda dos pais pobres. Ao invés de atuar provendo condições, ele pune aqueles que considera “desordeiros”.

Além do Estado entender como sua responsabilidade apenas os casos das famílias que não tem condições básicas de sobrevivência, a forma de assumi-la não é através do apoio para que estas se mantenham como uma organização interna, mas desvinculando pais e filhos, sob uma lógica punitiva que homogeneiza os considerados “desordeiros” e os pobres (SCHEINVAR, 2002, p. 96).

Ancorada na produção de verdades científicas que afirmam a existência de condutas corretas e legítimas, emerge a noção de periculosidade. Legitimados pelos saberes médico-jurídicos, crianças e adolescentes eram considerados irregulares, restando a privação em estabelecimentos de controle, correção e disciplinarização.

No período da Ditadura Militar, instaurado em 1964, o Estado Brasileiro torna-se interventor e responsável pela suposta assistência e proteção à infância pobre e desviante. São criados programas para os “menores”, vinculados ao Governo Federal. Neste período são aprovadas a Lei 4.513/64, que estabelece a Política Nacional do Bem Estar do Menor PNBEM – (BRASIL, 1969), e a Lei 6.697/79, denominada de Código de Menores (Brasil, 1979). A Ditadura Militar dá continuidade à ideia de “situação irregular”. Em um país cuja história é escravagista, os destinatários das normas e regras desse código eram enquadrados na lógica de “patologia social”, conforme é possível verificar no art. 2º do Código de 1979, que considerava em situação irregular a criança ou o adolescente que:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou

responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal.

3.3 A INVENÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS OU A MANUTENÇÃO DA INFÂNCIA IRREGULAR? DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À CRIAÇÃO DO SINASE.

O resgate histórico dos marcos legais e políticas direcionadas à infância e juventude brasileira nos permite repensar os atuais usos e concepções das políticas públicas direcionadas a essa população. Nos interessa aqui discutir e questionar as desigualdades desse público, sobretudo daquele que recebe as MSEs.

Antes da promulgação da Constituição de 1988, os movimentos sociais pela infância brasileira se opunham aos estabelecimentos pautados na doutrina da “situação irregular”, que estigmatizavam e marginalizavam uma parcela da sociedade que fora historicamente alijada. Tratadas como objeto do Estado, estavam sujeitas à sua intervenção e controle, conforme previsão legal.

Com a finalidade de retirar a população infanto-juvenil da condição de irregularidade para torna-los sujeitos de direitos, o artigo 227 da Constituição Brasileira introduziu os conteúdos referentes à Doutrina de Proteção Integral. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad), Lei 8.069/90, ocorrida em 13 de julho de 1990, materializou a luta de vários setores da sociedade brasileira. Este novo documento buscou alterar significativamente as possibilidades de uma intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e adolescentes no Brasil. O Ecriad pauta várias políticas públicas destinadas à população infanto-juvenil. Seus pressupostos apontam transformações no que vem a ser definido como infância, adolescência e juventude. A substituição da terminologia “menor” por “criança e adolescente” indica mudanças de visões sobre esse mesmo grupo etário.

Embora o Ecriad tenha a finalidade de garantir direitos e possibilitar o acesso à cidadania de uma parcela da população submetida à condição de precariedade, tal documento afirma a existência de uma universalidade dessas fases da vida. Fundamenta-se em pressupostos científicos consoantes ao modelo dominante na qual crianças e adolescentes são fases estanques, entendidas como incompletas, em desenvolvimento e por isso devem ser alvo de proteção e garantia da família, sociedade e Estado (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

As bases legais do que vem a ser chamado de socioeducação foram lançadas com o Ecriad, o qual prevê a garantia e proteção dos direitos de crianças e adolescentes e a sua responsabilização caso cometam um ato infracional. Entretanto, as orientações pedagógicas, estruturais do atendimento socioeducativo foram publicadas somente em 2006, através de uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Somente em 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi formalmente criado, por meio da lei nº 12.594, que incorporou grande parte da resolução de 2006 do Conanda.

De acordo com o Ecriad, se uma criança cometer um ato infracional, ela e sua família deverão ser encaminhadas a serviços de proteção e garantia de direitos. A responsabilização pelo ato é restrita aos adolescentes a partir de 12 anos até os 18 anos incompletos. Neste caso, a autoridade responsável deverá aplicar medida socioeducativa considerando a capacidade do adolescente de cumpri-la, avaliando as circunstâncias e a gravidade da infração. Comprovada a autoria de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar aos adolescentes as seguintes medidas: 1. Advertência; 2. Obrigação de reparar o dano; 3. Prestação de serviços à comunidade; 4. Liberdade assistida; 5. Inserção em regime de semiliberdade; 6. Internação em estabelecimento educacional.

As medidas socioeducativas, conforme o Ecriad e o Sinase, devem ter caráter pedagógico e não somente punitivo. São reavaliadas em um período máximo de seis meses por uma equipe de profissionais especialistas, tais como psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e bacharel em direito. A MSE pode ser cumprida até os 21 anos incompletos, quando será compulsoriamente extinta. Sendo a medida de internação aplicada em último recurso, condicionada à avaliação do adolescente e restrita a situações específicas, em que o ato infracional foi mediante grave ameaça ou violência à pessoa, reiteradas infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Conforme preconizado nas legislações, os estabelecimentos municipais e estaduais responsáveis pela execução das MSEs em regime de liberdade, semiliberdade e internação devem atuar de forma integrada a políticas e serviços públicos, visando trabalhar a responsabilidade daquele que praticou o ato, juntamente à família e à comunidade. A lei do Sinase estabelece em seu art. 1º § 2:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012).

A execução das atividades com os (as) socioeducandos(as), principalmente aquelas que devem ser desenvolvidas juntamente com o aparato familiar e comunitário, requerem a participação ativa de diversas políticas públicas, estabelecimentos, organizações e uma ampla variedade de profissionais.

Entretanto, o que se observa no cenário nacional, são jovens, negros, pobres, periféricos e do gênero masculino sendo submetidos à privação de liberdade ou seja, o encarceramento daqueles que ainda são enquadrados na condição de “irregularidade”, ao não estarem enquadrados no modo de vida dominante e por terem seus direitos violados pelos Estado e Sociedade.

4. ESPECIALISMOS NA MSE – A PRIVAÇÃO/RESTRIÇÃO DA LIBERDADE COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DOS CORPOS IRREGULARES.

4.1 OS SABERES A SERVIÇO DO CONTROLE DOS CORPOS – UMA ALIANÇA ENTRE O ESTADO, O SISTEMA DE JUSTIÇA E OS ESPECIALISMOS.

- “A gente é avaliado o tempo todo”.

A frase acima foi dita por vários jovens no decorrer da pesquisa. Entrar em contato com eles como pesquisadora permitiu ouvir histórias, opiniões e versões de si que dificilmente eram expressas quando estava na função de psicóloga ou “técnica”⁴⁶.

A presença dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos jovens era/é vista como vigilância constante. O receio de serem punidos por suas opiniões, suas preferências e modo de ser comparecem nos relatos. De acordo com os jovens, a punição poderia vir de várias formas, desde a dificuldade de passar de fases dentro do programa de atendimento, restrição a direitos e benefícios, podendo culminar na avaliação negativa do seu comportamento. Tal avaliação seria descrita em um relatório a ser encaminhado ao Sistema de Justiça que é responsável por definir o seu futuro.

Nas audiências, o juiz considera o relatório como peça-chave para a permanência da menina na unidade. Relatórios ruins são aqueles com muitas faltas disciplinares e passagens pelo PD⁴⁷. As meninas sabem que uma medida disciplinar “desce para o relatório”. Relatórios bons são aqueles que descrevem o rendimento escolar, a tranquilidade da institucionalização, a mudança nos modos de conviver no módulo e com as agentes. Um bom relatório é o primeiro passo para os benefícios: o saidão nos feriados, aniversários ou no final de semana. Se a menina não retornar dos saidões, é porque pinou da unidade (DINIZ, 2017, p. 58).

Os jovens relatavam ser avaliados, julgados e punidos não pelo ato infracional, mas por seu histórico, conduta e modo de vida, que poderia estar em desacordo com os modelos e normas definidos pelos profissionais, estabelecimento e Sistema de Justiça.

46 Equipe técnica refere-se ao conjunto de profissionais que acompanham os jovens em cumprimento de MSE. É comum eles e seus familiares se referirem aos profissionais, tais como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e assistentes jurídicos como “técnicos”.

47 “PD: pavilhão disciplinar, barracos para adaptação, castigo ou para isolamento de meninas que não convivem com o grupo” (DINIZ, 2017, p. 44)

Nos locais responsáveis por executar as MSEs, a atuação da psicologia e de outros saberes volta-se para a vida do indivíduo que, tomado como totalidade, é avaliado não somente pelo ato cometido, mas ao que, supostamente, relaciona-se à conduta infracional. A MSE torna-se um meio de moldar os corpos, conforme os valores e modelos de vida definidos pelos especialismos, Estado e Sistema de Justiça. O trabalho então é direcionado para o controle dos corpos e elaboração de documentos comprobatórios, que exigem metas a serem cumpridas pelos jovens relacionadas à escolarização, profissionalização, vida familiar, entre outros.

O relatório é um instrumento de escrita disciplinar típico de instituições totalizantes. As autoridades do relatório são os especialistas psicossociais e os agentes de segurança – com jargões particulares, os dois grupos descrevem o processo de institucionalização das meninas em Santa Maria. Para uns, importa falar da visita das famílias ou do rendimento escolar; para outros, da obediência à rotina de confere, escola, corre, banho de sol, barraco. Institucionalizar-se é acomodar-se às regras da casa, é não apresentar faltas disciplinares, é alterar trejeitos e modos de falar. As meninas se referem ao relatório como “meu relatório” e anseiam por conhece-lo antes de ser encaminhado ao juiz (DINIZ, 2017, p. 58).

Baseado na lógica burguesa, na criminalização da pobreza, na institucionalização de modelos de infância e adolescência, família, gênero e imerso na lógica racista e meritocrática, elaboram-se metodologias de trabalho que submetem os jovens a determinados enquadramentos e modelos de vida, ignorando a condição de precariedade a que essa população de jovens brasileiros foi e ainda é submetida.

As legislações (Lei do Sinase e do Ecriad) determinam a existência de instrumentos de trabalho que avalie a gestão das MSEs e dos jovens que as cumprem. Embora seja determinado por lei, comparece, em todo o território nacional, uma escassez de informações sobre a gestão do Estado na execução das medidas. Somente em 2017 foi publicada uma portaria regulamentando um sistema nacional de avaliação e acompanhamento do atendimento socioeducativo⁴⁸, responsável por verificar as metas estabelecidas e fazer recomendações aos gestores e operadores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Entretanto, no que tange à avaliação individual dos jovens, os instrumentos

48 Portaria nº 11 de 20 de fevereiro de 2017, publicada em 01/03/2017. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/noticias-2017/Portaria11SINASEMinistriodosDireitosHumanos.pdf>

que tratam de suas vidas são indispensáveis para o Sistema de Justiça, principalmente para definir sobre a privação, restrição, progressão e/ou extinção de MSE. Dentre os instrumentos, destaca-se o relatório avaliativo e o plano individual de atendimento (PIA). Conforme a lei 12.594,

Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente (BRASIL, lei 12.594).

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal. (BRASIL, lei 12.594)

Art. 58. Por ocasião da reavaliação da medida, é obrigatória a apresentação pela direção do programa de atendimento de relatório da equipe técnica sobre a evolução do adolescente no cumprimento do plano individual (BRASIL, lei 12.594).

Neste contexto, atribui-se aos especialistas o título de técnicos, referindo-se aos profissionais das áreas de psicologia, serviço social, direito e pedagogia, que são os responsáveis pela elaboração dos instrumentos de avaliação dos jovens. O trabalho com os jovens pauta-se em facilitar o cumprimento de regras e condutas previamente definidas, estabelecidas pelos locais de execução da MSE em conjunto com o Sistema de Justiça. Estes órgãos são os responsáveis por avaliar acerca da continuidade da privação e ou restrição à liberdade, bem como a regressão ou progressão de uma determinada medida.

Logo, a fala dos jovens sobre a constante vigilância e avaliação não é somente um sentimento, mas uma prerrogativa legal do trabalho com as MSEs.

A partir dos relatos dos jovens, encontros com demais pesquisadores e profissionais de vários estados, observa-se que o cumprimento das regras estabelecidas por Sistema de Justiça e Estado, supostamente, facilita a obtenção da liberdade. Entretanto, aqueles que não se assemelham ou se adequam aos modelos de sujeito e de vida instituídos (docilizado, branco, escolarizado), sofrem os efeitos do controle e do encarceramento de outra forma.

Nesse contexto, os especialismos são úteis ao Estado para avaliar virtualidades, elencar quais modos de vida são legítimos, criminalizar e patologizar as vidas consideradas anormais. A psicologia torna-se útil e relevante ao corroborar com

a individualização, criminalização e culpabilização dos jovens. Restringe-se a atuação profissional, a avaliação de sujeitos e à elaboração de documentos comprobatórios, em que a principal demanda de trabalho é um exercício profissional prescritivo e pautado na judicialização da vida.

A judicialização das relações tem a sua potência não na capacidade de transformar o mundo, de atender as demandas, de corrigir condutas, mas de coagir o sentido inventivo das relações que, obedientes, encaminham-se para os tribunais em suas diversas formas: juizados, ministério público, conselhos tutelares, centros de referência de assistência social, escolas, centros de saúde, entre outros. Todos agindo com base em leis que pautam as práticas e ameaçam por qualquer desvio. As formas espontâneas de agir, as produções subjetivas que nos constituem, vão sendo moldadas por leis que coagem o pensamento, a invenção, a singularidade possível na vida e tornam invisíveis as práticas que criam jurisprudência (SCHEINVAR, LEMOS, 2012, p. 81).

A demanda do Estado e do Judiciário é por um trabalho voltado para a elaboração de documentos altamente especializados que expliquem, controlem e continuem encarcerando as infâncias pobres, pretas e do gênero masculino, ou seja, as infâncias irregulares. A infração, dentro dessa lógica, é considerada um desvio, uma falha individual a ser “consertada” pelos especialismos.

A partir da manifestação dos especialistas acerca do comportamento e atitudes dos jovens durante o cumprimento da MSE, compete ao Juiz avaliar sobre o futuro daquela vida. Neste sistema, após a sentença decretada, utiliza-se e valoriza-se a psicologia como uma forma de adestrar, avaliar e enquadrar sujeitos. Estado e Justiça se aliam e exigem uma atuação profissional calcada na normalização e docilização dos corpos irregulares e degenerados. Entretanto, essa forma de controle e governo dos corpos e das populações é historicamente forjado.

4.2 INQUÉRITO E EXAME – SUJEITO E PERICULOSIDADE

A relação de poder do Estado com os especialismos (à qual incluem os saberes jurídicos) foi forjada em processos históricos que emergiram na Europa Ocidental em meados do século XVIII, principalmente na França e na Inglaterra.

Nesta época, a Monarquia Francesa era dotada de um forte aparelho de Estado que se apoiava em dois instrumentos, o judiciário clássico e a polícia. Esta última surge nessa época como um instrumento para-judiciário (FOUCAULT, 2003).

A polícia passa a exercer funções cujos aspectos se assemelhavam a *lettres-de-cachet*, que

[...]não era uma lei ou decreto, mas uma ordem do rei que concernia a uma pessoa, individualmente, obrigando-a a fazer alguma coisa. Podia-se até mesmo obrigar alguém a se casar pela *lettre-de-cachet*. Na maioria das vezes, porém, ela era um instrumento de punição (FOUCAULT, 2003, p. 95).

As *lettres-de-cachet*, quando eram exercidas pelos reis, destinavam-se a punir condutas consideradas imorais – adultério, sodomia, devassidão, bebedeira -; perigosas e dissidentes pelo viés religioso, como feiticeiros, que passaram a ser presos ao invés de queimados nas fogueiras. Contudo, a punição só era efetivada após a averiguação do pedido, se era justificável ou não, a qual era realizada a partir de um inquérito.

Em meados do século XVIII, conforme Foucault (2003), a *lettre-de-cachet* é incorporada pela polícia e utilizada com o propósito de correção de condutas tanto no âmbito moral quanto nos conflitos do trabalho. Foi assim na primeira greve que ocorreu em 1724, na França, quando foi decretada a prisão⁴⁹ a um grupo de operários. Sem previsão do tempo de prisão, a liberação dos grevistas foi condicionada à correção da conduta, que era vista como inadequada por aqueles que tinham o poder de prender. É através dessas práticas que a penalidade e a prisão se originam como estratégias de poder cuja finalidade destina-se a corrigir condutas indesejadas e a não responder a uma infração cometida.

Aparece também a ideia de uma penalidade que tem por função não ser uma resposta a uma infração, mas corrigir os indivíduos ao nível dos seus comportamentos, de suas atitudes, de suas disposições, do perigo que apresentam, das virtualidades possíveis. Essa forma de penalidade aplicada às virtualidades dos indivíduos, de penalidade que procura corrigi-los pela reclusão e pelo internamento não pertence, na verdade, ao universo do Direito, não nasce da teoria jurídica do crime, não é derivada dos grandes reformadores como Beccaria. Essa ideia de uma penalidade que procura corrigir aprisionando é uma ideia policial, nascida paralelamente à justiça, fora da justiça, em uma prática dos controles sociais ou em um sistema de trocas entre a demanda do grupo e o exercício do poder (FOUCAULT, 2003, p. 99).

Origina-se daí a lógica da punição não sobre uma infração cometida, mas

⁴⁹ A prisão teve sua origem na prática policial desse período, e somente foi incorporada pelo sistema penal no século XIX (FOUCAULT, 2003).

sobre a iminência de vir a cometer. Pune-se virtualidades, o que culmina na criação do sujeito perigoso. A prisão é fabricada como um dispositivo punitivo que se propõe somente ao controle e correção dos sujeitos e não tem correlação com o desenvolvimento da sociedade. A prisão surge com a polícia que de forma paralela ao sistema penal e à teoria jurídica, passa a exercer um controle social.

Essa mudança de exercício de poder não passa a existir ao acaso, mas advém da mudança da forma de acumulação e investimento de riqueza que, no século XVIII, concretiza-se com a mercadoria, principalmente na forma de “estoques, matérias-primas, objetos importados, máquinas, oficinas, etc.” (FOUCAULT, 2003, p. 100). A mudança na lógica de acumulação torna a desigualdade social e econômica mais evidente, pois expõe a riqueza através dos bens materiais à população pobre e desempregada. Esta passa a ter acesso às mercadorias através do roubo, sendo uma prática comum na Inglaterra no final do século XVIII. Na Inglaterra, a polícia é criada com a finalidade de vigiar e proteger as mercadorias, ou seja, a propriedade e os bens materiais, daqueles que eram encarados como perigosos, como a população pobre, desempregada e explorada. A penalidade não se destina a desenvolver ou melhorar a sociedade, mas se constitui como uma estratégia de poder para controlar os indivíduos de uma suposta virtualidade perigosa, e do “que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer” (FOUCAULT, 2003, p. 85).

Com a produção da periculosidade no século XVIII, os diversos especialismos e estabelecimentos com características asilares e disciplinares – prisões, escolas, hospitais, fábricas - difundem-se, pois ambos atuam como formas de atrelar os indivíduos ao modo de produção do capitalismo. Inseridos no que Foucault (2003) chamou de poder disciplinar, atuam sobre os corpos com a finalidade de adestrar, docilizar e corrigir as virtualidades. Denomina-se ortopedia social a forma de poder que se exerce pelo controle, vigilância e correção, que tem como modelo de organização a estrutura arquitetônica chamada de *panopticon*.

O *panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando a sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de

venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo. Para Bentham, esta pequena maravilha astúcia arquitetônica podia ser utilizada por uma série de instituições. O *Panopticon* é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou. Este tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo. Vivemos em uma sociedade onde reina o panoptismo (FOUCAULT, 2003, p. 87).

O panoptismo emerge como forma de articular diferentes saberes e poderes. Presente desde a organização arquitetônica dos espaços, ele auxilia na prática do exame, como importante instrumento da sociedade disciplinar. O exame é um instrumento que une saber e poder, sendo amplamente utilizado como técnica disciplinar pela psiquiatria e pela psicologia. O exame opera por meio da normalização, que consiste em:

[...] primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma (FOUCAULT, 1999, p. 75).

Assim, exames são tecnologias de poder utilizadas como uma forma de classificar e vigiar indivíduos, que ganham legitimidade através da norma, definida “em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer” (FOUCAULT, 2003, p. 88).

Ao estabelecerem um regime de verdade, os saberes, ao se materializarem no exame, tornam-se um dos principais instrumentos do poder disciplinar, justificando a vigilância e o controle, assim como a hierarquização e as sanções. Por meio da norma, define-se o que deve ou não ser feito, quem é normal ou anormal, exercendo, a partir do seu saber, um poder sobre os outros. Entende-se poder, a partir de Foucault, como forças heterogêneas que, situadas em um campo disperso e fluido, existem em ato, enquanto práticas sociais capilares que, construídas historicamente, atravessam estruturas e produzem assimetrias. O poder se efetiva em práticas discursivas e não discursivas, existindo em relação e com a finalidade de conduzir condutas (FOUCAULT, 2003).

Se o poder fosse repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha

e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Retomando o contexto das MSEs, as formas atuais de exame são os relatórios elaborados pelas equipes técnicas, que não falam do ato infracional cometido pelo jovem, mas acompanham – por meio de técnicas permanentes de vigilância – suas condutas, suas escolhas e seus modos de vida. A periculosidade e o “acompanhamento” da MSE não objetivam reduzir as desigualdades históricas e as violências perpetradas a esses corpos, mas almejam tornar as vidas degeneradas e irregulares em vidas produtivas. Cria-se um enorme aparato estatal para conter uma população que tem a sua humanidade reduzida e assim, o seu valor político e econômico.

O movimento do Estado para acabar com determinados modos de vida que escapam ao poder dominante⁵⁰ indica a existência de outras formas de exercício de poder, como a resistência, que emerge como uma estratégia de luta. Para Foucault é preciso usar a resistência,

[...] como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade; - e o que se compreende por legalidade, no campo da ilegalidade. E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações (FOUCAULT, 2010, p.234).

4.3 “COMO ELIMINAR AS SINGULARIDADES”

Procedimento é um dos termos mais conhecidos e repetidos por todos que

50 De acordo com o atlas da violência de 2018, a juventude negra consiste na maior parte da população vítima de homicídio, a qual possui 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

trabalham e visitam regularmente qualquer Unidade Socioeducativa do país. Este termo refere-se a um conjunto de regras que, obrigatoriamente, devem ser reproduzidos pelos jovens. O estabelecimento elabora quais formas são adequadas e aceitas de falar, andar, gesticular e até mesmo olhar. Exige-se uma postura de andar, um modo de sentar nas cadeiras, de estar em fila. Há regras sobre onde as mãos devem estar. É permitido ser algemado, revistado, vigiado e despido. Falar? Somente quando solicitado e, ainda assim, há parâmetros para quais formas, conteúdos e palavras são aceitos. Dormir, acordar, comer, beber, fazer xixi, cocô, se masturbar também são controlados e regulados. Quando não se adequam corretamente aos “procedimentos”, outras formas de controle emergem (Diário de Campo, julho de 2017).

Essa descrição remete à Foucault (2002), quando relata sobre a distribuição de corpos e o controle dos gestos e das minúcias.

Na oficina, na escola, no exército funciona como uma repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora (FOUCAULT, 2002, p. 149).

O trecho acima parece descrever o funcionamento de uma unidade socioeducativa e suas estruturas administrativas. Dependendo do local, os procedimentos e os mecanismos de regulação mudam. Entretanto, o controle e a vigilância perfazem todos os ambientes desses estabelecimentos.

O termo “conduta”, apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A conduta é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir as condutas” e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

Enquanto trabalhadora posso dizer sobre a sensação de que o corpo e o direito de ir e vir são restringidos. Dos adolescentes, regula-se as expressões e dos

trabalhadores, regula-se o trabalho. Em níveis diferentes, adolescentes, jovens e servidores são submetidos à docilização. O trabalho e a vida tornam-se propriedades do Estado. As disciplinas são acentuadas nos espaços de encarceramento, onde há grades e muros. Nos ambientes sem grades e muros, a vigília é constante e difusa. Alguns incorporam e criam raízes nesse modo. Não interessa quem esse adolescente ou trabalhador seja, importa o cumprimento às regras, aos procedimentos e aos modos de vidas considerados adequados pelo estabelecimento. Quando eu penso e escrevo sobre isso sinto meu corpo tremendo, minhas mãos ficam frias e meus olhos lacrimejam (Diário de campo, fevereiro de 2018).

O que movimenta a institucionalização cotidiana não são oportunidades e facilidades para a elaboração de um novo projeto de vida, alternativo à vida fora da lei na rua, mas um processo de mortificação da existência pela imposição da disciplina. Tempo e espaço são os moduladores da disciplina cotidiana (DINIZ, 2017, p. 43).

4.4 “O ABANDONO DE POSTO”

Nas andanças e conversas com pesquisadores de vários lugares do país percebemos como o controle do corpo é uma prática comum dos profissionais que atuam em estabelecimentos cujo objetivo seja executar as medidas socioeducativas.

Uma prática, recorrente em vários lugares do país é a de acusar profissionais de “abandono de posto”. Múltiplas justificativas emergem para controlar os corpos, inclusive aquelas cuja roupagem é o cuidado. Descrevo aqui uma situação que aconteceu com psicólogas que trabalham com MSE. Vou intitular uma chefia de “capataz”.

Uma colega de trabalho, fumante, costuma sair por uns 10 minutos, pela manhã, para fumar próximo ao seu trabalho. É importante pontuar que fumantes utilizam o cigarro de múltiplas maneiras, inclusive como um momento de ruptura às práticas maçantes de trabalho. Diante de frequentes mudanças de setor - sendo uma prática recorrente de assédio moral e de desmobilização de trabalhadores – colegas saem juntas para fumar. Até mesmo aqueles que não são fumantes regulares. Nessas idas, com a companhia de outros colegas, eles aproveitavam para ir a locais próximos ao trabalho. Uma rua ou uma praça. Buscavam um local mais agradável para fumar e repensar sobre o trabalho. Em um desses momentos, “capataz”, ao ver as colegas

fumando, falou, de forma irônica:

- “isso é abandono de posto”.

Após o questionamento das colegas sobre a falta de sentido daquela informação, “capataz” responde:

- “cigarro faz mal à saúde”.

O controle entra em cena, supostamente como um ato de cuidado. “Abandono de posto” atualmente é usado como recurso de controle para vários profissionais. Para aquelas pessoas, o cigarro perdeu o sentido. Fumar e sair do local de trabalho permitia falar, repensar e questionar o trabalho de outra forma. Inventavam intervenções, compartilhavam angústias, riam (Diário de campo, junho de 2017).

...

O sentimento de controle, avaliação e punição que os jovens em cumprimento de MSE descrevem sentir, não perpassa somente seus corpos. Nas andanças e contato com demais pesquisadores, conselheiros e profissionais que atuam com essa temática, ficou evidente o quanto os estabelecimentos também disciplinam os corpos não somente dos jovens, mas também daqueles que ali trabalham. A vigilância é constante. Nisso, percebo também como o meu corpo e o meu pensamento foram, e ainda são, formatados. A docilização e a disciplinarização perpassa a todos. O adoecimento dos colegas é frequente. A responsabilização dos profissionais pela morte e até mesmo assassinato dos jovens? Uma constante.

Como suportar ouvir, dia após dia, tantas histórias trágicas? Tanta violência? Tanto descaso?

As melhores e piores histórias que já ouvi foram dos jovens. Histórias de coragem. Jamais esquecerei de um grupo em que os todos os jovens relataram já ter salvo a vida de alguém. Um deles tinha se envergonhado por ter “apenas” salvo um cão. Lembro que entrei junto com ele nessa, pois também pegava animais da rua. Mas isso não era motivo de vergonha. Jamais vou esquecer do garoto que se jogou em um valão quando um idoso, desconhecido, estava se afogando. Recordo da sua raiva ao contar. Reclamou que as pessoas ficavam paradas, em volta, olhando. Tinham chamado ajuda, mas segundo ele, até essa ajuda chegar o idoso já teria se afogado. Ele apenas foi lá e fez. Nunca vi essas histórias nos prontuários ou nos relatórios enviados ao judiciário (Diário de campo, setembro de 2017).

5. A PRECARIZAÇÃO DOS CORPOS

Este capítulo tem o objetivo de falar sobre como a sexualidade se constitui como um dispositivo de poder e controle sobre a população. Com as contribuições de Butler, constrói-se o argumento acerca dos motivos que levam o jovem em cumprimento de MSE ser visto como descartável, em que não tem a sua vida política e social reconhecida pela sociedade e Estado. Questiona-se, a partir da experiência profissional, como o gênero emerge como um problema.

5.1 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Nos últimos dois séculos, a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a se constituir, efetivamente numa “questão”. Com base nas mais diversas perspectivas, desde então, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada (LOURO, 2015, p. 27).

No século XVIII surgia, nas sociedades ocidentais, uma nova tecnologia em que os saberes médicos, pedagógicos e econômicos tornavam o sexo uma questão de Estado. A sexualidade funciona como parte da vida cotidiana que relaciona o prazer, o corpo, a reprodução, a natalidade, o casamento e a política. Ela emerge como um importante dispositivo de poder-saber, que exerce controle sobre a vida no âmbito individual, enquanto um corpo a ser disciplinarizado, e também sobre a população a ser regulada como espécie biológica.

Consoante às demandas de urbanização e industrialização, o Estado, ao tomar o problema da população, da natalidade, da higiene e da longevidade da vida, para sustentar a ampliação da produção e da acumulação capitalista, alia-se aos saberes que, visando otimizar os corpos e a população, elaboram normas e estabelecem regularidades conforme o projeto político do capitalismo (FOUCAULT, 1988).

Com o processo de urbanização, industrialização, crescimento das cidades e do capitalismo, a sexualidade se constitui como um dos principais dispositivos de controle sobre a vida que, forjado por um conjunto de saberes, opera sobre os indivíduos e as populações visando torná-los dóceis, saudáveis e produtivos. A sexualidade articula o poder disciplinar, ao regular o corpo e as condutas com a biopolítica, ao definir quais práticas são saudáveis para a população, culminando na

patologização e criminalização de determinadas condutas e ou modos de vida (FOUCAULT, 1999).

Legitimados e em aliança com o Estado, os saberes sobre a sexualidade emergem como uma estratégia de produção de verdades e de normas sobre a vida. Assim, a pedagogia, por meio da escola e da educação é expandida para outras camadas da população, principalmente como forma de passar o modo de vida das elites e assim, estabelecer regras morais sobre a sexualidade das crianças.

Com a justificativa de preservar a saúde das gerações futuras, a medicina é peça fundamental no racismo de Estado. A partir da normalidade surge a anormalidade e a perversão, que devem ser combatidas por toda sociedade, sob o risco de comprometer as gerações futuras. Os saberes médicos controlam o corpo e a sexualidade da mulher branca, que passa a ter a função de cuidar dos filhos e do casamento, ou seja, a mulher é atrelada ao espaço doméstico.

A psiquiatria, mais a jurisprudência, a medicina legal, as instâncias do controle social, a vigilância das crianças perigosas, ou em perigo, funcionaram durante muito tempo pela “degenerescência”, pelo sistema hereditariedade-perversão. Toda uma prática social, cuja forma ao mesmo tempo exagerada e coerente foi o racismo de Estado, deu a essa tecnologia do sexo um poder temível e longínquos efeitos (FOUCAULT, 1988, p. 130).

A economia, por exemplo, exerce o controle sobre o indivíduo e a população ao tratar da transmissão dos bens e das taxas de natalidade como questões de Estado e por isso, passíveis de sua regulação (FOUCAULT, 1988).

É através da norma, seja médica ou econômica, que os regimes de saber-poder exercem controle sobre a população. A sexualidade inventada pelos distintos saberes consegue fazer a interlocução entre o biopoder e a biopolítica, que produzem verdades sobre os prazeres, os corpos e a saúde, fabricando assim, modos de vida. A biopolítica toma a população, a longevidade e a expectativa como problemas políticos. Pretende regulamentar a vida, tornando as cidades, a saúde e a higiene como estratégias que, ancoradas no saber-poder, elencam quais normas são legítimas, fazendo com que as vidas normais, aquelas que se adequam, vivam, restando às demais, as vidas anormais, serem deixadas à morte.

Em função da manutenção da vida, do distanciamento das doenças, de possíveis degenerações hereditárias e da crença na purificação das raças como forma de aperfeiçoamento humano, surge o poder sobre a morte, que Foucault (2005)

chamou racismo de Estado. Ele emerge como teoria científica que, sustentada pela biologia, almejava criar um saber que protegesse e prolongasse determinadas vidas, as normais, de modo que isso culminasse na morte ou eliminação de outras vidas, as anormais, consideradas uma ameaça às normais. O autor chama a atenção para as formas de fazer morrer, que não se restringem ao assassinato. Deixar pessoas em situação de pobreza, de privação de liberdade, sem pátria, submetidos à fome, sujeitos a processos violentos, também são formas de fazer morrer.

A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo biopoder, pelo racismo (...). Importância vital do racismo no exercício de um poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. E claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 306).

O racismo de Estado é uma estratégia de governar que define quem deve viver e quem deve morrer. Quais vidas precisam morrer para outras viverem? Quais vidas são deixadas a morte para que outras vivam? O regime de saber-poder define quais são as normas, restando às vidas que escapam desse modelo, a anormalidade. Assim, o Estado, por meio dos especialismos, ganha legitimidade para exercer o seu poder sobre a vida e sobre a morte. Há uma aliança entre as instituições que, ao operar com base em produções ficcionais sobre a vida, exterminam populações inteiras (FOUCAULT, 2007).

Os especialismos constroem as normas da infância e das diferentes fases da vida que norteiam as legislações do Estado. A biologia quando vista como verdade absoluta e inquestionável, define os modelos de mulher, de homem, de masculinidade e feminilidade. A ciência médica, ao definir o que é ser mulher, ao determiná-la como histérica e louca, legitima a violência exercida sobre esses corpos. Assim, são definidas as formas normais de ser homem e mulher e quais arranjos corporais e sexuais são considerados normais, restando às anormais a patologização.

O especialismo branco e europeu, a serviço do capitalismo, inventa a ficção da raça e a categoria do negro, produzindo a subalternidade em negros e negras, tomados como menos humanos, submetendo-os a condição de escravos e, assim,

tornando-os mercadoria (MBEMBE, 2017).

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 1981, p. 80).

O Estado, enquanto instituição terminal do poder, ao investir sobre a vida, faz uma gestão política e técnica dos corpos e das condutas. Opera afirmando modelos, criando categorias ficcionais (como a raça, a sexualidade e o gênero) e modos de vida, definindo sob quais serão investidas (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2014; MBEMBE, 2017). Restando às que escapam, as anormais, serem vistas como não-humanas, sujeitas à descartabilidade e deixadas à morte. É o fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 1988). O racismo de Estado é uma estratégia para fazer desaparecer a parcela da população considerada inadequada ou anormal.

O encarceramento e o extermínio das vidas que não se enquadram nas normas dominantes são estratégias do racismo de Estado. As crianças e adolescentes irregulares, os sujeitos perigosos, a população negra, os pobres, as lésbicas, bissexuais, gays, trans, travestis e as perversões têm o seu lugar na anormalidade, que exerce a função de dizer “o não se deve ser”, perpetuando a dominação/hegemonia dos modelos. A intervenção no corpo e a invenção do gênero são produções de verdade e estratégias políticas assim como são questões populacionais e técnicas disciplinares.

Os aparatos médico-jurídicos produzem normalizações que legitimam violências, torturas e o aniquilamento enquanto forma de controle e regulamentação da vida. Com isso, questiona-se: a invisibilidade do gênero para quem está privado de liberdade se constitui como mais uma estratégia? Com a redução da vida ao corpo biológico e o controle dessa população sendo exercido pelos saberes médicos, jurídicos, psicológicos e pedagógicos (regimes de saber-poder), indaga-se: a naturalização da violência como um atributo do masculino pode ser considerada mais uma estratégia do racismo de Estado?

5.2 A PRECARIZAÇÃO DA VIDA

Há séculos, populações inteiras são encarceradas, sendo alvo de privação,

racismo, machismo, controle e disciplinarização dos seus corpos e submetidas a outras formas de violências. Historicamente privadas de condições dignas de existência, “es menores” e “irregulares”, ou seja, populações de crianças, jovens, negres e pobres têm suas vidas controladas e tuteladas por meio da aliança dos especialismos com o Estado. Com base no pensamento e nas ideologias burguesas, os saberes definem atributos e modelos de infância e adolescência, deixando/fazendo morrer toda uma população que não corresponde a essas normas.

O Estado, legitimado pelos especialismos, investe nas vidas inteligíveis, que usufruem da proteção e acesso às condições políticas e sociais necessárias à sua sobrevivência. Entretanto, para ter acesso a essas condições, a vida precisa ser considerada vivível, ou seja, passível de luto. Para Butler (2015), a vida é comemorada e tem valor quando a morte é encarada como perda, como algo que tem alguma importância social e política. A vida somente é enlutada quando é reconhecida como vida (BUTLER, 2015).

É por meio da inteligibilidade, como produção histórica cognoscível, que são forjadas as normas e convenções que possibilitam as condições de ser reconhecido. Essas condições não são individuais, mas referem-se às populações e preparam o reconhecimento da vida a nível individual.

Essas categorias, convenções e normas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam possível o ato do reconhecimento propriamente dito. Nesse sentido, a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento (BUTLER, 2015. p. 19).

Logo, o reconhecimento de uma vida não se restringe à sua manutenção como corpo biológico, mas implica na sua existência social e política. Conhecer uma vida e contabilizá-la como um número não significa reconhecê-la como uma vida legítima, social e passível de luto. O reconhecimento da vida também é possível a partir dos enquadramentos que, ao tentar manter a própria hegemonia, precisam se adaptar aos contextos e, assim, rompem e destroem as próprias normas, estando sempre em movimento. Para Butler, ser enquadrado

[...]significa ser objeto de uma armação, de uma tática mediante a qual a prova é manipulada de maneira a fazer uma acusação falsa parecer verdadeira. Algum poder manipula os termos de aparecimento e torna-se impossível escapar do enquadramento/armação; alguém é incriminado, o que significa que é acusado, mas também julgado por antecipação, sem provas válidas e

sem nenhum meio óbvio de retificação (BUTLER, 2015, p. 27).

Para se manter, o enquadramento se desloca, ou seja, tem como característica fundamental a própria ruptura, a fim de que se mantenha. Para a autora, não é necessário produzir novos enquadramentos, mas possibilitar outras análises sobre as normas que possibilitam as condições de reconhecimento – que não são de sujeitos, mas de populações -, que propiciem o reconhecimento dos sujeitos.

Butler (2015) utiliza o termo precariedade para se referir à condição a que todas as vidas estão submetidas, à medida que todos os corpos são vulneráveis a processos de violência, sendo facilmente eliminados. Entretanto, a autora define como não inteligíveis, as vidas anormais, irregulares e perigosas, que são invisibilizadas e submetidas à condição de precariedade, que

[...] designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. (BUTLER, p. 46, 2015)

Contudo, apenas algumas vidas são reconhecidas e protegidas pelo Estado, sendo passíveis de luto. A criminalização de modos de vida e produção da periculosidade extrai a humanidade desses sujeitos, tornando essas vidas “matáveis”. Expostos às condições de precariedade, as vidas dos jovens negros, dos irregulares, dos perigosos, não são reconhecidas como vidas, assim como não são passíveis de luto. Reduzidas a condições abjetas, não possuem existência política e social. Para Butler (2015, p.20), “o problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada”.

A autora defende a desestabilização das normas como uma forma de obter a liberdade e a libertação da coerção, assim como a solidariedade entre as minorias como a potencialização das vidas abjetas. Para Butler, as normas não são deterministas, pois se atravessam, interrompem e “[...] emergem e desaparecem dependendo de operações mais amplas de poder, e com muita frequência se deparam com versões espectrais daquilo que alegam conhecer”, Butler (2015, p.17). O luto

público emerge como outra forma de desestabilizar as normas e os enquadramentos, que devem ser reiteradamente questionados, incitando a ruptura dessas estruturas por elas mesmas, problematizando o seu caráter ficcional.

Aos corpos que foram violentados durante toda a vida e provavelmente gerações, é ofertado o excesso de privação, contenção, procedimento, relatórios avaliativos e ocorrências. Ou seja, a maior oferta é de controle, violação e violência. Ao corpo privado de liberdade – questiono quando ou se foi considerado vida – apenas lhe é informado quando vai entrar. A saída pode ocorrer em meses ou anos. Embora existam várias legislações nacionais e até internacionais que determinem sobre o tratamento a ser direcionado à essas vidas, não há registro, neste país, sobre o seu cumprimento⁵¹. O que caracteriza uma vida? Como isso não se caracteriza uma tortura? (Diário de campo, setembro de 2017).

5.3 “O QUE VOCÊ DIZ POR AÍ?”

Brasília, 2017. Conversava com uma colega psicóloga que atua com medidas socioeducativas, a qual relata a conversa com uma superior no trabalho, em que é questionada sobre o que diz publicamente. E a colega após ser interpelada pela frase “querem saber o que você fala por aí”, diz sobre a sensação de vigilância e controle sobre o próprio corpo, pensamento e opiniões. Eli sentiu-se como propriedade do Estado. De forma categórica relatou sua resposta:

–” O que eu falo é público. Qualquer pessoa pode procurar saber, não há segredo”.

Um estabelecimento que tem por objetivo privar a liberdade e acatar a decisão da justiça, não está aberto a valorizar a experiência dos corpos que ali habitam, moram e trabalham. O sentimento de erro, de criminalização e de impotência perpassa quem atua nessa área. É frequente o medo de estar em conflito com a lei. O controle e a

⁵¹ A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) visitou o Brasil em 2017, em decorrência de medidas cautelares que o Estado Brasileiro sofre em virtude de violações de direitos de adolescentes e jovens, principalmente em privação de liberdade. Após as visitas em várias unidades socioeducativas em todo o país, inclusive no Espírito Santo, foram realizados relatórios e recomendações ao país, que não questionam com a condição abjeta e produção de morte a que essa população é submetida. As reportagens completas constam no anexo A e estão disponíveis em: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/209.asp> e <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/209A.asp>

vigilância atuam de formas distintas em todos. Controle, censura e processos de exclusão são quase “modalidades de trabalho”.

A lei exige que seja um estabelecimento educacional, mas na prática assemelha-se mais a um estabelecimento prisional, seja pela estrutura ou pelo modo de funcionar. Pressupostos legais contradizem aos reais. O que prevalece é o governo da vida daquelas que ali transitam, sejam adolescentes, sejam profissionais. O sentimento é de que as experiências devem ser reguladas e controladas, caso contrário, devem ser silenciadas.

Provei desse sentimento no processo de escrita da dissertação e também quando fui chamada para falar publicamente sobre o meu trabalho. Na escrita, vigora o sentimento de que a minha experiência de trabalho não pode ser dita. Esse sentimento foi reforçado ao ser indagada sobre o que dizia publicamente sobre socioeducação.

Também vivenciei reiteradas exigências e cobranças relativas ao trabalho como pesquisadora. Neste caso, sou cobrada a escrever, expor, dizer sobre tudo. A escrita comparece como uma espécie de “imortalização” das palavras. Com isso, constantemente tenho receio de produzir provas contra mim. A vigilância parece estar impregnada no meu corpo. Consigo falar, mas reluto em grudar as histórias no papel. Luto para descrever a experiência de pesquisa, ainda mais quando ela me toma.

Como sobreviver nesse meio do caminho? Como tecer um trabalho que não seja mais um relatório sem sentido? Adoecei! De diversas e inúmeras formas possíveis. Qual corpo suporta habitar tantos lugares diferentes e por vezes antagônicos? (Diário de campo, dezembro de 2017).

...

Numa das viagens à Brasília representando o CFP, em conversa com profissionais e militantes da área da infância e adolescência, recebo um livro, resultado de uma pesquisa e tenho a oportunidade de conversar com um dos pesquisadores. Em algum momento indagamos: Como é ter a liberdade retirada e não saber quando a terei de volta? O Estatuto propõe a avaliação a qualquer tempo, com o máximo de tempo de três anos.

Mas é preciso considerar a ausência de metodologias de trabalho desses “estabelecimentos educacionais”. É verificado o excesso de privação, contenção, procedimentos, relatórios avaliativos, ocorrências, denúncias, ou seja, excesso de controle. Nessa confusão entre o que é preconizado pela lei e o que é praticado, está

a vida dos jovens, que apenas sabem quando tem a liberdade tomada. A privação pode durar meses ou anos. A única certeza que eles têm é a incerteza sobre quando vão sair. Como isso também não é caracterizado uma tortura? (Diário de campo, fevereiro de 2018).

5.4 A INVENÇÃO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL E DO JOVEM PRIVADO DE LIBERDADE – OS ESPECIALISMOS E OS SABERES A SERVIÇO DA PRECARIZAÇÃO DA VIDA.

No Brasil, país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas foram contabilizados, nos últimos quatro anos disponíveis – 2008 a 2011 – um total de 206.005 vítimas de homicídios, número bem superior aos 12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007. Mais ainda, esse número de homicídios resulta quase idêntico ao total de mortes diretas nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349 (WASELFISZ, 2013, p. 28).

É forte a percepção social de que a violência, principalmente o alto número de homicídios, é um grave problema no Brasil. Quando comparado aos países em guerra civil, observa-se que os índices aqui são superiores, revelando a condição precária à qual a população brasileira é submetida. Nessa conjuntura, é comum que a sociedade procure explicações que justifiquem o aumento da taxa de homicídios no país, que, nos anos 80 e 90, passou a atingir principalmente os adolescentes e jovens do gênero masculino (ZALUAR, 2007).

Ignorando o fato de que os homicídios têm atingido principalmente a parcela jovem e negra da população, atualmente, predomina o pensamento, fortalecido pelo senso comum e pela mídia, de que o jovem é o principal causador do aumento do número de homicídios. Diante de um contexto de crise econômica e agravamento de desigualdades sociais, a juventude emerge como um bode expiatório dos atuais problemas sociais, sendo colocada como culpada pelos altos índices de violência.

Em resposta a esse pensamento que produz um clamor por maior punição, há um número expressivo de projetos de lei⁵² favoráveis à redução da maioria

52 Projeto de Emenda Constitucional: 171/1993; 33/2012; 74/2011; 83/2011; Projeto de Decreto Legislativo 539/2012 sugere a realização de um plebiscito sobre a diminuição da maioria penal; Projeto de Lei 346/2011. Anteprojeto do novo código penal 236/2012;

penal e/ou ao aumento do tempo de privação de liberdade dos adolescentes, o que corrobora com a ideia de que essa parcela da população é responsável pela violência no Brasil.

Com o objetivo de produzir conhecimento sobre essa temática, o Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada (IPEA) lançou em 2015 a nota técnica⁵³ “O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários” que retrata quem é o jovem que está em cumprimento de MSE no Brasil. O estudo apresenta algumas justificativas para o apelo social e político à redução da maioridade penal, aumento da punição e encarceramento da juventude. Dentre as teorias apontadas para explicar esse fenômeno, indica-se a forte crença social de que a causa do crime está isolada no indivíduo, sendo reforçada pela falta de severidade do sistema penal ou socioeducativo (no caso dos adolescentes).

Tomry (2006), sociólogo americano, mostra que em diversos países do ocidente o crime ordinário geralmente é visto como produto de desvantagens pessoais ou falha e desorganização social. Porém, este autor mostra que nos EUA surgiam, de tempos em tempos, ondas de intolerância que fortaleciam o entendimento de que a causa do crime está ou no indivíduo – que os criminosos são pessoas más – ou nas leis – que não são suficientemente severas. Essas impressões fundamentavam a modificação na legislação penal e nas políticas de segurança pública. Atualmente o Brasil vive uma situação análoga (IPEA, 2015, p. 03).

Há uma lógica amplamente propagada pela mídia de que os problemas sociais têm sua origem no indivíduo. Essa mesma lógica culpabiliza a adolescência, vendo-a como sujeito completo, formado e independente do contexto a que se insere, assim como dotado de poder individual para discriminar os eventos e optar pela vida que deseja. Essa visão totalizante sobrepõe ao sujeito uma visão determinante sobre seus atos, em que pode exercer dois lugares, sendo um de vítima e outro de algoz. Pensamento esse que comparece junto aos profissionais que trabalham com MSEs, assim como no Estado e no sistema de justiça, que reduzem a juventude ora como vítimas ora como culpados pela situação a que estão expostos. Assim, à vítima cabe um corpo sem reação, sem intenção, somente resultado de descaso e violência, restando a esse sujeito como única possibilidade a infração e por isso, torna-se alvo da tutela, pois, supostamente, seria um coadjuvante das próprias ações, desejos e

53 Link para acesso: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5696/1/NT_n20_Adolescente-conflito_Disoc_2015-jun.pdf

vontades.

Outra perspectiva é a do adolescente culpado, naturalmente violento, autor de uma história cruel e solitária, que escolheu agir por meio da violência, vista como uma forma mais cômoda e confortável de viver a vida. O discurso sobre a vítima e o algoz é antagônico e reduz es sujeitos a duas possibilidades, ora como corpo inerte aos sistemas sociais, culturais, políticos, econômicos e históricos, ora como indiferente a todos eles.

Essas fôrmas pré-determinadas se baseiam em uma lógica binária de pensamento que reduz a explicação de fenômenos sociais complexos em dois extremos opostos, enquadrando as pessoas em uma caixa ou outra, numa pretensa noção de totalidade. Dentro dessa lógica cabe ao sujeito apenas duas possibilidades: a de “inocente/vítima” das circunstâncias ou a de “culpado/algoz”, que são fortalecidas pelas produções hegemônicas de adolescência. Assim, responsabiliza-se, exclusivamente, o indivíduo pelos atos cometidos.

Da mesma forma que questiono a infração enquanto ação individual, a concepção de adolescente presente na ideia do “adolescente infrator” precisa ser criticada, pois carrega consigo a ideia de um objeto natural e universal referente a uma fase pela qual todos passariam de maneira homogênea. Ouvimos essa nomenclatura inúmeras vezes todos os dias, em anúncios, conversas, notícias, seguindo a tendência atual ditada pelos *teens* estadunidenses, modelo de todo um estilo de vida a ser consumido pelo restante do mundo. A própria psicologia teve vários pensadores que propagaram essa noção ao decretar as etapas do desenvolvimento, com seus tempos e atributos específicos, diferenciando sujeitos normais ou anormais de acordo com o grau de aproximação dos sujeitos às normas estabelecidas por cada período (BOCCO, 2009, p. 76).

Considerando que a infração cometida por um jovem é um fenômeno individual, resultado de uma escolha, exige-se que a psicologia interceda em prol do controle e da disciplinarização dessi sujeito infrator. Dessa forma, a atuação dos especialistas no âmbito das MSEs tem o caráter de “corrigir irregularidades” e moldar sujeitos, com base em uma atuação profissional excludente. Consoante às afirmações de Coimbra, Nascimento e Ayres (2008), tais atuações profissionais são:

[...] condizentes com o antigo Código de Menores. Pela formação, ainda hoje hegemônica, o psicólogo com seu saber “científico” pretende ter uma visão de fora do contexto social e pretensamente apolítica, tornando-se aquele profissional capaz de desvendar objetivamente a “essência dos sujeitos” por estarem localizados numa posição supostamente neutra, fortalecendo a exclusão social (COIMBRA, NASCIMENTO, AYRES, 2008, p. 41).

O exercício da psicologia, então, restringe-se à universalização das fases da vida, no encarceramento, na criminalização e na periculosidade, que compõem nos instrumentos comprobatórios, presentes na lógica do exame e do controle das virtualidades. Dessa forma, os estabelecimentos que executam MSE ainda remetem ao argumento de que o ato infracional está diretamente relacionado ao indivíduo, devendo os profissionais explicarem as razões para a trajetória infracional. Contrário a essa perspectiva, para Bocco (2009, p.72) a infração deve ser compreendida como

[...] um fenômeno histórico-social produzido a partir de um conjunto de fatores que operam em determinado lugar e momento, fazendo emergir uma manifestação social em vez de outra. Assim, ela não diz respeito apenas a um jovem em particular, mas à forma de funcionar da sociedade de modo geral e da sociedade brasileira em especial. O ato infracional não é uma ação independente de um indivíduo privado, mas um efeito dos múltiplos elementos que o atravessam – e que nos atravessam.

Para além da produção do que vem a ser construído como infração e quem são os jovens punidos e encarcerados, destaca-se sobre qual é a parcela da população que vem sendo encarcerada e exterminada. De acordo com a nota do IPEA e o Mapa da Violência⁵⁴ (2013), a maior causa de morte de adolescentes e jovens no Brasil ocorre pelo homicídio, que incide, majoritariamente, em jovens negros, do gênero masculino, entre 15 e 24 anos, que não estudam, não trabalham e têm o ensino fundamental incompleto. Ou seja, são assassinados.

Sobretudo, no exercício profissional no âmbito das MSEs, ainda comparece o discurso que pretende explicar o ato infracional pela pobreza, ou seja, pela conduta de um sujeito. A resposta à essa conduta e a sua suposta resolubilidade, viria com a intensificação da punição pelos estabelecimentos jurídicos⁵⁵. Dessa forma, criminaliza-se uma parcela da população que é sistematicamente privada de condições materiais e dignas de vida.

Contrário à imagem produzida sobre a adolescência, a pesquisa publicada pelo IPEA afirma que a maioria dos adolescentes e jovens que cumpre MSE e seus familiares estão expostos a condições de extrema precariedade como pobreza, racismo, desigualdade, exclusão e violência.

54 Link: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

55 É comum a crença entre trabalhadores que o sistema judiciário deve ser mais rápido e eficaz. O problema estaria com a morosidade da responsabilização penal.

Entretanto, sem levar em consideração as condições de precariedade a que essa parcela da população foi submetida, o discurso que responsabiliza e próprio sujeito pela violência se fundamenta em concepções racistas, higienistas e excludentes.

Logo, faz-se necessário repensar a clássica explicação para o envolvimento dos jovens no tráfico de drogas, na qual se busca respostas pela criminalização da pobreza, ao acreditar que a motivação para o ato infracional está atrelada à condição socioeconômica. Sem questionar a exploração, a desigualdade social e a história desses estabelecimentos de controle, acredita-se que o crime está atrelado à pobreza. A desigualdade material é apenas uma das expressões e nuances da condição de precariedade. Ignoram-se também os discursos racistas e generificados, que enquadram a criminalidade no negro do gênero masculino.

O levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos em 2013 (IPEA, 2015) aponta que 95% dos adolescentes que cumpriam MSE de internação no Brasil eram do gênero masculino. Em termos quantitativos e conforme estudos como o Mapa da Violência⁵⁶, adolescentes do gênero masculino, negros e pobres são os principais alvos da violência letal.

Por fim, de acordo com as análises de risco, a violência letal contra adolescentes é um fenômeno doze vezes mais provável contra indivíduos do sexo masculino, comparados com aquele contra as mulheres, e quatro vezes mais provável contra negros do que contra brancos. Por idade, o risco de homicídio continua subindo até atingir o seu pico na faixa de 20 a 24 anos e começa a diminuir lentamente a partir daí. Disso decorre que, de uma forma geral, as políticas públicas de prevenção da violência devem focar a adolescência, pois as dinâmicas que levam à perda de vidas dos jovens e adolescentes se iniciam nessa faixa etária. Consta, também, a informação de que as armas de fogo são as grandes responsáveis pelas mortes de adolescentes e que os lugares com maior IHA⁵⁷ são justamente os lugares em que o desequilíbrio entre o risco dos sexos, das raças e dos meios é mais alto (CHESANI, 2010, p. 36).

Conforme expresso anteriormente pela nota técnica do IPEA e reforçado por pesquisas como o Mapa da Violência, jovens, negros, do gênero masculino, estão mais suscetíveis ao aniquilamento, seja pela cor, idade ou classe social.

56 Mapa da violência são estudos e pesquisas sobre a violência no Brasil. Possuem publicações específicas sobre mulheres, juventudes e população negra.

57 Índices de Homicídios na Adolescência no Brasil.

Com exceção da violência de gênero e doméstica, a discussão acerca da importância da fabricação dos gêneros em nossa sociedade é incipiente. Com isso, torna-se urgente discutir sobre como os gêneros produzem subjetividades, principalmente na parcela da população que vem sendo morta ou encarcerada. Assim, o domínio quase absoluto do gênero masculino e as histórias trazidas pelos adolescentes acerca da inserção e produção do que vem a ser definido como masculino, frequentemente é desconsiderado pela literatura que aborda as MSEs e as juventudes.

Esse contexto incitou o debate, junto aos colegas, sobre a possibilidade da construção dos gêneros, e principalmente o masculino, produzir interferências nocivas nas vidas desses jovens.

Dentro da perspectiva dos colegas, nada poderia ser mais “natural” do que os homens, colocados como sinônimo de masculino, assumirem posturas agressivas. De forma oposta, as mulheres seriam naturalmente cuidadosas e maternais. A predominância do gênero masculino na privação de liberdade parecia reforçar essa dinâmica essencialista dos gêneros.

De forma simultânea buscava explicações para o ato infracional, o que culminou na elaboração de instrumentos de trabalho com as seguintes indagações: O que motivou a cometer o ato? Qual o retorno que tinha daquilo? De forma oposta às clássicas explicações que remetiam às condições materiais, observava a repetição de respostas relacionadas à busca por visibilidade, *status* e poder na comunidade e nos grupos que circulava, tais como conquistas amorosas, respeito, honra e temor dos pares.

Diante desse contexto, comecei a questionar sobre a possível interferência das concepções de gênero nas medidas socioeducativas. Enquanto psicóloga, estranhei o número de adolescentes do gênero masculino em privação de liberdade, e como feminista, sentia um incômodo com a naturalidade com que a violência era atrelada ao macho (como corpo biológico), que era visto como sinônimo de masculino.

O último relatório da Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, publicado em janeiro de 2018, informou que 95% dos

adolescentes e jovens privados de liberdade no Brasil são do sexo/gênero⁵⁸ masculino. Realidade semelhante encontra-se no sistema prisional, em que 6,4% das pessoas encarceradas são mulheres⁵⁹ (dados de 2014). Com isso, ficava cada vez mais evidente que no contexto de privação de liberdade, a norma é ser homem.

58 Ressalta-se que o próprio relatório utiliza sexo e gênero como sinônimos, sem fazer qualquer distinção ou base conceitual para definir o que é caracterizado como sexo e gênero. Também não apresentou qualquer informação sobre a população LGBT ou abordou a temática de gênero.

59 Neste relatório, também não há distinção sobre gênero ou sexo. Apenas no relatório destinado às mulheres consta a porcentagem com a separação entre presas mulheres e presos homens. Também não há informação quanto à população LGBT. Fonte: Infopen. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>

6. “HOJE EM DIA MULHER PODE TUDO” – A PRODUÇÃO DOS CORPOS GENERIFICADOS

Pergunta: Vocês acham que há diferenças entre homens e mulheres?

Em seguida, algumas afirmações:

Resposta: Hoje em dia mulher pode tudo.

Resposta: Não tem diferença entre homem e mulher.

O trecho acima foi retirado de um encontro com os jovens.

...

“É menino ou menina?” Essa é uma das primeiras e principais perguntas direcionadas àqueles⁶⁰ que estão em gestação. Há uma grande expectativa social e familiar acerca dessa diferença anatômica, a qual veio a ser denominada de “sexo”. Entretanto, essa expectativa de definição de uma diferença anatômica (pênis/vagina/ambos ou nenhum)⁶¹ não é ao acaso, mas carrega junto a ela uma produção social, política e histórica dos corpos.

Mas o que é “sexo” e “gênero”? O objetivo deste capítulo é apresentar diferentes leituras e nuances sobre este questionamento e discorrer sobre como essas concepções produzem modos de vida.

Compreendendo que a sexualidade e os corpos são produzidos em meio a relações de poder, os enquadramentos da sexualidade trazem outras normas. Uma delas é a subdivisão dominante dos corpos em “macho” e “fêmea” a qual remete-se, inicialmente, a distinções anatômicas. Mas essa distinção naturalizada dos corpos extrapola e carrega consigo não somente diferenças anatômicas, hormonais ou cromossômicas, mas um conjunto de normas, que quando infringidas, submetem vidas à anormalidade, mas desta vez, no campo da sexualidade.

A necessidade de adequação dos corpos ao binarismo, remete a história de Herculine Barbin, hermafrodita⁶² que viveu no século XIX, tem sua biografia contada por Foucault (1982). Herculine/Alexia viveu fora de determinados padrões durante um tempo, sendo tratada, na época, como uma mulher fora dos padrões. Com base nos

60 Considera-se aqui a possibilidade de homens, mulheres e pessoas não binárias engravidarem, pois diferentes corpos têm útero.

61 Neste contexto é fundamental situar a variabilidade de genitálias existentes.

62 Refere-se a uma pessoa que pode ter uma variabilidade entre genitálias, aparelho reprodutor e cromossomos que foge ao enquadramento binário dominante do macho e da fêmea. Atualmente se usa o termo intersexo para se referir a pessoas nessa situação.

saberes médicos que tentavam determinar qual era seu “sexo verdadeiro”, Alexia/Herculine foi judicialmente obrigada a se identificar e viver como um homem. Posteriormente, Alexia/Herculine cometeu suicídio.

Foucault indica, com a história de Alexia/Herculine, a necessidade ocidental de encontrar um “sexo verdadeiro” (FOUCAULT, 1982, p. 1). Com base numa definição de corpo define-se também normas sobre o corpo, que ultrapassam uma definição anatômica, mas trazem consigo outros enquadramentos do que vem a ser convencionalizado como “mulher ou homem”. Impõe-se normas de conduta para cada corpo que para ser legitimado como verdadeiro homem ou mulher, traz consigo expectativas acerca do comportamento, anatomia, sentimentos e modos de vida pautados para cada sexo. Para além e aquém das definições anatômicas, a categorização sexual faz parte de uma produção política, social e histórica sobre os corpos, a qual se constitui como mais um enquadramento baseado nos saberes médicos.

A naturalização binária do sexo enquanto diferença entre os corpos é forjada historicamente. Inclusive o sexo enquanto componente considerado verdadeiro e natural por uma perspectiva de saber biológico, também é produzido em meio a processos políticos e sociais. Assim, os discursos e regimes de saber e poder dominantes constroem corpos, sujeitos, desejos e relações, em síntese: modos de vida (FOUCAULT, 1988). Essa produção dos corpos binários emerge no século XVIII, conforme nos aponta Laqueur (2001).

Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que – como dizia Nemesius, bispo de Emesa, do século IV – “a delas fica dentro do corpo e não fora”. Galeano, que no século II d.C. desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa. De fato, os versos burlescos do início do século XIX ainda falavam sobre essas velhas homologias muito depois de elas terem desaparecido dos textos refinados (LAQUEUR, 2001, p 16).

As diferenças anatômicas entre os corpos não foram suficientes durante milênios para comprovar a existência de dois sexos. Ainda considerado como norma, o homem representava o modelo, a norma ideal. Restava à mulher o lugar de inferioridade, na qual a sua anatomia era vista não como diferente, mas como a de

um homem invertido (LAQUEUR, 2001).

Nesse mundo, a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos. O letrado Galeno citava as dissecações de Herófilo, o anatomista de Alexandria do século III a.C., para respaldar sua afirmação de que a mulher tem testículos com canais seminiais muito semelhantes aos do homem, um de cada lacto do útero, com a diferença que os do homem são contidos no escroto e os da mulher não.

A linguagem marca essa visão da diferença sexual. Durante dois milênios o ovário, um órgão que no início do século XIX se tornou uma comparação da mulher, não tinha nem ao menos um nome específico. Galeno refere-se a ele com a mesma palavra que usava para os testículos masculinos, *orcheis*, deixando que o contexto esclarecesse o sexo ao qual ele se referia (LAQUEUR, 2001, p 16).

Logo, a diferenciação dos corpos em macho e fêmea com base no que hoje define-se como sexo é historicamente recente. Foi no século XVIII que as diferenças anatômicas passam a ser vistas não somente como diferenças dos sexos, pois “não só os sexos são diferentes, como são diferentes em todo aspecto concebível do corpo e da alma, em todo o aspecto físico e moral” (LAQUEUR, 2001, p. 17)

Junto ao enquadramento do sexo há expectativas, exigências e cobranças relativas ao que seja compatível com o corpo. Características consideradas masculinas deveriam estar contidas nos corpos dos machos e as femininas, nos corpos das fêmeas. Considerando que tal organização era justificada pelos conhecimentos biológicos, que, inquestionáveis pelo seu *status* de verdade, pautava modos distintos de vida, um para cada corpo. Cabia às pessoas se adequarem às normas binárias.

Consideradas anteriormente como um homem invertido, as mulheres tinham seus direitos políticos e sociais negados. Entretanto, essa desigualdade dos corpos passa a ser questionada pelas mulheres. Com base em um processo de luta por reconhecimento, direitos sociais, políticos e questionamento das desigualdades impostas aos corpos das mulheres, emerge o feminismo, como importante movimento político e acadêmico que, em linhas gerais, tem em comum a redução das desigualdades entre homens e mulheres. As produções e lutas feministas questionaram o pensamento de que os comportamentos entre os sujeitos se deve a uma suposta natureza da mulher e do homem. Este movimento foi precursor na problematização da existência de uma “essência” das mulheres, o que subverteu as verdades científicas baseadas na essencialização das vidas. A busca pela

desnaturalização dos gêneros binários e a afirmação destes enquanto constructos social e cultural é uma conquista dos feminismos, que foi o responsável por desenvolver os estudos nessa área e problematizar a condição da mulher na sociedade.

A partir da metade do século XX, o gênero emerge enquanto categoria de análise, utilizando um termo já existente, mas para diferenciar o que seria natural ou cultural a respeito dos sexos. Gênero aparece inicialmente entre as feministas americanas que “queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995. p. 3). Scott discute sobre a utilização do termo gênero como sinônimo de feminino, a qual foi e ainda é usado como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 7).

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para as várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 7).

Para a autora, o feminismo utiliza o termo gênero de distintas formas, para explicar como as desigualdades entre homens e mulheres foram tratadas de forma inadequada por outras teorias.

É importante situar que há muitos feminismos, mas que, enquanto movimento político e plural, tem como ponto em comum a afirmação da mulher - seja como identidade, diferença sexual ou autodeterminação - como construção histórica que foi e ainda é submetida a condições desiguais de vida.

As definições de gênero não são estáticas, ao contrário, estão em contínua transformação, sendo atravessadas por questões culturais, socioeconômicas, históricas, políticas, raciais, religiosas e geográficas. Essas transformações ressaltam que feminino, masculino, mulher e homem são categorias políticas e sociais heterogêneas, que foram construídas ao longo da história por distintos regimes de saber-poder.

A afirmação do início deste capítulo de que “hoje em dia as mulheres podem tudo” expressa uma época anterior em que mulheres, consideradas um segundo sexo,

eram social e politicamente impedidas de exercer as mesmas funções do que os homens⁶³. Sua vida não possuía valor o suficiente para ser considerada cidadã e ter os mesmos direitos que os homens. As diferenças anatômicas eram (e ainda são) usadas como justificativas para a desigualdade social, econômica e política a que os homens submetiam as mulheres.

Beauvoir (2016) surge como uma importante expoente do pensamento feminista, ao afirmar que o que veio a ser convencionado como mulher na sociedade é uma construção social e não um conjunto de características naturais. Assim as características remetidas à mulher, vista como sinônimo de feminino, advém de uma produção cultural, social e histórica. Beauvoir (2016) inaugurou um pensamento que descola a fêmea, como corpo biológico que é definido pelo sexo e diferenças anatômicas, da mulher, como ser generificado, ou seja, seus aspectos são provenientes de construções sociais e culturais. Para a autora,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Dentro dessa perspectiva, o sexo como elemento biológico é uma verdade natural, um fato, enquanto o gênero advém da cultura, sendo socialmente construído. Para Beauvoir (2016), o gênero passa a existir em ato, no exercício das funções consideradas femininas ou masculinas. Tornar-se mulher então, é um processo contínuo.

Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será essa secretada pelos ovários? Ou estará congelada no fundo de um céu platônico? E bastará uma saia fru-fru para fazê-la descer à Terra? Embora certas mulheres se esforcem por encarná-lo, o modelo nunca foi registrado (BEAUVOIR, 2016, p. 9-10).

O questionamento dos pressupostos biológicos e essencialistas que definiriam as características de mulheres e homens promoveu avanços e conquistas

⁶³ A igualdade social não existe. O que se observa é uma redução da desigualdade e violência submetida às mulheres, principalmente após as conquistas políticas, econômicas e sociais. Mas em muitos países, em função de uma distinção anatômica, mulheres têm a sua vida negada e seus direitos restritos.

de toda a sociedade, comprovando que a manifestação cotidiana das expressões de gênero não é resultado de uma condição material dos corpos, mas efeito de produções discursivas que vão variar conforme a época, a cultura, o regime político e tantos outros aspectos. O feminismo, enquanto movimento político e acadêmico, também afirma que o gênero é produto das relações de poder. Ou seja, as definições de mulher e de feminino não ocorrem ao acaso.

Ao questionar a desigualdade entre homens e mulheres, o feminismo problematiza a construção e a manutenção do que veio a ser convencionado como mulher na sociedade. Inicialmente, o debate aponta para as desigualdades do gênero feminino, mas, posteriormente, discute-se acerca da não homogeneidade da opressão, devendo-se analisar desigualdades também em termos de raça e classe social.

O feminismo negro põe em evidência a escravização como mais um elemento da condição de precariedade em que as mulheres negras são submetidas. Logo, a luta por uma sociedade igualitária deve contemplar o debate sobre a exploração econômica, a desigualdade de gênero e o racismo, que entrelaçados atuam como alicerces para a manutenção da condição de precariedade a que esses corpos eram e ainda são submetidos.

Para Davis (2016), o gênero não era um fator no sistema escravista, pois mulheres e homens negros exerciam as mesmas funções. Tratadas como uma propriedade, a mulher negra possuía mais um recurso a ser explorado. Além de serem submetidas à violência sexual, também eram exploradas como parideiras.

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerras separados das vacas (DAVIS, 2016, p. 19-20).

Com a inserção da medicina nas famílias, inventa-se um novo papel para a mulher branca. A mulher negra, quando escrava, tinha o mesmo papel que o homem. Com a abolição da escravatura, a mulher negra continuou sendo explorada, mas agora, submetida aos ambientes domésticos, através da exploração pelo trabalho. Com a industrialização e necessidade de reduzir a mortalidade infantil e produzir corpos dóceis e úteis ao trabalho, produz-se um novo modelo de família, burguês, elitizado e branco, no qual a mulher branca é atrelada ao cuidado com a família e os filhos. Mulheres brancas e negras são submetidas ao espaço privado e têm seus direitos políticos e sociais negados.

A naturalização da condição feminina foi utilizada como justificativa científica para a construção da figura materna, que restrita ao ambiente privado, deveria preocupar-se com a saúde, higiene e educação da família e principalmente dos filhos. A mãe branca é necessária para cuidar da casa e da educação da futura mão de obra, que deve ser útil e produtiva. Ao mesmo tempo em que foi se produzindo uma outra concepção de infância, para as crianças brancas, inventou-se um novo papel para a mulher.

Para os corpos escravizados, as diferenças entres os gêneros era secundária, “afinal, homens e mulheres e crianças era igualmente ‘provedores’ para a classe proprietária da mão de obra escrava” (DAVIS, 2016 p. 20), em que a opressão e exploração dos corpos não distinguia gênero ou idade. A exceção era a violência sexual e a posterior exploração da capacidade reprodutiva da mulher negra.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modo cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 17-19).

Assim como o gênero, a infância não era um fator de diferença para o sistema escravagista, pois as crianças negras sempre trabalharam. O gênero torna-se um fator para o sistema escravista somente quando ocorreu a abolição do tráfico internacional e a mão de obra escrava torna-se necessária para uma outra forma de exploração do capitalismo.

Séculos de opressão, violência e segregação têm expressões diferentes em

populações inteiras. O feminismo negro contribuiu para pensar em como a opressão à mulher negra é acentuada. A raça foi uma ficção produzida pelos brancos que ainda comparece na sociedade através do racismo, como uma forma de perpetuar o privilégio do grupo branco.

Butler (2014) questiona a definição do sexo como um aspecto exclusivamente determinado pela materialidade biológica, pois entende a biologia como uma categoria discursiva, imbrincada em produções históricas, sociais, políticas e culturais. Apesar de questionar o preceito de exclusividade material das definições biológicas, Butler não nega as diferenças entre os corpos, mas indaga “E o que é, afinal? O ‘sexo’? Ele é natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história?” (BUTLER, 2014, p. 25). Para a autora, sexo e gênero são efeitos e não a causa de instituições, processos e práticas sociais.

Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2014, p. 25).

A autora defende que as produções identitárias são importantes para a superação das desigualdades e reconhecimento de direitos, assim como foi na luta do feminismo e do movimento LGBT. Entretanto, aposta que seu uso deve ser estratégico, pois o reconhecimento não pode estar restrito às identidades, que no caso de algumas correntes do feminismo, pode estar relacionada ao corpo biológico e também restrito à ser mulher, desconsiderando os atravessamentos como classe socioeconômica, cisgeneridade, cor/raça e etnia. Butler concorda com Beauvoir à medida que o gênero não é inerente a nenhum sujeito, mas sim um efeito de práticas sociais. A autora ressalta o risco de enaltecer identidades, que são importantes para o jogo político, mas não podem ser fundantes para o reconhecimento de sujeito, pois ao criar novas regras e normas necessárias à condição de reconhecimento, pode-se submeter os corpos a uma não inteligibilidade, ou seja, a uma não legitimação, produzindo novos anormais.

Quero sustentar que a legitimação tem uma dupla fronteira: é crucial que, politicamente, reivindicemos inteligibilidade e reconhecimento; é crucial que, politicamente, mantenhamos uma relação crítica e transformadora em relação às normas que governam o que irá ou não irá contar como aliança e parentesco inteligíveis e reconhecíveis. Essa última envolveria também uma relação crítica com o desejo de legitimação enquanto tal. Mas é também crucial questionar a hipótese de que o Estado supre essas normas, pensando criticamente sobre o que o Estado se tornou durante esses tempos ou, de fato, como ele tornou-se um lugar para a articulação de uma fantasia que busca negar ou superar aquilo que esses tempos nos trouxeram (BUTLER, 2003, p. 242).

Ao buscar o reconhecimento da vida por meios dos direitos concedidos pelo Estado, insere-se a vida em um esquema que historicamente, foi criado e construído para preservar algumas vidas e aniquilar outras.

O sistema sexo/gênero que permite o enquadramento das vidas em determinadas normas, torna determinadas vidas visíveis ou invisíveis. Es sujeitos para corresponderem à inteligibilidade do campo da sexualidade fazem uso dos mecanismos existentes de enquadramento. Dentre eles é o gênero, que existe somente enquanto ação, que reitera um conjunto de normas.

Consideremos ainda a consequência de que, se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser -, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou de atividade, e não deve ser concebido como substantivo ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo. Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo (BUTLER, 2014, p.163).

Para Butler (2014) o gênero é performativo e se manifesta por meio de gestos, signos e atos que produzem uma série de efeitos e remetem ao gênero a que os sujeitos são reconhecidos. Estão inseridos nas relações de poder, principalmente naquelas que compõem as normas de gênero. Dentro dessa perspectiva o gênero nunca é estável, pois enquanto sucessão de atos, a performatividade pode se adequar às identidades vigentes ou questioná-las. Gênero então, está em constante formação e transformação, à medida que não são naturais nem intrínsecos os sujeitos. Assim, mulher e homem enquanto sexo e gênero, se constituem em ato, são o que fazem, e não identidade ou essência. A autora não ignora a necessidade de corresponder às definições majoritárias de gênero como um elemento impositivo e cotidianamente reiterado, principalmente à medida que essas definições tornam os corpos visíveis ou invisíveis.

Em uma sociedade generificada e binária, as normas de gênero atribuem valor à vida, ou seja, inteligibilidade, visibilidade, à medida que são incorporadas. Para as mulheres a rejeição ou distanciamento às definições de feminino se caracterizam com “não ser sexualmente moderada”. Assim, suas vidas são reduzidas, sendo expostas à violência e à condição abjeta.

Sexo, gênero e sexualidade são categorias independentes e que não necessariamente atuam em conjunto. Assim, um corpo definido biologicamente como de fêmea, não possui qualquer correlação com a manifestação de características consideradas femininas, assim como a orientação sexual pode ser variada. E um corpo biológico do macho, pode corresponder ao masculino ou ao feminino, ou seja, serem homens ou mulheres.

Weeks (2013) ao trabalhar sobre a construção do corpo e da sexualidade hoje, afirma sobre a não aleatoriedade das definições sobre os sentimentos, comportamentos definidos para cada sexo.

Nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder (WEEKS, 2013, p. 42).

Os gêneros e as suas expressões fazem parte do que compõem a sexualidade, assim como a orientação sexual, os usos dos corpos e relação com o prazer sexual. No entanto, a sexualidade também é produzida por processos políticos e sociais que por meio dos discursos e dos regimes de saber e poder dominantes constroem sujeitos, desejos e relações (FOUCAULT, 1988).

A conformidade do sistema de sexo, gênero e orientação sexual dominantes, denomina-se heterossexualidade compulsória, termo criado por Rich (2012), a qual fala sobre a imposição social a que homens e mulheres são submetidos, devendo ser ou manifestar a heterossexualidade e a hierarquia entre homens e mulheres. Para Rich (2012), a sexualidade é uma produção política que deve corresponder à procriação da espécie e ao casamento. Um dos desdobramentos da heterossexualidade compulsória é o apagamento das relações e histórias vividas entre as mulheres, mas principalmente a história das mulheres lésbicas e bissexuais.

A heteronormatividade é um outro regime de saber-poder dominante, que consiste em um modelo político que reconhece apenas a existência do modo heterossexual de organizar a vida como norma única e verdadeira. A existência da

homossexualidade pode ser aceita, mas conforme os parâmetros heterossexuais, em que o sexo, o gênero e o desejo devem estar adequados a um regime político e binário. O modelo de relacionamento deve seguir a organização normativa. Conforme Caetano, a heteronormatividade,

[...] juntamente com o androcentrismo, é a base do sistema político e subjetivo que alimenta as diferenças dicotômicas entre os sexos e busca naturalizar/estabelecer o governo do homem/masculino. Ela não apenas almeja a manutenção da lógica dicotômica e complementar entre homens e mulheres, como também a degradação social dos e das que a subvertem: homolesbotransfobia – LGBTfobia (CAETANO, 2016, p. 235).

Em uma sociedade generificada e binária, as normas de gênero atribuem valor à vida, ou seja, inteligibilidade, visibilidade, à medida que são incorporadas. Mulheres e homens que rejeitam ou se distanciam das normas do sexo-gênero-sexualidade, têm suas vidas reduzidas, submetidas à condição abjeta, sendo expostas à violência.

A lógica heteronormativa comparece como mais uma norma a que os jovens devem se submeter durante a MSE. A sexualidade dos jovens é regulada por essa premissa e esse modo de organizar a sexualidade, em que a heterossexualidade e heteronormatividade comparecem como a verdadeira sexualidade. Como exposto nos relatos de A. no início do texto, a performatividade do gênero masculino, no contexto de sua vida, estava diretamente atrelada à inteligibilidade de sua existência.

Impulsionado pela desnaturalização da categoria mulher, os estudos de gênero passam a pesquisar o homem enquanto categoria. Com isso, emergem várias questões: como os machos e fêmeas são criados na sociedade? Como se atrela a maternidade, o cuidado e a vida privada à fêmea? Como se relaciona a violência, a vida pública e a agressividade ao macho?

6.1 “ME AJUDA A AJEITAR O MEU PEITO?”

Estava em uma festa junina, com comidas e roupas típicas. Uma trabalhadora levou vestidos a serem usados na festa. Provavelmente não os endereçou aos jovens, mas às mulheres. Felizmente a juventude nos surpreende – talvez aí esteja a sua força, que também é vista como ameaça – e alguns garotos vestiram a roupa que não

estava endereçada a seus corpos, enquadrados como masculinos.

Em um certo momento, um deles se aproxima de mim e fala:

- “Me ajuda a ajeitar o meu peito? Eles estão caindo”.

Tomado em uma naturalidade, ele pedia ajuda para recriar o corpo que deveria preencher os espaços daquele vestido. Pegou duas frutas e me pediu ajuda para ajeitá-los, afinal, deveriam ficar belos.

Imediatamente fiquei surpresa, sorri e fui ajudar a adequar o seu peito ao corpo.

O mais interessante foi observar a expressão e tratamento dado àqueles jovens pelos demais convidados da festa. A maioria estranhava, mas os jovens? Nem um pouco. Aqueles que romperam uma tênue barreira da roupa aparentavam estar alegres e confortáveis. Os vestidos de quadrilha pareciam romper não somente com a roupa, mas com todo um gênero e uma expressão forjada.

A troca de roupas, e no caso, os vestidos, apesar de causar estranhamento nas outras pessoas, possibilitou outra relação com o próprio corpo e com as demais pessoas. O vestido não foi sozinho. Junto a ele veio um novo jeito de andar, de falar, uma outra voz. Um outro jeito de tocar as pessoas, um cuidado com a roupa e uma adaptação da voz. Junto a roupa, veio um outro jeito, uma outra linguagem e também uma outra voz, entendida por eles/as/ís como “feminina”.

Imersa nos estudos do gênero, o conceito de performatividade de gênero de Butler não saía da minha cabeça. A intencionalidade daqueles atos subvertia uma suposta regularidade dos gêneros. A naturalidade da incorporação de atributos convencionados como “masculinos” ou “femininos” é tão cotidiana, que esquecemos o quanto é ficcional.

Dispensados das roupas cotidianas, os vestidos anunciaram uma nova composição de gestos e expressão corporal. Eles não deixaram de ser reconhecidos como do gênero masculino, mas uma roupa e um conjunto de atos, aparentemente, desorganizou um modo de ser e permitiu outras expressões, a qual poderiam se abraçar, beijar e assim adotar características usualmente femininas.

Era notório o incomodo dos adultos que interpelavam a postura daqueles que não estavam com vestidos. Em mim ficou a sensação de que aquela roupa criou uma fissura, mesmo que momentânea, em um modo identitário e rígido, “de ser homem”. Será que um vestido é capaz de criar fissuras em modos de vida enrijecidos?

Em um outro momento encontrei como mesmo jovem, mas sem o vestido.

Não o reconheci. Mas ele sim. Ao conversarmos ele me lembrou:

- Você que me ajudou a ajeitar o peito, lembra? (Diário de campo, junho de 2017 e junho de 2018).

6.2 EXISTEM HOMENS TRANS PRIVADOS DE LIBERDADE?

Há alguns anos surgiu a proposta de discutir sobre gênero e diversidade sexual em um grupo de estudo de trabalhadores do lases. Era um espaço aberto, destinado a discutir as temáticas propostas por aqueles que ali frequentavam. Todos poderiam sugerir leituras e também convidar pessoas que se dispuserem a facilitar alguma discussão, seja por meio de textos, vídeos, ou qualquer outra forma que desejasse.

Era início de 2014 quando este grupo indicou a leitura de uma cartilha de gênero e diversidade sexual, mas sem qualquer profissional facilitador. A cartilha discutia sobre identidade de gênero, gênero, orientação sexual e assuntos semelhantes. Em razão da aproximação com a temática, espontaneamente me tornei facilitadora naquele encontro.

Durante o encontro uma colega psicóloga expôs suas incertezas em relação à identidade de gênero e orientação sexual das adolescentes acauteladas na Unidade Feminina de Internação (UFI). Conversamos sobre o que era ser travesti, trans, cisgênero, e da possibilidade de ter homens trans no lases.

Para várias colegas, as pessoas designadas mulheres no nascimento, mas que se vestiam e autodenominavam como masculino eram “sapatões”, “caminhoneiras” ou “lésbicas masculinizadas”. Não passava por essas profissionais outra forma de vida possível. Aquelas profissionais tinham total desconhecimento sobre homens trans.

Neste dia, esse psicólogo falou de uma adolescente que se vestia como homem e que pedia para ser chamada por Felipe. Permeada pela lógica da criminalização, e profissional acreditou que Felipe era um apelido tráfico e/ou “do mundo da criminalidade”. Inclusive utiliza-se o termo “alculha⁶⁴” nos documentos

64 Designação, geralmente com valor depreciativo, que se utiliza em substituição do nome próprio de uma pessoa ou acrescida a este (normalmente definido a partir de uma característica particular física ou moral); cognome. <https://www.dicio.com.br/alculha/>

jurídicos, prontuários e demais registros des técnicas.

Na época, das vinte e uma garotas acauteladas naquele local, de acordo com a equipe, três se identificavam com o masculino, chegando a adotar um outro nome. Surge a dúvida: são homens trans? Neste dia, um possível homem trans foi “reconhecido” na Unidade Feminina de Internação (UFI). Retomo aqui uma das reflexões ditas na formação:

- “Quantas vezes nós ignoramos a identidade de gênero desses adolescentes achando que eram lésbicas masculinizadas?”

Falar sobre gênero é falar sobre modos de vida, é dar espaço aos diversos deslocamentos que emergem desses encontros.

6.3 REUNIÕES COM O MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA – “GÊNERO É SINÔNIMO DE MULHER?”

Estive presente em duas reuniões organizadas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNCPT), na qual fui representando o Grupo de Trabalho do Conselho Federal de Psicologia⁶⁵ que discute a atuação da psicologia no contexto das Medidas Socioeducativas em todo o país. O MNCPT é um órgão vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e possui como prerrogativa atuar na prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis e degradantes em todo o país. Compete a este órgão a realização de visitas aos locais em que há pessoas privadas de liberdade, assim como a elaboração de relatórios anuais e recomendações às autoridades para “a redução dos fatores de risco que podem levar à tortura” (MALVEZ, 2017, p.95).

Estavam presentes nesses encontros profissionais da secretaria nacional de direitos humanos, do CONANDA, do Conselho Nacional LGBT, CFP, MNPCT, pesquisadores e demais atores, com relevância e destaque nacional tanto no âmbito político, acadêmico quanto na militância.

65 Conselho Federal de Psicologia (CFP) é o órgão supremo dos Conselho Regionais de Psicologia, criados pela Lei nº 5.766 de 20-12-1971 cuja prerrogativa é a de orientar, fiscalizar e disciplinarizar o exercício da profissão de psicologia.

Em um dos encontros, a Diretoria de Gênero⁶⁶ do MNPCT apresentou uma síntese das principais violações e fatores de risco relacionados às adolescentes, jovens e LGBT, de todo o país, que estão em privação de liberdade por suposto cometimento de ato infracional. Uma das principais constatações, mencionadas nas reuniões e também nos relatórios, é de que há uma escassez de informações sobre as condições de privação de liberdade das mulheres, adolescentes e população LGBT no Brasil. O que já anuncia uma omissão frente aos direitos dessa população. Os dados levantados pelo Mecanismo denunciam a existência da violência de gênero e como ela possui especificidades sobre esses corpos não masculinos cisgêneros⁶⁷.

A vulnerabilidade e violência em razão das questões de gênero estão presentes em todas as unidades de privação de liberdade visitadas pelo MNPCT, como: estabelecimentos penais, unidades socioeducativas, unidades de saúde mental, instituições de longa permanência, unidades masculinas, femininas ou mistas; nas capitais e no interior dos estados. Tal vulnerabilidade assume diversas formas, variando entre a invisibilidade da referida população, à sua nítida utilização para causar dor e sofrimento às pessoas privadas de liberdade (MALVES, 2017, p. 95).

Os relatórios do Mecanismo anunciam que ser mulher, adolescente e LGBT torna-se imediatamente fator de risco para tortura em qualquer forma de privação de liberdade. Questiona-se essa invisibilidade que transforma-se em um dado no ato de realizar a análise sobre a ausência de normatizações e protocolos de fiscalização específicos.

Entretanto, ao deparar com a temática da reunião e com o nome da diretoria, indago: gênero aqui é sinônimo de mulher? Então homem não tem gênero? Perguntei também sobre informações dos homens trans em cumprimento de MSE de internação, há registros?

Às indagações acima, as respostas foram: gênero ali era tratado como sinônimo de mulher. Dentro daquela estrutura, a norma é masculina, por isso, só mulher que tem gênero. E, por último: não há qualquer registro de homens trans nas

66 O MNPCT se organiza por núcleos e diretorias. As reuniões citadas foram mobilizadas e organizadas pela Diretoria de Gênero, a qual direciona a sua atuação com as mulheres, adolescentes e população LGBT.

67 Cisgêneros é a nomenclatura utilizada para referir-se a pessoas que se identificam com o sexo determinado no ato do nascimento. Quando a determinação sexual no nascimento é diversa ao sentimento de gênero chama-se de transgênero (que abrange pessoas transexuais, travestis e transgêneras).

unidades visitadas pelo MNPCT.

A rigidez dos espaços de privação de liberdade, supostamente socioeducativos, não permite a existência de diferenças. Há uma força que tenta homogeneizar e esmagar as vidas que ali são depositadas por essa sociedade. Os direitos sexuais e reprodutivos são negados de todas as formas. Além da violação dos corpos, o direito ao exercício da sexualidade é controlado. É frequente a ausência de espaços para a visita íntima, tanto quanto o controle das relações homoafetivas, principalmente nas unidades socioeducativas. Adolescentes lésbicas e/ou bissexuais não tem as suas relações afetivas reconhecidas, o que piora quando sua expressão de gênero e relações afetivas escapam aos padrões binários de gênero. Ao exercerem outras formas de ser mulher, distintas do modelo de feminilidade, elas são vistas como “não mulheres”, sendo alvo de espancamento e estupro “corretivos”.

Considerando que o direito de ir e vir é fundamental para a condição humana, parte-se do pressuposto de que a restrição à liberdade já é uma violência. Embora seja respaldada pelos saberes médicos e jurídicos, é sabido que apenas uma parcela da população é passível de ser submetida a este tipo de controle e confinamento (Diário de campo, março de 2018).

7. A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES

Pergunta: O que vem à cabeça quando falamos a palavra mulher?

Respostas: Vaidade, fofoca, tarefas domésticas, pagar contas, tomar conta de filho, se vestir bem, gravidez, sexo, malandragem.

Pergunta: O que vem à cabeça quando falamos a palavra homem?

Respostas: Jogar bola, trabalhar, fazer barba, curtir, malandragem, sexo.

O diálogo acima foi retirado de um dos grupos realizados com os jovens. Ressalto que afirmações iguais e similares comparecem em distintos momentos da pesquisa.

...

Com a disseminação dos estudos feministas, homem/mulher, masculino/feminino passam a ser estudados como categorias oriundas de construções sociais, o que culminou no questionamento dos discursos totalizantes também sobre os homens (STELLMANN, 2007). Os estudos de gênero, inicialmente interpretados como sinônimo de mulheres, foram basilares para subverter a lógica que define o lugar social a ser ocupado em função do enquadramento nas diferenças corporais.

Nos anos 1970, os temas relacionados aos homens como paternidade, sexualidade, suicídio, acidentes de trânsito, índices de letalidade e acesso à saúde começaram a fazer parte da agenda de vários países. A partir da constatação de que o gênero masculino também é construído, os estudos sobre masculinidades direcionam a sua atenção para os fenômenos relacionados à saúde, violência, letalidade e mortalidade dos homens. Problemas relacionados ao cuidado da própria saúde e ao alto índice de letalidade por causas externas, na qual ressalta-se os homicídios, suicídios e mortes no trânsito, começam a ser investigados sob a perspectiva de gênero.

De acordo com o World report on violence and health, publicado pela Organização Mundial de Saúde em 2003, a questão da violência foi alçada como assunto de agenda internacional no encontro do World Health Assembly de 1996, em Genebra, na qual adotou uma resolução a violência um problema de saúde pública mundial. É também uma das principais causas mortis de pessoas entre 14 e 44 anos, sendo que a morte violenta de homens representa o dobro daquela do contingente feminino. É fato comprovado estatisticamente que os homens são os principais agentes de atos violentos, assim como as principais vítimas destes, tendo em vista que a violência é responsável pelos altos índices de mortalidade entre homens jovens (MUSZKAT, 2011, p. 33).

Os estudos sobre masculinidades surgiram em resposta às demandas relacionadas aos homens e aos processos que estão relacionados à dinâmica de produção, incorporação e reprodução das masculinidades nos diversos setores da sociedade. Os estudos sobre as masculinidades têm sua origem na concepção de que o gênero é cultural e o sexo é natural, divergindo da concepção de gênero e sexo proposta por Butler (2014).

O comportamento e o modo de vida dos homens passam a ser vistos como efeito de uma construção cultural, não-natural e mutável, constituindo-se por meio de processos históricos, econômicos, sociais e culturais. Ou seja, retira-se do masculino a compreensão de que são formados somente “a partir da dinâmica da dominação, da agressividade” (NARDI; SANTOS, 2006, p. 933).

O diálogo no início deste capítulo expressa um modelo dominante de masculinidade, ao qual atribui-se características como ser provedor, corajoso, honrado, viril e sexualmente disposto ao masculino, enquanto componentes primordiais para o reconhecimento dos sujeitos como homens.

De forma complementar a esse modelo, há padrões de feminilidade, que trazem características como ser sexualmente moderada, delicada, “boa” mãe, “boa” esposa, “boa” dona de casa e cuidadosa, como atributos femininos que estão atrelados aos corpos das fêmeas. Conforme ocorre a ruptura às normas de gênero/sexo, machos e fêmeas, homens e mulheres tornam-se “menos homem” ou “menos mulher”.

Para Connell⁶⁸ (1995), as masculinidades são estruturas plurais, complexas, que se diferenciam conforme o contexto e não se referem a um tipo específico de homem, pois são “(...) um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Não são identidades, mas práticas sociais que buscam a perpetuação da posição dominante na ordem de gênero. Enquanto práticas binárias, seus padrões de repetição “são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265). São

68 Raewyn Connell é uma mulher trans australiana, socióloga e uma das principais estudiosas das masculinidades. A maioria das suas publicações estão como Robert William Connell. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100011

processos dinâmicos de organização de gênero, que atrelam atributos, ações, comportamentos e significado a sujeitos.

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (CONNELL, 2013, p. 250).

Apesar disso, as masculinidades não são homogêneas, contemplam as multiplicidades das construções sociais e mudam conforme o contexto histórico. Amplamente utilizadas como categoria de análise, a expansão do conceito tornou-se alvo de críticas, principalmente por sua interpretação como um caráter essencialista, a qual as masculinidades são descritas como sinônimo de macho na sociedade.

O conceito de masculinidade é criticado por ter sido enquadrado no seio de uma concepção heteronormativa de gênero que essencializa a diferença macho-fêmea e ignora a diferença e a exclusão dentro das categorias de gênero. Ao conceito de masculinidade é atribuído o fato de esse permanecer logicamente numa dicotomização do sexo (biológico) versus gênero (cultural), dessa forma marginalizando ou naturalizando o corpo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250).

As masculinidades são padrões de repetição que são construídas e difundidas por instituições, forças culturais e meios de comunicação de massa. Elas atuam como um projeto que é efeito de contextos e interações com as variadas instituições e estabelecimentos, seja a família, a religião, a escola, a mídia, a comunidade, a nação, os esportes, o Estado, o mercado de trabalho, entre outras (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

7.1 MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS

Durante a pesquisa, participei de alguns eventos sobre medidas socioeducativas. Em um deles, compus a mesa com representantes do sistema de justiça. A frase abaixo foi dita por um jovem que pedia uma resposta aos palestrantes.

- Por que quando a população não está vendo, a polícia bate na gente?

O primeiro a se manifestar foi o Juiz⁶⁹. P- Já conversamos sobre isso.

O Juiz pontuou que a polícia não poderia ser generalizada. E continuou com perguntas retóricas:

- Como vocês identificam quem está envolvido? Como vocês se reconhecem? Como fazem para conseguir drogas, armas, para identificar quem está envolvido?

A polícia não poderia ser generalizada, mas os criminosos, de acordo com o Juiz, são passíveis de generalização, são facilmente identificáveis. A fala acima anuncia uma definição sobre os perigosos, os criminosos, em suma, aqueles que possuem características bem específicas, de acordo com o Juiz. São os jovens, pobres, negros e do gênero masculino. E eles não usam paletó.

Os dados acerca das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional e no Socioeducativo apontam para um mesmo público, composto por homens, negros, moradores de locais periféricos, com baixa escolaridade e pobres. Ao Poder Judiciário, representado neste evento pelo Juiz, não interessou o crime cometido contra esses jovens, pois eles já são condenados. A condição de precariedade aliada ao racismo de Estado, já decreta uma sentença. O perigoso existe antes do ato, o irregular, colocado na condição de vida abjeta, interessa à biopolítica como corpo necessário para legitimar a norma.

A juventude criminalizada pode exercer uma tripla função. A primeira como um corpo produtivo e descartável que mantém o tráfico de drogas dentro da ilegalidade, ainda atendendo ao interesse do capitalismo. Em segundo, a existência dessa juventude criminalizada enquanto vida anormal, é necessária para manter a funcionalidade da norma. E, por último, podem ser docilizados e enquadrados como corpos produtivos, mantendo a desigualdade e exploração legal dos seus corpos pelo capitalismo. Assim, compete ao Juiz e aqueles que trabalham no âmbito da MSE, a docilização e o enquadramento na normalidade e no utilitarismo do sistema capitalista. Entretanto, ao observar as condições das Unidades de Internação pelo país, acredito que elas atendem a primeira e a segunda função.

Ao questionarem o lugar de subalternidade, os jovens são submetidos a outra violência ao terem as suas falas, sofrimento e histórias desqualificadas. Sem qualquer

69 Neste texto não interessa identificar o sujeito, mas sim questionar os discursos, que não são individuais, mas social e historicamente produzidos. Interessa colocar em análise a implicação e como os distintos modos de vida vão sendo produzidos.

indignação, seus direitos são publicamente violados. Sua existência é restrita à sobrevivência de um corpo biológico. Invisibilizadas pelo Estado, suas vidas precárias têm seus direitos a uma vida vivível sistematicamente negado, tornando-os passíveis da violência. Tratadas como vidas abjetas, sem valor, estão à mercê de um Estado que não somente legitima a violência, mas a torna uma estratégia de controle e dominação.

Para os jovens privados de liberdade, o Estado existe como sinônimo de privação e morte, o qual viola os direitos, a liberdade e extermina com a vida dessa população. O Juiz no discurso acima representa e convoca a norma. Sem analisar a construção do próprio saber e a condição de precariedade, exerce dupla função: além de proferir a sentença, funciona como modelo a ser seguido, ignorando os próprios privilégios.

Os mecanismos sociais que possibilitam privilégios se tornam invisíveis para aqueles que são por eles favorecidos. Assim, os homens brancos de classe média, quando se olham no espelho, se veem como seres humanos universalmente generalizáveis. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências (RIBEIRO; CONRADO, 2017, p. 92).

Considerando as assimetrias entre adolescente e Juiz, seria possível trabalhar com as masculinidades enquanto eixo de análise? Qual a relevância de trabalhar com esse conceito diante de existências tão distintas?

Diante dos questionamentos que permeiam a própria pesquisa, torna-se urgente entender/pontuar/afirmar/questionar como as múltiplas masculinidades são construídas, se mantêm e se relacionam. Assim como deve-se colocar em análise as múltiplas dimensões das masculinidades e sua assimetria dentro da própria categoria, pois os privilégios e ganhos das masculinidades não são iguais para todos os homens. “Classe, raça, diferenças nacionais, regionais e geracionais atravessam a categoria ‘homem’, distribuindo os ganhos e custos das relações de gênero de maneira muito desigual entre os homens” (CONNELL, 2016, p. 99-100).

Para Connell (2016, p. 98-99), as “masculinidades são padrão de vantagens para homens, mas também estão vinculadas a desvantagens e toxicidade. Há grupos que se beneficiam e outros que pagam pelos custos desses benefícios”.

Retomando a situação do Juiz e do adolescente, embora ambos se vejam como homens, a categoria gênero é insuficiente para conferir reconhecimento a uma

vida. As diferenças de cor, moradia, idade e classe social são categorias de análise assim como o gênero e mais especificamente, as masculinidades.

Nos anos 1980, com o aprofundamento no campo das masculinidades, surge o termo masculinidade hegemônica. Ele emerge em resposta aos estudos sobre a hierarquia social entre as múltiplas masculinidades e, principalmente, sobre a interação de outros fatores na construção do modelo de homem. Foi criado na Austrália, a partir de um trabalho de campo sobre desigualdade social em um debate sobre a política sindical e o papel dos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). O conceito de hegemonia incorporado às masculinidades advém da compreensão de Gramsci que designa “o exercício do poder de um conjunto de indivíduos de uma classe determinada”, (CHAUÍ, 2014). Ou seja, a adoção deste termo sugere que as masculinidades hegemônicas, ainda que tenham um aspecto global, pois remetem a grupos específicos da sociedade, estão em constante mudança e adaptação. É preciso situar que o conceito de masculinidade hegemônica “[...] não busca abarcar tudo e muito menos ser uma causa primeira; é uma forma de entender certa dinâmica no seio de um processo social” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 256).

A utilização do termo “hegemonia”, em termos globais, indica a imposição de um modo de vida específico, característico daqueles que historicamente vem usufruindo de privilégios. Esse grupo é composto, majoritariamente, por homens, brancos, heterossexuais, classe média, adultos e moradores das regiões urbanas.

Embora as masculinidades hegemônicas remetam aos elementos acima descritos, elas não necessariamente são hegemônicas, mas se constroem como tal nas relações entre os próprios pares e o gênero oposto, assim como em relação a outros aspectos, que se diferenciam conforme cada grupo. Em síntese, as masculinidades hegemônicas se apresentam como um ideal de homem no contexto em que se estabelecem e se caracterizam por serem a masculinidade mais desejada, legitimada e adaptada ao contexto em que se situa. Inseridas no processo de normalização, são hierárquicas, excludentes e desvalorizam as diferenças, seja de forma implícita ou podendo recorrer a práticas violentas. Contudo, ainda que seja dominante, a “hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada

pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições⁷⁰ e da persuasão” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Entretanto, as masculinidades hegemônicas, embora relacionais e estando sempre em disputa, são acessíveis a poucos homens, enquanto “inúmeros outros agem por imitação a fim de não serem rejeitados” (ECCEL, 2009, p. 59).

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Para melhor compreensão e análise, Connell e Messerschmidt (2013) indicam a existência de três níveis distintos de masculinidades hegemônicas: as locais, as regionais e as globais. A primeira refere-se à construção e interação entre famílias, seus pares, comunidade, estabelecimentos e organizações locais. As regionais contemplam a cultura de um país, representados principalmente pelos atletas, igrejas e Estado. Por último, há as globais, que são “construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais (...)” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267). Em termos globais, as masculinidades hegemônicas marginalizam aqueles que não correspondem ao privilégio colonialista e eurocêntrico de classe, raça, idade e gênero.

Ao analisar a construção e manutenção das masculinidades hegemônicas em nível local e regional, é preciso considerar as relações de poder que vão construindo as múltiplas masculinidades. Para se estabelecerem como norma, as masculinidades hegemônicas são mantidas pela cumplicidade das não hegemônicas, que almejam o *status* e os privilégios da primeira. Com isso, afirma-se que a manutenção da dominação da masculinidade hegemônica também,

[...] se impõe pela desvalorização daquilo que é diferente, o que pode se exercer de modo implícito ou mesmo violento. Além da hegemonia, há, nas relações entre as masculinidades, diferentes posições possíveis: a cumplicidade, caracterizada por aqueles que não se ajustam aos modelos hegemônicos, mas o defendem e praticam, com vistas a desfrutar das vantagens decorrentes da dominação sobre as mulheres [...] (ECCEL, 2009,

70 Instituições, neste caso, se refere a estabelecimentos e organizações.

p. 56).

Além de hierárquicas, as masculinidades requerem interdependência para a sua manutenção. Embora sejam construídas a partir de ideais, eles não são estáticos, possibilitando outros arranjos e disputas. A medida que alguns atributos são valorizados em um contexto, podem ser desvalorizados em outro, fazendo com que uma mesma sujeito alterne entre múltiplas masculinidades. Assim, aquele que exerce a hegemonia em um local pode ser subalterno em outro (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

O *status* da masculinidade hegemônica é definido conforme o grupo e os sujeitos que estão inseridos. Ainda assim,

[...] as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero (CONNELL, 2013, p. 253).

A idealização de um modo de ser homem ou enquadramento em uma masculinidade hegemônica não é garantia de uma vida satisfatória.

Como exemplo de mudanças das masculinidades, Connell (2013) denomina hibridização o processo em que há a incorporação pela masculinidade hegemônica de atributos que, em certo momento, foram rejeitados. Um exemplo disso foi o que ocorreu após o aumento da visibilidade da masculinidade gay, quando homens heterossexuais se apropriaram de características e estilos de homens gays, alterando a configuração do que vêm a descrever como masculinidade hegemônica em certos contextos.

7.2 RACISMO E MASCULINIDADES NEGRAS: “PARA O JUIZ A GENTE TEM QUE ANDAR DE TERNO”.

- “Para o Juiz a gente tem que andar de terno”!

A frase acima foi repetida por vários jovens ao relatarem sobre algumas das “recomendações” dos Juízes.

As imposições dos Juízes sobre as roupas corroboram a teoria das periculosidades, em que discursos superficiais e rebuscados tentam esconder que o problema não é o ato cometido, mas quem são os sujeitos. Aliados da norma, a suposta violação à lei cometida desaparece.

Os dados sobre desigualdade socioeconômica⁷¹ entre os gêneros evidenciam o privilégio socioeconômico dos homens sobre as mulheres. Contudo, o regime binário de gênero, apesar de inserir os jovens na parcela da população que historicamente é privilegiada, não se manifesta da mesma forma para todos os homens. Qualquer análise sobre gênero não pode ser deslocada de outros aspectos, como a idade, a classe social e a raça.

A forma que as masculinidades são produzidas, principalmente as masculinidades negras, deixa evidente que o gênero aqui pode acentuar a condição de precariedade desses corpos à medida que exige-se a incorporação de atributos que colocam a vida em risco.

De acordo com os resultados da pesquisa do IPEA, esses jovens estão distantes da legitimidade e do privilégio do grupo dominante. Para eles a incorporação dos atributos da masculinidade, mesmo que tóxicos, produz sentimentos de pertencimento e valor, independente da exposição à violência.

Aos “menores”⁷², é exigido a incorporação de uma masculinidade, que deve se submeter e manter o modelo de masculinidade do Judiciário. Portanto, a produção e incorporação de normas de gênero atua de forma distinta para os sujeitos. Os corpos negros, pobres, que habitam a periferia performatizam “masculinidades que, quando não morrem no espaço público, são encarceradas no sistema prisional” (NARDI; SANTOS, 2006, p. 932).

Nardi e Santos (2006) ao estudarem a problemática da mortalidade dos homens de 20 a 59 anos relacionadas a causas externas, apontam que as “maiores vítimas de mortalidade são homens, negros, entre 14 e 24 anos de idade” (NARDI; SANTOS, 2006, p. 933-934). Homens negros, pobres, indígenas e moradores de

71 De acordo com o Programa de Estatísticas de Gênero do IBGE, lançado em 2015 com os dados de censo de 2010, as mulheres têm um rendimento médio equivalente a 67,7% do rendimento dos homens. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero-do-ibge-mostra-dados-relevantes-sobre-a-autonomia-economica-das-mulheres/>>.

72 Termo utilizado com frequência pelo sistema de justiça e pela mídia para se referir a crianças e adolescentes, contradizendo o que é estabelecido pelo Ecriad, mas perpetuando a lógica do código de menores.

regiões periféricas, não urbanas, não tem os mesmos privilégios que os brancos, classe média e moradores de grandes centros urbanos. A heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória são outros fatores inerentes à hierarquização das masculinidades. Os corpos que divergem da norma sexual, também têm o seu valor reduzido.

Destarte, as diferenças de idade, raça/etnia, classe, orientação sexual e moradia são elementos para a hierarquia das masculinidades. Assim, homens brancos exercem a hegemonia em relação a negros, heterossexuais a homossexuais e bissexuais, cisgêneros à transgêneros. Aos negros, trans, moradores de periferia, pobres, homossexuais (principalmente os afeminados) e com baixa escolaridade, o privilégio não se manifesta da mesma forma. É preciso evidenciar que os homens não são uma categoria universal.

É preciso tornar visível como as masculinidades são produzidas e incorporadas por vidas tão distintas, pois a produção de modelos de masculinidade, como característica do regime político de gênero na nossa sociedade, ignora os limites e os efeitos dessa produção para as vidas que não são reconhecidas como vidas e assim, são submetidas a condições precárias. Com isso remeto aos jovens em privação de liberdade, população que historicamente não teve sua vida reconhecida.

Como anteriormente dito, a invisibilidade dessa população se deve a vários fatores, mas é fundamental ressaltar a invenção da raça pela branquitude e escravização de um povo enquanto aspectos que são sistematicamente invisibilizados. O racismo investe na ideia de que negros não possuem cultura, ou quando suas existências não podem ser negadas, são criminalizadas. Logo, uma das formas de expressar a dominação sobre os negros, é através da cultura. Há uma hierarquização dos modos de vida, expresso nas roupas, na religiosidade, nos padrões de beleza, na música e na linguagem.

Conforme Fanon (2008), observa-se que o racismo atua como mecanismo de exclusão social e manutenção dos privilégios brancos. Isso perpetua a exploração da população negra, seja tornando os corpos produtivos pelo capitalismo lícito, seja pela criminalização e inchaço de um aparato Estatal, ou ainda, na descartabilidade e mortificação dessas vidas por meio do tráfico de drogas. Ao ignorar o racismo como invenção branca, continua-se a perpetuar a hegemonia branca.

Antes de mais, a raça não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verosímeis – a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo (MBEMBE, 2017, p. 26-27).

Para Davis (2017), precisamos pensar o mundo através das questões referentes a gênero, raça e classe. É preciso contextualizar os processos sócio-históricos que construíram a sociedade brasileira que, além de ter deportado milhões de negres da África, foi o último país das Américas a abolir a escravização.

Uma outra forma de racismo é a redução da negritude à sexualização dos corpos. A mulher e o homem negro são representados como objetos sexuais, dotados de valores, como virilidade, disponibilidade sexual e sensualidade.

Sob o contexto colonial antilhano, Frantz Fanon (1983) descreve como prevalece a visão dominante colonial de que “o negro tem uma potência sexual alucinante” (1983, p. 131), de que o negro é fixado no genital, ou, ao menos, “fixaram-no aí”, “se não é o comprimento do pênis (do negro), é a potência sexual que [...] atinge o branco. Ele afirma que “é na corporeidade negra que se atinge o negro” (1983, p. 134). É o negro simbolizando o “biológico”: forte, sexo, potente movido por instinto animal. A compleição física do homem negro como fonte disponível de prazer e gozo ligado à ideia de pênis grande e avantajado (CONRADO; RIBEIRO, 2017, p. 89).

Outro aspecto frequentemente associado às masculinidades negras é a responsabilização da violência sobre um grupo, em que constrói-se um modelo de homem negro, viril, violento, que comparece no trabalho com os adolescentes. O uso dos jalecos, realidade que comparece em todo o país, vê esses jovens com uma sexualidade incontrollável e animalesca.

Sem analisar a produção dos gêneros, a precarização das vidas e a racialização como um problema, a juventude negra torna-se facilmente um bode expiatório.

O modelo de masculinidade tóxico encontra terreno fértil em contextos onde a violência é naturalizada. Ressalto a frase abaixo, dita por uma profissional que atua com jovens:

- “Todos os adolescentes batem nas namoradas. E as namoradas já estão tão acostumadas que não veem problema em apanhar”.

Indago se as masculinidades desses jovens atuam como uma “compensação ilusória à sua falta de poder” (DAVIS, 2016, p. 202).

Homens da classe trabalhadora, seja qual for a sua etnia, podem ser motivados a estuprar pela crença de que a sua masculinidade lhes concede o privilégio de dominar as mulheres. Ainda assim, como eles não possuem a autoridade social ou econômica – exceto quando um homem branco estupra uma mulher de minorias étnicas – que garanta a imunidade a processos judiciais, o incentivo não é de perto tão poderoso quanto o é para os homens da classe capitalista. Quando homens da classe trabalhadora aceitam o convite ao estupro que lhes é estendido pela ideologia da supremacia masculina, eles estão aceitando um suborno, uma compensação ilusória à sua falta de poder (DAVIS, 2016, p. 202).

Vistos como marginais, as masculinidades negras, principalmente nas camadas populares, são associadas à agressividade e violência sendo “(...) necessário olhar para as complexidades das vidas reais e não para estigmas e estereótipos comportamentais imputados compulsoriamente nestas vidas” (RIBEIRO, 2009, p.63).

Corpos de homens negros, por vezes, são responsabilizados pela violência cometida as mulheres negras. Entretanto, nesta análise, ignora-se a responsabilidade do estado, que violenta através do encarceramento, do genocídio, do privilégio de pessoas não negras e a falta de serviços e apoios sociais a esses grupos, ignorando uma dimensão da violência racializada (CONRADO; RIBEIRO, 2013, p. 6).

Se contrapondo ao aspecto negativo das masculinidades negras, Davis (2016) indica que elas podem ser positivas, ao afirmar que a hierarquização do gênero é um fenômeno inventado pelos brancos.

Em um dos encontros da pesquisa, conversava com um grupo de jovens acerca das expectativas sobre ser homem e mulher. Em determinado momento, um jovem interrompe o grupo, levanta e fala:

- Mas qual mulher vai querer um cara sem grana? Sem carro, sem grana, sem como dar uma joia pra ela? As mulheres não querem saber de cara que estuda.

Ter várias conquistas sexuais, adquirir bens de consumo generificados⁷³, consumir abusivamente maconha, álcool e cocaína; ser visto como violento e ameaçador, eram elementos que rompiam com o sentimento de fragilidade e invisibilidade remetido à infância. A cisão com essa imagem e incorporação de outros atributos, considerados masculinos pelos jovens, era reforçada por eles, seus pares, sua família, comunidade e os tornavam mais atraentes para o tráfico de drogas.

73 Termo utilizado para objetos reconhecidos como pertencentes ao gênero masculino ou feminino.

O trabalho informal frequentemente tem segregação de gênero. Por exemplo, meninos tem maior possibilidade do que meninas de serem recrutados pela parte do mercado de trabalho informal que consiste em tráfico de drogas e pequenos furtos. Essa divisão por gênero do trabalho se reflete em muito maior escala na prisão e condenação de meninos adolescentes (por exemplo, na Austrália, meninos perfazem 88% das condenações de jovens em Nova Gales do Sul; Bureau of Crime Statistics and Reserarch, 2002) (CONNELL, 2016, p. 146).

O risco de morte comparece como um fator positivo, que promove um *status* e reconhecimento no grupo a que pertencem. O exercício da masculinidade ganha espaço em condições precárias, sendo utilizado como estratégia para sair da invisibilidade a que estão submetidos, mesmo que o custo disso seja a própria vida. Atributos exercidos pelo sujeito como força física, virilidade, arma de fogo, violência, supostamente conferem um ganho, mas submetem os corpos a outras violências.

A definição de homem que supostamente oferece vantagens e poder, na verdade, carrega adoecimento e submissão a um regime, que é fonte de violência e prejuízo social, tanto ao grupo que comete quanto ao restante da sociedade (CONNELL, 1995).

Ironicamente, as práticas corporais frequentemente adotadas por meninos precocemente em busca de status de adultos e do prestígio masculino entre seus colegas são aqueles com os efeitos mais tóxicos sobre seus corpos – fumar, dirigir imprudentemente, praticar a violência física e o sexo desprotegido (CONNELL, 2016, p. 145).

Para compreender as desigualdades e violências ainda impetradas aos sujeitos “não adultos” é preciso destacar que o sentimento e tratamento dado à população infanto-juvenil não é homogêneo. A narrativa dos adolescentes indica que as características estabelecidas e direitos preconizados da infância destoam da própria vivência e sentimentos que a parcela submetida à privação de liberdade tem sobre essas fases da vida. Para os jovens que acompanhei, a infância e adolescência remetiam a maior possibilidade de serem violentados e/ou à invisibilidade pela sociedade.

A necessidade de “ser respeitado”, constantemente expressa pelos jovens, fala de um processo em que suas vidas se tornam abjetas e não passíveis de luto. O modelo de infância que comparece nas legislações, na mídia e no discurso de uma parte da população não alcança a vida desses jovens. A infância e a adolescência, ao invés de serem alvo de proteção e apoio, tornam-se mais uma possibilidade de controle e violação.

Na experiência como psicóloga e pesquisadora, foi possível perceber a busca por um modelo de masculinidade que, supostamente, traria visibilidade e reconhecimento no grupo social a que os jovens pertenciam. O que é outra ficção.

As masculinidades também são exercidas por corpos de mulheres e/ou femininos, e não se restringem a corpos masculinos ou de homem, embora correspondam a modelos específicos e não ocorram ao acaso. Estão ligados a processos históricos, culturais, sociais e econômicos que determinados grupos exercem sobre a maior parte da sociedade.

Remete-se às masculinidades ao exercer comportamentos violentos ou de provedor ou exige-se de corpos masculinos e/ou de homens esses elementos, independentemente da idade ou condição de exercê-la. No Brasil,

[...] o racismo mata a população negra todos os dias. Os homens negros, principalmente os jovens, são os mais encarcerados, constituindo, no país, a quarta maior população carcerária no mundo, sendo que são os mais assassinados, atingindo um percentual de 73%, o que caracteriza o genocídio da juventude negra do país. Contradição esta marcadamente associada ao racismo que define privilégios, status e poder segundo a pertença étnicorracial, independentemente de sua posição de classe (CONRADO, RIBEIRO, 2017, p. 91).

A morte é realidade para essa população. Os planos de vida precisam atender ao imediato, ao agora. A morte e a baixa expectativa de vida comparecem com frequência nos seus discursos. Amigues e familiares sofrem ameaças e são violentados cotidianamente. Qual é o sentimento de infância que comparece nos corpos que crescem com a certeza de não vão passar dos vinte anos?

...

Ao analisar a metodologia de trabalho executada nas Unidades Socioeducativas, é possível constatar que ainda vivemos no processo de catequização. A socioeducação opera como um modo de conduzir condutas e impor o modelo do homem branco burguês a esses jovens. Atuando ainda enquanto um dispositivo de segurança e de controle, as medidas socioeducativas fixam a população infanto-juvenil negra em aparelhos de disciplinarização e normalização, cujo objetivo não é lutar contra as condições de vida precárias e tornar as vidas mais vivíveis. Pauta-se na contenção de uma suposta periculosidade ou enquadramento no modo de vida dominante, sendo abandonados à própria morte.

Um processo que traça os seus objetivos no controle do corpo, no higienismo,

na disciplina e na criminalização dos modos de vida desses jovens. Recordo dos critérios “socioeducativos” que priorizam a mudança de vocabulário, da postura corporal, do estilo de roupas, que avaliam conforme a limpeza do local (mesmo aqueles que são extremamente precarizados pelo Estado) e na rigidez no cumprimento de regras e normas. A orquestra sinfônica é valorizada e o funk, novamente, criminalizado/recriminado. Esses são apenas alguns dos exemplos do processo de mortificação e embranquecimento das juventudes. Esse modelo atende a quem? (Diário de campo, janeiro de 2018).

7.3 VISITA AO MUSEU DO NEGRO.

Em meio a dúvidas e incertezas no atendimento dos adolescentes, começo a perceber o lugar de privilégio que habito. Utilizo a memória como um recurso para acessar as experiências. Naquele momento ele não cumpria nenhuma medida socioeducativa e o nosso diálogo não estava pautado por alguma obrigatoriedade jurídica. Durante a conversa, em tom de dúvida, raiva e questionamento, ele diz:

- Por que as pessoas atravessam a rua ao me ver? É porque sou preto?

Reclamava que vizinhos e familiares tentavam controlar a sua vida. Seus pais justificavam o controle por ter cumprido MSE devido a um ato infracional. Mas o que poderia ser dito sobre aquelas pessoas que atravessavam a rua?

- Tenho cara de bandido, né?!

Sentia-se constantemente julgado. Eu não sabia o que dizer.

Lembro-me dele falar das suas vontades e ambições. Desejava dormir até tarde, não gostava da escola, adorava jogar videogame e assistir desenho japonês. Nas conversas com outros colegas eu sempre dizia que ele apenas queria exercer o direito de ser adolescente. Recordo com detalhes da minha chefia perguntando sobre ele e exigindo a sua inserção profissional.

- Fulano está trabalhando? Está fazendo algum curso profissionalizante?

Respondi várias vezes:

- Não. Ele não tem essa vontade no momento e trabalhar não é uma obrigação. A obrigação dele enquanto cidadão é não cometer nenhum crime. E não há correlação entre não trabalhar e cometer algum crime. Ele tem o direito de não trabalhar e de não estudar.

Ao mesmo tempo em que percebia um direcionamento do meu olhar, tentava pensar junto com ele quais formas de vida seriam possíveis. Revendo as minhas intervenções, percebo que provavelmente estava tomada por um discurso moral, por uma perspectiva pautada em uma cronologia (ele tinha 19 anos) e por um modo de vida que era meu. Perguntei:

- Como será o seu sustento? Como será o seu futuro?

Respondeu rindo e com tom de deboche:

- Vou morar na rua, vou ser mendigo.

Eu, imersa nesse modelo burguês higienista, resistia, mas tentava enquadrá-lo num modo que não era o seu. Com o tempo fui percebendo que ele apenas queria ser ouvido. Recordo de quando me contou sobre ter conseguido comprar uma roupa que sempre quis. Veio todo alegre me mostrar a calça da cyclone de 400 reais que sempre sonhou em ter.

A felicidade durou pouco tempo. Foi julgado por todos. A calça, que correspondia a um estereótipo racista, ao juntar com a cor da pele produziu a seguinte fala:

- Agora sim que atravessam a rua ao me ver.

Antes da conversa acima, um dia contou que queria acabar com o tráfico, pois acreditava que traficante não prestava, que era a origem de todo o mal. Chegou a falar que a solução seria se os traficantes deixassem de existir. Com esse pensamento em mente, tinha feito uma programação, com o objetivo de solucionar o próprio problema. Se isso era verdade? Não faço a menor ideia e nem me interessou pensar se poderia ser "verdade ou mentira". O difícil foi perceber que ele estava disposto a abrir mão da própria vida e da liberdade por aquele "modelo de justiça". Perguntei:

- Quanto vale a sua liberdade?

Moveu os ombros para cima, como um gesto de que não se importava com a própria liberdade. Encarava o aniquilamento como uma salvação da sociedade. Queria ser herói/heroína. Provavelmente o mesmo herói/heroína dos quadrinhos que gostava. Com um sentimento de impotência e frustração, não encontrava nenhuma palavra que pudesse afetá-lo. Lembrei que o Museu do Negro tinha sido reinaugurado há pouco tempo e fiz o convite:

- Vamos (juntas) a um museu aqui do lado?

Com certo receio, topou. E assim, ambes, fomos parar pela primeira vez no museu do negro.

O que poderia fazer? Não sabia e continuo sem saber. Apenas posso afirmar que as palavras, eu e a psicologia fomos insuficientes (Diário de campo, dezembro de 2016).

7.4 “MULHERES, PROTEJAM SEUS CORPOS” – SOBRE O USO DOS JALECOS PELAS EQUIPES TÉCNICAS DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS.

É o que penso ao ver a equipe de técnicas das Unidades Socioeducativas usando jalecos ao transitar pelos locais que tem contato com es adolescentes. A utilização desta “peça do vestuário” é uma exigência da gestão das Unidades. É interessante perceber que tal peça é exigida nos locais em que há o contato com es adolescentes.

Para quem trabalhou em uma Unidade Socioeducativa – principalmente mulheres que estão dentro da categoria denominada “técnicas ou técnicos” é recorrente o discurso de que o jaleco deve ser adotado para que os adolescentes não vejam o corpo dessas pessoas (majoritariamente mulheres). Assim, supostamente, têm seu corpo protegido daqueles que são vistos como incontroláveis e não conseguem lidar com os próprios desejos. Reduzidos a uma condição animalesca, utiliza-se como justificativa a proteção do corpo da mulher.

Entretanto, as restrições não param por aí. Demais padrões de feminilidade não são aceitos. Veda-se às mulheres a utilização de saltos, blusas sem manga, decotes e qualquer roupa que permita ver seus corpos. Somente brincos pequenos e os piercings são proibidos. Até mesmo a maquiagem não é tolerada. Tudo o que remete às feminilidades é proibido ou pouco tolerado nas unidades socioeducativas.

Contudo, questiono qual é o controle exercido sobre os corpos des técnicas, pois a gestão e as agentes socioeducativas não precisam usar o jaleco. Aparentemente, seus corpos não precisam da mesma proteção que o das técnicas (Diário de campo, junho de 2017).

INCONCLUSÕES

No caminho para a UFES, precisando encerrar a dissertação eu penso: o que posso tirar desse trabalho? Como ele me desloca? Por que foi tão difícil? O que permanece em mim?

Sou uma mulher, branca, psicóloga, lésbica e funcionária pública. Em meio a discursos violentos e ameaças de fascismo institucionalizado, percebo o quanto a minha vida é precária e pode ser ainda mais precarizada. Entretanto, sou privilegiada, principalmente ao comparar a minha vida e condição de existência às vidas dos jovens. A violência que atinge esses jovens não se restringe a eles, mas também passa por mim. A distinção sobre as violências e desigualdades é relevante de ser mencionada, mas não é o suficiente. A morte e o assassinato deles me marca, mobiliza, adocece e por vezes, paralisa. É impossível trabalhar, pesquisar e conviver com eles sem ser marcada.

No início dos estudos sobre masculinidades, acreditava que ela decorria de uma apropriação individual, em que os jovens, buscando legitimidade na sociedade, incorporavam determinados modelos. Entretanto, essa lente, hoje, não faz mais sentido. Inscrita em um modo especialista, sem perceber, estava tentando colocar as masculinidades como mais um componente do exame. No percurso da pesquisa, altero a lente e com a ajuda das experiências e dos autores, percebo que os regimes políticos que incidem sobre os corpos não são escolhas individuais, mas são performatividades, que conforme Butler (2014) são produzidas em meio a diversas instituições sociais. No decorrer da pesquisa percebi como o Sistema de Justiça, a psicologia e o conjunto de saberes atuam na produção desses modos de ser generificados.

Embora exista um recorte bem específico de classe, cor e gênero nos estabelecimentos que executam MSE de internação, a herança escravagista no Brasil é uma realidade ignorada. A ausência de reflexão sobre a “conduta infracional” reproduz a lógica do individualismo e da periculosidade.

Essa visão legitima o genocídio da população jovem negra e masculina, a qual é naturalizada como violenta, agressiva e responsável pelas condições precárias de vida. Fazendo uma torção no que usualmente se utiliza como trajetória infracional nas MSEs, será que a trajetória infracional é do sujeito ou do Estado?

Esses adolescentes e jovens, alguma vez foram cidadãos? Em que momento

eles se tornam preocupação do sistema de justiça? Quando incomodam nos bairros nobres, quando cometem atos infracionais contra pessoas brancas eles se tornam visíveis? Existe a produção de uma adolescência e juventude perigosas, mas a quem isso interessa? Quais projetos de sociedade são construídos?

Percebo, junto a meus colegas e pares, que o pensamento essencialista sobre os sexos e os gêneros não é questionado nas formações acadêmicas. O que vem a ser uma mulher, homem, masculino, feminino não era questionado. A verdade reproduzida era a de que os homens são naturalmente violentos e agressivos enquanto as mulheres são naturalmente cuidadoras e amorosas.

Ao longo do texto fui trazendo elementos de como o gênero comparece no trabalho com jovens em cumprimento de MSE, assim como a masculinidade, as infâncias e os regimes de saber-poder se constituem como uma questão.

Além das inquietações frente aos jovens, percebo como as discussões sobre as masculinidades são problemas em outras áreas. Sua análise não pode ser realizada sem fazer a intersecção com a classe social, raça e idade.

A escuta dos adolescentes situou que não é o sujeito e a sua busca pela incorporação dos modelos de masculinidades que se atrela ao ato infracional e uso da violência. Mas que a produção dos binarismos de gênero e dos modelos de masculinidades em intersecção com idade, raça e classe social, ao incidir sobre corpos abjetos, marginalizados e anormais, torna/produz a relação consigo e com o mundo ainda mais precária e mais “matável”. Seria a produção de masculinidades mais uma forma de fazer morrer?

Percebo que a pesquisa produziu outras perguntas e inquietações, mas de alguma forma, estou aprendendo a lidar com elas. As inconclusões me permitem escapar, me perder, ao invés de chegar a uma produção de verdade.

A finalização da dissertação é a delimitação de um processo que começou muito antes do mestrado e que não sei quando irá terminar.

No processo de pesquisa e escrita da dissertação a maior certeza é que as experiências e acontecimentos me deslocaram. Torceram e estraçalharam uma série de certezas e convicções. O que fica desse processo é a importância da experiência como um ponto de partida, um lugar de passagem, uma travessia. Afirmação de um corpo que se permite mudar e estar em contínua transformação, e não como ponto de chegada.

O que chamam de socioeducação é um projeto que exige a mudança completa dos jovens. Exige-se que larguem as próprias vidas, seus amigos, suas roupas, seu jeito de se vestir, de falar. Ignora-se os relatos sobre a morte e expectativa de vida. Ignora-se as violações, a baixa expectativa de vida e o receio dos familiares também serem submetidos a mais violência.

Com frequência impõe-se aos jovens: Abandone esse trabalho! (estou me referindo ao tráfico). Indago: É possível pedir demissão do tráfico?

Com o tempo veio o pensamento: Vou tentar expor um cenário:

Imagine um adolescente, 13, 14 ou 15 anos. Trabalha sem carteira assinada e não é estágio. Seu trabalho é insalubre. Não tem carga horária específica e a remuneração é de acordo com a venda. Caso seja roubado é obrigado a repor o dinheiro ou a mercadoria, não tem negociação. Esse trabalho o expõe ao risco, a sua moeda é sempre a própria vida. Vida que tem pouco valor na sociedade e no seu ramo. Altos índices de acidentes e de óbito. Chefiado por adultos e grandes grupos, fica com o trabalho mais arriscado. Não pode pedir demissão, pois corre o risco de ser assassinado, assim como a própria família. Caso peça demissão, a concorrência sempre o verá como uma ameaça e como aquele que reduziu o lucro ou o comércio do outro grupo.

É assim que entendo o tráfico de drogas e as atividades relacionadas a sua manutenção. Pelo menos o tráfico que os adolescentes participam. Ao invés de serem protegidos são multiplamente violentados. Pela omissão e violência do Estado e das políticas públicas que deveriam garantir direitos, que apenas os veem quando são pegos pela polícia, pelo judiciário e pelos jornais. (Diário de campo, setembro de 2017).

“O QUE VOCÊ FEZ COM O MEU FILHO?”

Recordo de um trabalho bem difícil com um jovem, vou chama-lo de T. Ele parou de estudar no sétimo ano e não gostava da vida escolar. Estava cumprindo MSE de Liberdade assistida.

A vida de T. foi marcada pela violência. Relata que foi criado pela avó, com quem não tinha diálogo e todo “não” era expresso pela “vara”. O pai foi assassinado na sua frente quando era adolescente e também trabalhou com/para o tráfico. A mãe

construiu outro relacionamento estável, e novamente, em meio a violência, apanhava do atual companheiro. A mãe tinha o receio de que o filho soubesse das agressões que sofria, com medo de uma suposta reação violenta.

Sua atual namorada estava grávida. Relatou várias histórias de agressão e de violência contra outras namoradas, contra a polícia e contra outros traficantes.

Inicialmente relatava que não tinha sono, depois, vieram os pesadelos. As lembranças “dos corres”, dos tiroteios, a sensação constante de medo o deixava em alerta. Não conseguia confiar em ninguém, nem mesmo na companheira.

Com o tempo vieram lembranças da infância. Perguntava dos seus afetos, das lembranças. Conversávamos sobre as suas expectativas, sobre as dificuldades de relacionamento com o sogro, sobre como seria o cuidado com a filha.

Direcionava os nossos diálogos para as suas relações afetivas. Sua filha nasceu e dias depois foi ao atendimento. Relatava que estava “doido” para me contar sobre a filha.

Conversamos sobre a sua filha, e, no celular, me mostrou várias fotos dela. Sempre perguntava a ele o que sentia e como se sentia.

Suas respostas estavam relacionadas às expectativas dos outros sobre como deveria agir e sentir. Várias afirmações cruéis sobre que tipo de “homem” deveria ser. Cobranças e exigências sempre relacionadas a ser provedor, a ser “homem de verdade” e “pai de verdade”.

No início, a vergonha e o choro escondido. Com o tempo, ao mostrar as fotos da filha e falar das relações com a namorada, com a mãe, com a irmã e com o sogro, vi que ele foi se permitindo chorar, se permitindo sentir.

No curso de psicologia, aprendemos sobre teorias e modos de exercer a profissão. Discute-se sobre muitas coisas, mas nenhuma formação te diz sobre como suportar a escuta de histórias violentas.

Possibilitar o fluxo de histórias e de afetos pode ser potente. Em função de outro trabalho, encerrei o acompanhamento após mais de seis meses. Recordo da mãe dele ir à minha sala e falar:

- O que vocês conversam aqui? O que você faz com o meu filho? Ele é outro. Conversa muito mais, fala mais, não está violento. Eu não sei o que você fez com ele, mas obrigada, meu filho é outro.

Eu sorri e falei que estava fazendo o meu trabalho. Mas por dentro eu pensava que também era outra pessoa...

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. M.; BARROS, M. E. B.; OLIVEIRA, S. P. Falando de metodologia de pesquisa. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro: ano 5, n. 2, p. 18-28, 2005.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARROS, M. E. B.; BARROS, L. M. R. O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: **Fractal**, Ver. Psicol., v. 25 – n.2. p. 373 – 390, Maio/Ago. 2013.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo** - Volume 2. 2ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967/2016.

BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. A psicologia no estado penal: possibilidades e estratégias para subverter a judicialização. In C. M. B. Coimbra, L. S. M. Ayres & M. L. Nascimento (Orgs.). **PIVETES: encontros entre a psicologia e o Judiciário** (p. 116- 121). Curitiba, PR: Juruá, 2008.

BRASIL. **Constituição(1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1998.

_____. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em 08 de junho de 2017.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. Lei Nº 12.594 de 18 de Janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em 10 de junho de 2016.

_____, Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2016**. Disponível em https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Acesso em: 11 de abril de 2018.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres. Junho,

2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2018.

BULCÃO, Irene. A Produção de Infâncias Desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, Maria Lívia do (org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.

BERNABÉ, M. F.; CASTELLO, N.; ROSEIRO, M.C.F.B. Sexualidades e gênero na psicologia: ativismos formativos e tensionamentos curriculares. In: RODRIGUES, MONZELI E FERREIRA (ORGS). **A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa**. p. 195-214. Vitória: EDUFES, 2016.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu** vol. 21, 2003: pp.219-260. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf>> Acesso em 02 de março de 2017.

_____, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

_____, J. Quadros de Guerra: **Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAETANO, M. **Performatividades Reguladas: Heteronormatividade, narrativas biográficas e educação**. Curitiba: Apris, 2016.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Conceito de Hegemonia em Gramsci por Marilena Chauí**. 2014 (11m33s) Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/?p=152%20%20-%201min2s>>. Acesso em 05 de maio de 2018.

CHESANI, A. K. Prevenção e enfrentamento à violência letal de crianças e adolescentes. **Rev. Digital Ed.** vol.03, ano 3, 2010. Disponível em : <https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_03/revista_digital_ed_03_3.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2016.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Arquivos Brasileiros de Psicologia. COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>>. Acesso em 10 março de 2018.

COIMBRA, C. M. B. & NASCIMENTO, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Jovens, **Revista de Estudos sobre Juventude**, ano 9, 22, 338-355.

COIMBRA, C. M. B., Ayres, L. S. M., & NASCIMENTO, M. L. Cartografias Jurídicas Discursos e Práticas *Psí* no Judiciário . In C. M. B. Coimbra, L. S. M. Ayres & M. L. Nascimento (Orgs.). **PIVETES: encontros entre a psicologia e o Judiciário** (pp. 39-47). Curitiba, PR: Juruá, 2008.

COIMBRA, C. M. B & NASCIMENTO, M. L. do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. Em: FRAGA & Lu Lianelli (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COIMBRA, C. M. B., NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In A. R. R. Geisler, A. L. Abrahão & C. M. B. Coimbra (Orgs.). **Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde**. Niterói, RJ: EdUFF. 2008.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia do. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?. Referência obtida: CEDECA – São Martinho, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>>. Acesso em 4 maio 2016.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Revista Educação e Realidade**, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1224/connel_politicas_de_masculinidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 de abril de 2016

_____, R. W. MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 241-282, 2013

_____, R. W. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Versus. 2016.

CONRADO, M.; RIBEIRO, A; MORAES, A. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Estudos Feministas**, Florianópolis. 25(1): 73-97, janeiro-abril/2017

_____, Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Rev. Estud. Fem.**[online]. 2017, vol.25, n.1, pp.73-97.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 58 p.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Débora. **Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal** / Debora Diniz. Brasília: LetrasLivres, 2017.

ECCEL, C., S. **Subjetividades Contemporâneas, Trabalho e Masculinidades**. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Administração da UFRS, Porto Alegre, 2009.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 24ª ed.

_____, M. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____, M. **História da Sexualidade: o uso dos prazeres**. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____, M. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____, M. O sujeito e o poder. 1982. In: DREYFUS, Hubert. L.; BABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010. 348p.

HOOKS, B. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

IPEA. **Nota técnica Nº20. O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários**, 2015. Acesso em 10 de maio de 2016 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/notatecnica_maioridade_penal>. Acesso em 20 de abril de 2016.

IPEA. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em 02 junho de 2017.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano em comum. *Fractal, Rev. Psicol.*, v.25 – n. 2, p. 263-280, Maio/Ago. 2013.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiências. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____, O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 101-115, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25643/14981>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

_____, A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2004. V. 29, n.1, p. 27-44. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25417/14743>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

LAQUEUR, T. **A inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos até Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho. Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sônia (Org.). **Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MUSKAT, S. **Violência e Masculinidade**. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. 2ª ed., Lisboa: Antígona, 2017

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E. ROSSI, A. Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa – Intervenção no Brasil. Revista **EPOS**; Rio de Janeiro – RJ, Vol.5, nº 1, jan-jun de 2014; pág. 156-181. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/09.pdf>>. Acesso em 12 junho de 2018.

PIMENTA, M., masculinidades e sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com a violência e criminalidade. In: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 7 - no 3 - JUL/AGO/SET 2014 - pp. 701-730

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - **Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SCHEINVAR, E. LEMOS, F. C. Os direitos da criança e do adolescente: caminhos da judicialização **Universidade e Sociedade**. Ano XXI, nº 50. Brasília. 2012

_____, E. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: NASCIMENTO, M. L. do (org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.

SCHERER, René. Noli Tangere. In: LAPASSADE, G.; SCHÉRER, R. **O corpo interdito: ensaios sobre a educação negativa**. Lisboa: LTC, 1982.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995.

SIQUEIRA, L. A. R. **Habitando sentido no encontro com jovens "capturados" pelo sistema de justiça: um estudo sobre as trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei atendidos pelo Programa LAC/PSC de Vitória (ES)** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

_____, L. A. R. **Adolescentes em liberdade assistida: narrativas de (re)encontros com a escola** (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

STELLMANN, R. **A masculinidade na clínica** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TSALLIS, A. C. Caros Colegas Pesquisadores: In TAVARES, G. M.; MORAES, M.; BERNARDES, G. A. (org.) **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES. 2014.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. LOURO, G. (org.). 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo**. CEBELA/FLACSO, 2013.

ZALUAR, A. M., Paradoxos da democratização no Brasil. **Revista E-premissas, revista de estudos estratégicos**. Nº 2, 2007.

ANEXO A – COMUNICADO DE IMPRESA: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CIDH encerra visita ao Brasil⁷⁴

15 de dezembro de 2017

Washington DC – A Relatora sobre os Direitos da Criança e do Adolescente e Relator de País da Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizaram, de 13 a 17 de novembro de 2017, uma visita de trabalho ao Brasil. O principal objetivo da visita foi o acompanhamento do funcionamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) para adolescentes em contato com a lei penal, bem como as condições de internação desses adolescentes. A delegação foi composta pela Comissária Esmeralda Arosemena de Troitiño, Segunda Vice-presidente da Comissão e Relatora sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e pelo Comissário James Cavallaro, Relator de País e equipe da Secretaria Executiva.

No Brasil, existe um contexto estrutural e generalizado de atos de violência nos centros de internação de adolescentes, tais como: alegações de abusos e maus tratos cometidos por outros internos e pela equipe desses centros ou com o seu conhecimento, homicídios, atos de tortura, rebeliões, fugas, superlotação, instalações insalubres e falta de programas que sirvam efetivamente para o objetivo socioeducativo e de inserção social dos adolescentes em contato com a lei penal, entre outras situações violadoras de direitos humanos que têm sido reiteradamente trazidas ao conhecimento da CIDH. Segundo informações de um relatório recente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal sobre “*Assassinato de Jovens*”, morrem em média mais de 2 adolescentes por mês nessas unidades socioeducativas. De acordo com esse mesmo relatório, apenas metade dos adolescentes privados de liberdade estão matriculados na rede de educação.

A Comissão tem repetidamente demonstrado sua consternação quanto a circunstâncias dessa natureza e manifestado preocupação com o fato de que quando os adolescentes entram em contato com o sistema de atendimento socioeducativo

⁷⁴ Fonte: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/209.asp> Acesso em 06 de outubro de 2018

são expostos a violações de seus direitos, ao invés desse fato representar uma oportunidade para apoiar sua inserção social de forma construtiva e positiva e para evitar a reincidência, tal como prevê a legislação brasileira.

Ante a esse contexto, a CIDH recentemente concedeu medidas cautelares com relação a vários centros de internação para adolescentes. Tais medidas encontram-se atualmente sob o monitoramento de cumprimento pela Comissão e foram objeto de observação durante a visita; MC 60-15 com relação aos centros no estado do Ceará, de dezembro de 2015, e MC 302-15 com relação a um centro em São Paulo, de julho de 2016. Além dessas medidas, existem medidas provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS) no estado do Espírito Santo, onde está localizado um dos centros visitados.

Durante a a visita, a CIDH pode constatar a persistência de desafios consideráveis que o SINASE enfrenta em seu funcionamento operativo, constatando-se padrões de abusos, maus tratos, tortura, falta de condições de segurança, e deficiências estruturais nas instalações e na gestão desses centros. A delegação também foi informada sobre o elevado número de adolescentes privados de liberdade por delitos não violentos relacionados a drogas - aproximadamente 27% do total – e sobre o uso excessivo da prisão preventiva, fatores que contribuem para o nível elevado de superlotação dos centros, e que são contrários aos padrões internacionais.

A CIDH destaca que a adoção da Lei 12.594/2012 do SINASE, aprovada há cinco anos, constitui uma demonstração do compromisso do Estado brasileiro em buscar medidas no âmbito da justiça juvenil de acordo com as normas internacionais, integrando-as formalmente a seu ordenamento jurídico. No entanto, esta lei enfrenta sérios desafios para sua aplicação efetiva que requerem atenção imediata e recomenda ao Estado a adoção e aplicação de um plano que permita a implementação integral de seus preceitos, a realização de uma avaliação de sua operação real e a alocação de recursos econômicos suficientes para o SINASE.

A Comissão saúda as informações fornecidas pelo Estado em relação à sua vontade de aprofundar a aplicação de um modelo de justiça restaurativa para adolescentes em contato com a lei penal e seus esforços para sua implementação efetiva. Ao mesmo tempo, a Comissão adverte que tais medidas encontram-se em uma etapa muito precoce de implementação. Entre as iniciativas apresentadas, a CIDH concorda com a importância crucial de rever os processos de seleção e treinamento contínuos de

agentes socioeducativos, cujo perfil atual mais se aproxima das forças de segurança do que do sistema socioeducativo, com competências e habilidades para apoiar o processo de reabilitação e integração social dos adolescentes.

A CIDH também solicita ao Estado a adoção de medidas necessárias para promover a coordenação entre os vários órgãos e instituições responsáveis pela implementação das políticas relativas ao SINASE nos vários níveis - federal, estadual e municipal –, e que adote ações para superar a situação de aplicação díspare dessa lei nos diferentes estados. Além disso, a CIDH recomenda uma cooperação mais sólida e assertiva com o Judiciário para reduzir o número de adolescentes privados de liberdade, o que, na prática, representa o respeito ao princípio da excepcionalidade das medidas de detenção, que foi reconhecido no quadro regulatório doméstico do Estado.

Os Comissários realizaram, em Brasília, reuniões com autoridades federais e organizações da sociedade civil que trabalham na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, visitaram os estados do Ceará, Espírito Santo e São Paulo, onde, além de reunirem-se com autoridades estaduais e organizações da sociedade civil, visitaram vários centros de privação de liberdade para adolescentes. Também, no âmbito da visita, foram realizadas reuniões sobre os temas indígenas e afrodescendente, em seguimento ao 165º Período Ordinário de Sessões de Montevideú, Uruguai. Nessas reuniões, estiveram presentes autoridades responsáveis por essas questões e o Comissário James Cavallaro, Relator para o Brasil.

A Comissão Interamericana agradece ao Governo do Brasil pelo convite feito à Comissão, bem como pela disponibilidade das mais altas autoridades nos níveis federal e estadual, além do acesso aberto e irrestrito que teve a delegação a todos os locais de internação de adolescentes, às suas dependências e aos funcionários e internos desses centros. Em particular, a Comissão aprecia e valoriza as informações fornecidas pelo Estado, organizações da sociedade civil, adolescentes internados, suas famílias e outras partes interessadas. A delegação visitou a Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS), a Unidade de Internação Provisória (UNIP II) e a Unidade Feminina de Internação (UFI), no Espírito Santo; a Casa de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Cedro e a Casa de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Nova Aroeira, ambas no Complexo Raposo Tavares, em São Paulo; e o

Centro Educacional São Miguel, o Centro Educacional Dom Bosco e o Centro Educacional Passaré, no Ceará.

A visita ocorre na ocasião do convite feito pelo Governo do Brasil durante a realização da audiência temática realizada em 22 de Março 2017 sobre a "Situação dos direitos humanos dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil" para observar o funcionamento do SINASE. Como parte dessa audiência, a Comissão recebeu informações preocupantes de organizações da sociedade civil e teve a oportunidade de receber relatos sobre os tipos de medidas tomadas pelas autoridades federais e estaduais para tratar dessa situação.

Este comunicado contém um anexo com as conclusões e observações da CIDH sobre a visita.

A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge a partir da Carta da OEA e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Comissão Interamericana tem como mandato promover a observância e defesa dos direitos humanos na região e atua como órgão consultivo da OEA na temática. A CIDH é composta por sete membros independentes, que são eleitos pela Assembleia Geral da OEA a título pessoal, sem representarem seus países de origem ou de residência.

No. 202/17

Anexo: CIDH encerra visita ao Brasil⁷⁵

15 de dezembro de 2017

Washington DC – A CIDH agradece a disponibilidade das autoridades para iniciar um diálogo construtivo com a Comissão e as valiosas informações e dados fornecidos durante a visita. Da mesma forma, a Comissão destaca as reuniões com organizações da sociedade civil que trabalham na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e

⁷⁵ Fonte: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/209A.asp> Acesso em 06 de outubro de 2018

de outros atores interessados com quem se reuniu e pelas propostas concretas que fizeram para ajudar a avançar os desafios identificados. A CIDH também enfatiza a importância de se levar em consideração, de maneira séria e constante, a voz e as opiniões de crianças e adolescentes privados de liberdade e suas famílias como parte dos esforços do Estado para identificar os problemas que acometem o SINASE, e para identificar soluções.

No curso da visita, a CIDH pode observar que, de modo geral, a Lei do SINASE, No 12.594 de 2012, adota como referência os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, especialmente os princípios da excepcionalidade e da temporalidade da punição, o princípio do melhor interesse da criança, o reconhecimento da condição do desenvolvimento do adolescente, e a consideração de que o objetivo das penas deve ter caráter socioeducativo e focar na reabilitação e na integração social dos adolescentes. A Lei do SINASE prioriza as medidas socioeducativas não privativas de liberdade, regulando uma ampla gama de medidas e proporcionando um caráter excepcional à privação de liberdade em regime fechado, que deve ser aplicada por meio de atenção individual destinada à reintegração ao meio social e familiar, e garantindo os direitos à saúde, educação e formação profissional. No entanto, na prática, como observado, a lei do SINASE enfrenta importantes desafios em sua implementação, sendo a situação mais crítica em alguns estados.

Durante a visita às unidades de internação do SINASE, os Comissários encontraram padrões de maus tratos e tortura, tortura e tempos de confinamento excessivos que podem chegar a 23 horas por dia. No estado do Espírito Santo, verificou-se que as condições de internação e tratamento de adolescentes são semelhantes às aquelas referentes a medidas carcerárias devido à falta de agentes socioeducativos qualificados e capacitados, juntamente com os problemas na infraestrutura dos centros. Constatou-se que existe um elevado número de funcionários de segurança e um escasso número de agentes socioeducativos para cumprir com o objetivo de reabilitação e integração social das medidas nesses centros. Durante a visita, os Comissários receberam denúncias de ameaças e agressões contra adolescentes por agentes socioeducativos, uso abusivo de algemas, confinamento em suas celas ("tranca") e a obrigação, como forma de punição, de permanecer em posições dolorosas por longos períodos de tempo ("procedimento"). Do mesmo modo, foram

encontradas instalações contrárias aos fins do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que vão desde salas precárias, que exigem trabalhos de reparação estrutural, adaptação e manutenção, até dependências educacionais e profissionais deficientes. Além disso, foram relatados problemas com a alimentação em mau estado e se observou a falta de atenção médica dentro dos centros, verificada pela presença, somente uma vez por semana, de um psiquiatra e um médico para atender os internos. Ao mesmo tempo, foram observados avanços em termos de acesso à educação para os internos, o que inclui o acesso regular às aulas, presença de professores de diversas disciplinas e nivelamento dos estudantes.

Durante a visita à Unidade Feminina de Internação (UFI), inaugurada em Outubro de 2017, observaram-se boas condições habitacionais, um espaço materno-infantil e espaço para oficinas profissionalizantes e para aulas. Essas condições observadas estão em maior concordância com os padrões aplicáveis e representam um avanço significativo quanto à situação dos outros centros visitados nesse estado. No entanto, detectou-se que, devido à falta do regime semiaberto, as internas permaneceriam na UFI desnecessariamente.

Durante a visita à CASA Cedro e à CASA Nova Aroeira, ambos no Complexo Raposo Tavares, no estado de São Paulo, os Comissários observaram a existência de estruturas físicas semelhantes às das prisões e receberam informações preocupantes sobre a existência de práticas violentas e sistemáticas adotadas pela equipe de unidades socioeducativas, como o confinamento dos adolescentes recém-chegados em celas isoladas, onde são submetidos à violência física por vários agentes ("recepção") e a submissão por longos períodos de tempo a posições dolorosas, às vezes nus ("procedimento"), entre outras agressões físicas e verbais, às vezes perpetradas por diferentes agentes ao mesmo tempo. De acordo com informações trazidas à Comissão, algumas dessas práticas seriam justificadas pelos agentes como medidas contra o descumprimento das regras disciplinares internas da instituição. Os internos também relataram que a direção seria omissa em casos de violência perpetrada contra eles e informaram a ocorrência de agressões contra os internos que denunciam esses fatos.

No Estado do Ceará, os Comissários observaram avanços a partir das determinações da Medida Cautelar MC 60-15, resultando em melhoras na infraestrutura e das condições para a oferta de serviços médicos, de higiene, alimentação e educação. A

esse respeito, a Comissão observou progressos no que se refere a iniciativas flexíveis de educação para garantir o direito à educação para todos os adolescentes com o objetivo de lhes permitir retomar seus estudos. No entanto, a Comissão expressa preocupação com a incapacidade do Estado de oferecer condições de segurança e garantias para a integridade pessoal dos internos. Os Comissários também foram informados sobre a negação de visitas a adolescentes, de contato com parentes ou de frequência a aulas como sanções.

Da mesma forma, a CIDH foi informada sobre o uso ilegal e injustificado de revistas ou inspeções vexatórias, o que implica que a pessoa deva se despir, e se aplicaria tanto aos adolescentes internos quanto aos familiares e às visitas. Nos casos dos adolescentes internos, essas revistas ocorrem diversas vezes ao dia, a cada vez que entram e saem de suas celas e outros espaços dentro do centro. Esse tipo de inspeção deve estar sujeita aos princípios da necessidade e da excepcionalidade, sendo aplicável somente nos casos em que situações de risco específicas sejam identificadas. Nesses casos, a Comissão enfatiza que todas as ações devem respeitar a privacidade e a dignidade das pessoas sujeitas a tais revistas. De acordo com as recomendações da CIDH, os controles de segurança devem priorizar os meios eletrônicos de inspeção.

Durante a visita, a Comissão também foi informada sobre a progressiva privatização da gestão dos centros socioeducativos, o que, na prática, poderia fragilizar a segurança dos internos e colocar em risco a independência das ações do sistema socioeducativo e a realização de seus objetivos.

Por outro lado, a Comissão saúda iniciativas apresentadas pelas autoridades para fomentar práticas de justiça restaurativa visando a redução de medidas de internação, com foco em medidas de semiliberdade e em medidas alternativas, como a prestação de serviços comunitários. A Comissão também aprecia iniciativas federais de criação de protocolos de atuação no âmbito dos processos judiciais e de denúncias de casos envolvendo crianças e adolescentes em contato com a lei penal.

A Comissão destaca e aprecia o papel das Defensorias Públicas estaduais na proposição de ações coletivas e individuais para proteger os direitos de crianças e adolescentes em contato com a lei penal e reitera a necessidade de intensificar a cooperação com outros órgãos e instituições públicas, como promotores estaduais e órgãos judiciais, no atendimento de denúncias de violência, ameaça, tortura e sobre as

condições das dependências do SINASE, bem como do tratamento recebido pelos internos.

Por outro lado, as organizações da sociedade civil manifestaram sua preocupação ante os Comissários quanto à dificuldade de diálogo com os órgãos governamentais responsáveis pela implementação do SINASE; pela falta de acompanhamento das denúncias de tortura e abuso sexual por parte dos Ministérios Públicos estaduais; e pelo atraso processual perante os tribunais estaduais. A esse respeito, a Comissão recorda o dever dos Ministérios Públicos de investigar as denúncias de tortura e maus tratos, e o dever do Poder Judiciário, de processar criminalmente, de maneira ágil, imparcial e efetiva os responsáveis por esses atos.

A CIDH também recebeu informações preocupantes sobre vários projetos de lei que estão sendo tramitados e que afetam a justiça juvenil; a Proposta de Emenda Constitucional para a redução da maioria penal (PEC 33/2012), o Projeto de Lei 7.197/2002, que propõe a modificação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para que as medidas de privação de liberdade passem, em casos de crimes graves (crimes hediondos), de um máximo de 3 a 8 anos, e o Projeto de Lei 6.433, que permitiria a aplicação de choques elétricos em adolescentes internos em unidades de privação de liberdade. No que diz respeito especificamente à PEC 33/2012, os Comissários enfatizaram que, uma modificação de tais características, de maneira a tratar como adultos adolescentes de 16 anos de idade em caso de cometimento de certos crimes, é contrária aos padrões internacionais de direitos humanos e às obrigações assumidas pelo Estado brasileiro. A esse respeito, a Comissária e Relatora sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, Esmeralda Arosemena de Troitiño, lembrou que "atualmente no Brasil, crianças e adolescentes de 12 anos de idade são responsáveis por seus atos quando são condenados por ações tipificadas no Código Penal sob um sistema de justiça juvenil especializado e, portanto, seus atos não permanecem impunes ou isentos de resposta, como é frequentemente discutido neste tipo de debate".

Durante o curso da visita, a delegação teve conhecimento dos graves acontecimentos que ocorreram na manhã de 13 de novembro, na cidade de Fortaleza, Ceará. De acordo com informações de conhecimento público, um grupo de pelo menos dez homens invadiu o Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, capturando 6 adolescentes que se encontravam cumprindo uma medida de semiliberdade no

centro. Quatro desses adolescentes foram posteriormente encontrados mortos nos arredores do Centro. Depois do episódio, vários adolescentes fugiram do centro com medo de que os fatos se repetissem; alguns deles foram recapturados pela Polícia Militar, e alguns teriam sido feridos pelas ações das forças de segurança. De acordo com informações que foram fornecidas à CIDH, a situação de ameaça a que são submetidos alguns dos adolescentes que estão internados no Centro de Semiliberdade é conhecida pelas autoridades e, antes da ocorrência de tais fatos, um dos adolescentes teria levado ao conhecimento de um juiz responsável pela execução da medida socioeducativa tais ameaças de um grupo criminoso. No entanto, as medidas tomadas pelas autoridades foram insuficientes para evitar a ocorrência desses eventos trágicos. A CIDH também foi informada de que a situação de insegurança e ameaças feitas por esses grupos têm levado alguns adolescentes a deixar de cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade por ausência de garantias de sua integridade pessoal no Centro. Os adolescentes internados nesse Centro têm entre 12 e 18 anos. A Comissão recorda que o Estado, como garantidor dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade, tem o dever jurídico inafastável de adotar ações concretas para garantir os direitos à vida e à integridade pessoal dos internos, particularmente aquelas medidas orientadas ao bem-estar dos internos e que objetivem prevenir e controlar as possíveis situações de insegurança dentro desses centros.

Na conclusão da visita, a Comissária Arosemena de Troitiño alertou que "há anos o sistema de justiça para adolescentes no Brasil enfrenta desafios muito graves no sentido de garantir os direitos dos adolescentes privados de sua liberdade" e insistiu que o Estado do Brasil redobre urgentemente seus esforços para proteger os direitos dos adolescentes e que introduza reformas necessárias ao funcionamento dos centros socioeducativos alinhados com padrões internacionais. A Comissária também complementou dizendo que o Brasil deve implementar uma mudança real de paradigma que cumpra com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado e de acordo com os princípios constitucionais de proteção integral e de prioridade absoluta de crianças e adolescentes, em especial, quanto à instalação de um modelo de justiça restaurativa que privilegie a responsabilização pedagógica, orientado à inserção social", e concluiu afirmando que "há evidências abundantes de que o confinamento de adolescentes constitui meio ineficaz para enfrentar a violência e a

insegurança, uma vez que esse tipo de medida repressiva não oferece as condições para prevenir a reincidência nas ações criminosas no futuro, especialmente quando o confinamento ocorre em condições como as observadas durante a visita".

Por outro lado, o Comissário Cavallaro expressou preocupação com o levantamento de dados que realiza o próprio SINASE no qual "se evidencia que 56% dos adolescentes são afrodescendentes, ainda que se deva admitir que em 22% dos casos não se determinou a origem étnica, o que poderia inclusive aumentar os números oficiais de adolescentes afrodescendentes privados de liberdade no país". O Comissário complementou dizendo que "a sobre-representação de adolescentes afrodescendentes no SINASE reflete uma situação de especial vulnerabilidade a que seria exposto esse grupo tradicionalmente excluído e discriminado. Nesse sentido, o Estado deve fortalecer políticas sociais e de garantias de direitos, assim como eliminar padrões de discriminação nas forças de segurança, no sistema de justiça e no funcionamento dos centros do SINASE".

A Comissão alerta sobre o elevado número de adolescentes privados de liberdade por delitos não violentos relacionados a drogas e sobre o uso excessivo da prisão preventiva. Nesse sentido, recorda que no Direito Internacional dos Direitos Humanos existe um reconhecimento de que adolescentes envolvidos no tráfico de drogas devem ser tratados como vítimas, ao considerando-se que sua utilização na produção e no tráfico de drogas" é uma das piores formas de trabalho infantil e, portanto, uma forma de exploração que expõe seriamente sua integridade pessoal, seu desenvolvimento integral e o gozo de seus direitos. Ademais, se deve levar em consideração que a grande maioria dos adolescentes envolvidos no microtráfico são eles mesmos usuários de drogas, e o vício é uma das estratégias para capturá-los e mantê-los como microvendedores, pagando-lhes, em parte, com drogas. Da mesma forma, a CIDH tem recomendado que o consumo e a posse de drogas sejam descriminalizados em casos de uso para consumo próprio, a partir de uma perspectiva de saúde pública, não de uma perspectiva de segurança. No que diz respeito à prisão preventiva, o Comissário Cavallaro chama o Estado a "realizar uma avaliação sobre o uso da prisão preventiva para adolescentes e adotar medidas corretivas necessárias para reduzir essa prática de acordo com a legislação aplicável e com as normas internacionais".

A Comissão rejeita energeticamente todas as práticas institucionais que atentem contra

a integridade pessoal e a integridade de crianças e adolescentes em contato com a lei penal, assim como aquelas que contrariam os objetivos das medidas socioeducativas. A CIDH insta ao Estado que tome medidas urgentes para erradicar tais práticas. Ademais, a CIDH recorda o Estado de sua obrigação de assegurar a segurança dos internos frente à presença de organizações criminosas em suas dependências, garantindo o direito à vida e à integridade de todos os indivíduos sob sua custódia.

A Comissão considera essencial que o Estado forneça meios para que os adolescentes apresentem denúncias ou reclamações sobre o tratamento recebido nos centros e que tais denúncias sejam tratadas de forma séria, ágil e eficaz, punindo adequadamente os responsáveis por tais atos. As informações relativas ao número de queixas e seus resultados devem ser públicas. A Comissão recomenda ainda que o Estado tome medidas adequadas para promover a criação de mecanismos para prevenir e combater a tortura em estados que ainda não os possuem e insta que o Estado garanta uma defesa jurídica de qualidade aos adolescentes em contato com a lei penal, fortalecendo as Defensorias Públicas quanto a recursos humanos e financeiros para atuar de maneira eficiente.

A Comissão considera urgente a adoção de iniciativas que aumentem, na prática, a disponibilidade de medidas de semiliberdade e alternativas à privação de liberdade em todo o país, visando um cenário em que a prisão em regime fechado, na prática, caracterize uma medida de *ultima ratio*. A Comissão recomenda ainda que o Estado coordene medidas apropriadas, incluindo a adoção de diretivas e orientações destinadas a tribunais e promotores estaduais visando reduzir o uso de medidas de internação.

Finalmente, a Comissão salienta o papel fundamental que os agentes socioeducativos têm na implementação do SINASE e insta o Estado a rever suas políticas e práticas de seleção e treinamento desses profissionais, condições de trabalho e dotações orçamentárias destinadas a essa categoria profissional.

A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge a partir da Carta da OEA e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Comissão Interamericana tem como mandato promover a observância e defesa dos direitos humanos na região e atua como órgão consultivo da OEA na temática. A CIDH é composta por sete membros independentes, que são

eleitos pela Assembleia Geral da OEA a título pessoal, sem representarem seus países de origem ou de residência.

No. 209A/17

ANEXO B - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO ENTREVISTAS E/OU GRUPO

Tempo estimado: 40 a 90 minutos.

1. O que é ser homem pra você? O que torna um homem em um homem pra você?
O que você compreende como masculino?
2. E mulher? O que torna uma mulher em mulher? O que você compreende por feminino?
3. Para você, o corpo é determinante no “ser homem” e no ser “mulher”?
4. O que você entende por masculino e feminino?
5. Quando se tornam homens? Quando se tornam mulheres?
6. O que os faz se sentir homens? O que os faz se sentir mulheres?
7. Por que querem ser homens ou mulheres?
8. Você vê algum benefício ou vantagem em ser homem ou mulher?
9. O que entendem por infância? E por vida adulta?
10. Desde quando você se sente homem/mulher ou outro?
11. O que diferencia as pessoas?
12. Para você, o corpo é determinante no “ser homem” e no ser “mulher”?
13. O que você espera da Medida Socioeducativa?
14. O que no seu corpo que faz com que se sinta homem/mulher/outro?
15. Para você, porque a maioria dos adolescentes que cumprem MSE são do gênero masculino?
16. O que te faz se sentir melhor?
17. Quais são/eram seus objetivos de vida?
18. O que considera violência?
19. Qual a sua orientação sexual?
20. O que te motivou a cometer o ato infracional?
21. O que você gostaria que fosse diferente?

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO - PROFISSIONAIS

O (A) Sr.(a) _____ foi convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM”: A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA - Problematizando as masculinidades em adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, sob a responsabilidade da pesquisadora e aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Sra. Marina Francisqueto Bernabé.

JUSTIFICATIVA

O sistema socioeducativo foi pensado como um conjunto integrado de políticas e serviços públicos que articula os três níveis de governo e prevê a integração intersetorial e transversal do Estado, juntamente com a família e a Comunidade (SINASE, 2006). As instituições municipais e estaduais responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em regime de meio aberto, semiliberdade e internação devem se articular com a rede de atendimento a fim de trabalhar a responsabilização judicial do (a) jovem e a superação das violações de direitos às quais se submetem adolescentes e jovens autores de ato infracional. É importante situar que o homicídio é a maior causa de óbito de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos no Brasil. Sendo este o perfil semelhante dos adolescentes e jovens que cumpres medida socioeducativa no Brasil, a qual é composto majoritariamente adolescentes e jovens do gênero masculino, negros e pobres (IPEA, 2015). Nesse contexto, problematiza-se como a construção das masculinidades e o binarismo de gênero relaciona-se com a violência, agressividade e trajetória infracional. Esta pesquisa pretende contribuir na compreensão acerca de como a incorporação dos binarismos de gênero e construção das masculinidades interfere na inserção e manutenção de adolescentes e jovens na trajetória infracional.

Por fim, essa pesquisa poderá fornecer informações importantes para orientação de gestores e trabalhadores dos serviços de socioeducação e demais políticas públicas que atuem com a população infanto-juvenil no Estado do Espírito Santo.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA

Analisar como o binarismo de gênero e o processo de construção das diversas masculinidades e feminilidades interferem nos modos de vida de adolescentes e jovens do gênero masculino e feminino que estão cumprindo medida socioeducativa.

PROCEDIMENTOS

A sua participação será concedendo um entrevista e/ou participação de grupo com duração de 40 a 90 minutos, gravada em áudio digital. Apenas a pesquisadora responsável (Mestranda Marina Francisqueto Bernabé) e o orientador (Professor Dr. Alexsandro Rodrigues) desta pesquisa acessarão os dados. As pesquisas serão transcritas e analisadas sob sigilo, e os dados serão apresentados identificados por Participante 1, Participante 2 e assim consecutivamente, garantindo que os participantes não sejam identificados em suas falas.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

A sua participação será concedendo uma entrevista e/ou participação de grupo com duração de 40 a 90 minutos que poderá ou não ser complementada com entrevista individual, a ser realizada no seu local de trabalho ou em outro local de acordo com a sua preferência e disponibilidade da pesquisadora.

RISCOS E DESCONFORTOS

Caso surja qualquer incomodo ou desconforto em compartilhar informações pessoais sobre um ou mais tópicos do roteiro semiestruturado da entrevista, será assegurado o seu direito em recusar-se a manifestar-se sobre os tópicos que desejar. Outro risco seria a possibilidade de quebra do sigilo, que será assegurado com a garantia da não quebra mediante assinatura desse termo.

BENEFÍCIOS

As informações fornecidas nas entrevistas poderão oferecer dados para orientar gestores, trabalhadores e sociedade civil na construção de políticas e programas de socioeducação, educação e psicologia, em consonância com as necessidades reais dos adolescentes e jovens do Estado do Espírito Santo e demais estados da Federação. Objetiva-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à infância e juventude de forma humanizada, com equidade, integralidade, participação social e livre de qualquer tipo de discriminação.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Caso seja relatado na entrevista algum problema relacionado às intervenções recebidas durante a pesquisa ou relacionado ao serviço vinculado, o (a) entrevistado (a) será encaminhado (a) aos (às) profissionais de referência na política pública relativo ao problema apresentado para que seja acolhida a demanda e tomadas as devidas providencias. Para isso, será informado ao (à) entrevistado (a) o contato telefônico do equipamento ou serviço de referência. Mediante autorização e desejo do (a) entrevistado (a) será repassado nome e contato da interessada aos profissionais de referência, bem como o problema será relatado para que os mesmos possam realizar contato.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Não há obrigação em participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não mais será contatado/a pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação, para isso, não será divulgado o seu nome para divulgação de trechos das entrevistas.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você possui direito a indenização, conforme determina a lei.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o(a) Sr.(a) pode contatar a pesquisadora Marina Francisqueto Bernabé no telefone (27) 9-8825-4505, ou endereço Rua do Vintém, nº 101, Centro, Vitória/ES. O(A) Sr.(a) também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES) através do telefone (27) 3335-7211, e-mail cep.ufes@hotmail.com ou correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Prédio

Administrativo do CCS, Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, CEP 29.040-090, Vitória - ES, Brasil. O CEP/CCS/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

_____/ES, _____ de _____ de 201__.

Participante da pesquisa

RG: _____

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM”: A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA - Problematizando as masculinidades em adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, eu, Marina Francisqueto Bernabé, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora Marina Francisqueto Bernabé

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO – MÃES/PAIS/RESPONSÁVEIS

Prezado(a) Sr.(a) gostaríamos de convidar o(a) adolescente sob sua responsabilidade _____ para participar da pesquisa intitulada “NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM”: A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA - Problematizando as masculinidades em adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, sob a responsabilidade da pesquisadora e aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Sra. Marina Francisqueto Bernabé.

JUSTIFICATIVA

O sistema socioeducativo foi pensado como um conjunto integrado de políticas e serviços públicos que articula os três níveis de governo e prevê a integração intersetorial e transversal do Estado, juntamente com a família e a Comunidade (SINASE, 2006). As instituições municipais e estaduais responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em regime de meio aberto, semiliberdade e internação devem se articular com a rede de atendimento a fim de trabalhar a responsabilização judicial do (a) jovem e a superação das violações de direitos às quais se submetem adolescentes e jovens autores de ato infracional. É importante situar que o homicídio é a maior causa de óbito de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos no Brasil. Sendo este o perfil semelhante dos adolescentes e jovens que cumpres medida socioeducativa no Brasil, a qual é composto majoritariamente adolescentes e jovens do gênero masculino, negros e pobres (IPEA, 2015). Nesse contexto, problematiza-se como a construção das masculinidades e o binarismo de gênero relaciona-se com a violência, agressividade e trajetória infracional. Esta pesquisa pretende contribuir na compreensão acerca de como a incorporação dos binarismos de gênero e construção das masculinidades interfere na inserção e manutenção de adolescentes e jovens na trajetória infracional.

Por fim, essa pesquisa poderá fornecer informações importantes para orientação de gestores e trabalhadores dos serviços de socioeducação e demais políticas públicas que atuem com a população infanto-juvenil no Estado do Espírito Santo.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA

Analisar como o binarismo de gênero e o processo de construção das diversas masculinidades e feminilidades interferem nos modos de vida de adolescentes e jovens do gênero masculino e feminino que estão cumprindo medida socioeducativa.

PROCEDIMENTOS

A sua participação será concedendo um entrevista e/ou participação de grupo com duração de 40 a 90 minutos, gravada em áudio digital. Apenas a pesquisadora responsável (Mestranda Marina Francisqueto Bernabé) e o orientador (Professor Dr. Alexsandro Rodrigues) desta pesquisa acessarão os dados. As pesquisas serão transcritas e analisadas sob sigilo, e os dados serão apresentados identificados por Participante 1, Participante 2 e assim consecutivamente, garantindo que os participantes não sejam identificados em suas falas.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

A sua participação será concedendo uma entrevista e/ou participação de grupo com duração de 40 a 90 minutos que poderá ou não ser complementada com entrevista individual, a ser realizada no estabelecimento em que o(a) adolescente realiza o acompanhamento da medida socioeducativa.

RISCOS E DESCONFORTOS

Caso surja qualquer incomodo ou desconforto em compartilhar informações pessoais sobre um ou mais tópicos do roteiro semiestruturado da entrevista, será assegurado o seu direito em recusar-se a manifestar-se sobre os tópicos que desejar. Outro risco seria a possibilidade de quebra do sigilo, que será assegurado com a garantia da não quebra mediante assinatura desse termo.

BENEFÍCIOS

As informações fornecidas nas entrevistas poderão oferecer dados para orientar gestores, trabalhadores e sociedade civil na construção de políticas e programas de socioeducação, educação e psicologia, em consonância com as necessidades reais dos adolescentes e jovens do Estado do Espírito Santo e demais estados da Federação. Objetiva-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à infância e juventude de forma humanizada, com equidade, integralidade, participação social e livre de qualquer tipo de discriminação.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Caso seja relatado na entrevista algum problema relacionado às intervenções recebidas durante a pesquisa ou relacionado ao serviço vinculado, o (a) entrevistado (a) será encaminhado (a) aos (às) profissionais de referência na política pública relativo ao problema apresentado para que seja acolhida a demanda e tomadas as devidas providencias. Para isso, será informado ao (à) entrevistado (a) o contato telefônico do equipamento ou serviço de referência. Mediante autorização e desejo do (a) entrevistado (a) será repassado nome e contato da interessada aos profissionais de referência, bem como o problema será relatado para que os mesmos possam realizar contato.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Não há obrigação em participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não mais será contatado/a pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação, para isso, não será divulgado o seu nome para divulgação de trechos das entrevistas.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você possui direito a indenização, conforme determina a lei.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o(a) Sr.(a) pode contatar a pesquisadora Marina Francisqueto Bernabé no telefone (27) 9-8825-4505. O(A) Sr.(a) também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES) através do telefone (27) 3335-7211, e-mail cep.ufes@hotmail.com ou correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Prédio Administrativo do CCS, Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, CEP 29.040-090, Vitória - ES, Brasil. O CEP/CCS/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa

visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

_____/ES, ____ de ____ de 201__.

Nome do responsável legal pelo participante da pesquisa:

Assinatura do Responsável legal pelo Participante da pesquisa

RG: _____

Assinatura do Participante da pesquisa

RG: _____

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM”: A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA - Problematizando as masculinidades em adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, eu, Marina Francisqueto Bernabé, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora Marina Francisqueto Bernabé

ANEXO E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO – MEDIDAS EM MEIO ABERTO – MAIORES DE 18 ANOS

O (A) Sr.(a) _____ foi convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM”: A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA - Problematizando as masculinidades em adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, sob a responsabilidade da pesquisadora e aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Sra. Marina Francisqueto Bernabé.

JUSTIFICATIVA

O sistema socioeducativo foi pensado como um conjunto integrado de políticas e serviços públicos que articula os três níveis de governo e prevê a integração intersetorial e transversal do Estado, juntamente com a família e a Comunidade (SINASE, 2006). As instituições municipais e estaduais responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em regime de meio aberto, semiliberdade e internação devem se articular com a rede de atendimento a fim de trabalhar a responsabilização judicial do (a) jovem e a superação das violações de direitos às quais se submetem adolescentes e jovens autores de ato infracional. É importante situar que o homicídio é a maior causa de óbito de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos no Brasil. Sendo este o perfil semelhante dos adolescentes e jovens que cumpres medida socioeducativa no Brasil, a qual é composto majoritariamente adolescentes e jovens do gênero masculino, negros e pobres (IPEA, 2015). Nesse contexto, problematiza-se como a construção das masculinidades e o binarismo de gênero relaciona-se com a violência, agressividade e trajetória infracional. Esta pesquisa pretende contribuir na compreensão acerca de como a incorporação dos binarismos de gênero e construção das masculinidades interfere na inserção e manutenção de adolescentes e jovens na trajetória infracional.

Por fim, essa pesquisa poderá fornecer informações importantes para orientação de gestores e trabalhadores dos serviços de socioeducação e demais políticas públicas que atuem com a população infanto-juvenil no Estado do Espírito Santo.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA

Analisar como o binarismo de gênero e o processo de construção das diversas masculinidades e feminilidades interferem nos modos de vida de adolescentes e jovens do gênero masculino e feminino que estão cumprindo medida socioeducativa.

PROCEDIMENTOS

A sua participação será concedendo um entrevista e/ou participação de grupo com duração de 40 a 90 minutos, gravada em áudio digital. Apenas a pesquisadora responsável (Mestranda Marina Francisqueto Bernabé) e o orientador (Professor Dr. Alexsandro Rodrigues) desta pesquisa acessarão os dados. As pesquisas serão transcritas e analisadas sob sigilo, e os dados serão apresentados identificados por Participante 1, Participante 2 e assim consecutivamente, garantindo que os participantes não sejam identificados em suas falas.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

A sua participação será concedendo uma entrevista e/ou participação de grupo com duração de 40 a 90 minutos que poderá ou não ser complementada com entrevista individual, a ser realizada no estabelecimento em que realiza o acompanhamento da medida socioeducativa.

RISCOS E DESCONFORTOS

Caso surja qualquer incomodo ou desconforto em compartilhar informações pessoais sobre um ou mais tópicos do roteiro semiestruturado da entrevista, será assegurado o seu direito em recusar-se a manifestar-se sobre os tópicos que desejar. Outro risco seria a possibilidade de quebra do sigilo, que será assegurado com a garantia da não quebra mediante assinatura desse termo.

BENEFÍCIOS

As informações fornecidas nas entrevistas poderão oferecer dados para orientar gestores, trabalhadores e sociedade civil na construção de políticas e programas de socioeducação, educação e psicologia, em consonância com as necessidades reais dos adolescentes e jovens do Estado do Espírito Santo e demais estados da Federação. Objetiva-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à infância e juventude de forma humanizada, com equidade, integralidade, participação social e livre de qualquer tipo de discriminação.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Caso seja relatado na entrevista algum problema relacionado às intervenções recebidas durante a pesquisa ou relacionado ao serviço vinculado, o (a) entrevistado (a) será encaminhado (a) aos (às) profissionais de referência na política pública relativo ao problema apresentado para que seja acolhida a demanda e tomadas as devidas providencias. Para isso, será informado ao (à) entrevistado (a) o contato telefônico do equipamento ou serviço de referência. Mediante autorização e desejo do (a) entrevistado (a) será repassado nome e contato da interessada aos profissionais de referência, bem como o problema será relatado para que os mesmos possam realizar contato.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Não há obrigação em participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não mais será contatado/a pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação, para isso, não será divulgado o seu nome para divulgação de trechos das entrevistas.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você possui direito a indenização, conforme determina a lei.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o(a) Sr.(a) pode contatar a pesquisadora Marina Francisqueto Bernabé no telefone (27) 9-8825-4505, ou endereço Rua do Vintém, nº 101, Centro, Vitória/ES. O(A) Sr.(a) também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES) através do telefone (27) 3335-7211, e-mail cep.ufes@hotmail.com ou correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Prédio

Administrativo do CCS, Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, CEP 29.040-090, Vitória - ES, Brasil. O CEP/CCS/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

_____/ES, _____ de _____ de 201__.

Participante da pesquisa

RG: _____

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “NINGUÉM NASCE HOMEM: TORNA-SE HOMEM”: A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA - Problematizando as masculinidades em adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, eu, Marina Francisqueto Bernabé, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora Marina Francisqueto Bernabé

ANEXO F – INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DO IASES**ANEXO II****INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 038-P DE 20 DE JANEIRO DE 2012**

Dispõe sobre a Regulamentação dos Procedimentos de Pesquisa no Âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo – IASES

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO - IASES, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 10, inciso VII, do Decreto no. 1.583-R, de 18/11/2005, e

Considerando a necessidade de normatizar os procedimentos relacionados à pesquisa no âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo – IASES;

RESOLVE:

Artigo 1º Instituir os procedimentos para pesquisa no âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo – IASES.

Capítulo I**Das Disposições Preliminares**

Artigo 2º As pesquisas poderão ser realizadas junto aos Programas e/ou Unidades de Atendimento Socioeducativo do Instituto de Atendimento Socioeducativo do

Espírito Santo-IASES, obedecidas às disposições desta normativa e mediante autorização do Diretor Presidente IASES.

Artigo 3º Para fins desta normativa considera-se pesquisa toda classe de atividades científicas, metodologicamente organizadas cujo objetivo constitui-se em desenvolver ou contribuir para o acúmulo de conhecimento social e coletivo na forma de produção de relatório, monografia e/ou artigo científico de conclusão de curso (graduação e especialização), dissertação (mestrado) ou tese (doutorado).

Artigo 4º A autorização de pesquisa neste Instituto é restrita a pesquisadores vinculados a instituições que desenvolvam atividades de ensino e/ou pesquisa, sejam elas públicas ou privadas, governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais.

Capítulo II

Dos Procedimentos para Autorização da Pesquisa

Artigo 5º O interessado em realizar pesquisa junto ao Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo deverá protocolizar requerimento no Setor de Protocolo do Escritório Central do IASES, endereçado à Presidência do IASES.

Artigo 6º O processo administrativo para a solicitação de autorização para fins de pesquisa deve iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado, na forma a seguir:

I - Requerimento inicial do interessado, que deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- a) Órgão ou autoridade administrativa a que se dirige – Diretor Presidente do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado Espírito Santo - IASES;
- b) Identificação do interessado ou de seu representante;
- c) Domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações, telefone de contato e e-mail;

- d) Formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- e) Data e assinatura do requerente ou de seu representante;

II - Atestado de Matrícula em Instituição de Ensino;

III - Projeto (duas vias) que deverá conter os seguintes elementos:

- a) Introdução/Apresentação do problema;
- b) Justificativa/relevância;
- c) Objetivo Geral:
- d) Objetivos Específicos;
- e) Metodologia que deverá constar, minimamente:
- f) Critérios de seleção dos participantes;
- g) Procedimentos adotados para coleta de dados;
- h) Tratamento/análise dos dados (classificação e organização das informações coletadas, estabelecimento das relações existentes entre os dados, tratamento estatísticos dos dados);
- i) Considerações e instrumentos a serem utilizados na pesquisa.
- j) Cronograma do Projeto;
- k) Referências Bibliográficas;
- l) Anexos/Apêndices (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Questionários, Roteiros de Entrevistas, etc.)
- m) Termo de compromisso (disponível no site do IASES) onde o requerente se compromete a entregar uma cópia do trabalho concluído para acervo no Núcleo de Formação.
- n) Currículo do pesquisador;

o) Certidão Cível e Criminal da Comarca em que residir, bem como a Certidão Negativa de Antecedentes expedida pela Polícia Civil, ambos devidamente atualizados, em relação ao solicitante e de terceiros afetos ao procedimento de pesquisa.

§ 1º Se o pesquisador for ligado a algum instituto de pesquisa, organização governamental ou não governamental, o projeto de pesquisa deverá ser encaminhado pelo representante legal da instituição.

§ 2º Quando o pesquisador for aluno vinculado à instituição de ensino superior nos níveis de graduação ou pós graduação, o projeto de pesquisa deverá ser encaminhado pelo professor-orientador do projeto.

Artigo 7º Protocolizado o requerimento, caberá ao Gabinete da Presidência do IASES, autuar este último, e submetê-lo ao Núcleo de Formação do IASES, para análise e emissão de parecer técnico avaliativo, que, posteriormente, deverá ser encaminhado à Presidência do IASES, para deliberação.

Artigo 8º A autorização será concedida pelo Diretor Presidente IASES, mediante a manifestação do Núcleo de Formação do IASES, considerando os seguintes critérios:

I – demonstração de que o projeto de pesquisa se insere no campo de atuação do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo;

II – demonstração clara do efetivo interesse coletivo e social da realização da pesquisa;

III – especificação de todos os procedimentos que deverão ser desenvolvidos quando da realização da pesquisa, considerando:

a) a indicação das informações a serem coletadas;

b) a indicação do tipo de fonte a ser utilizada;

c) os recursos necessários para coleta das informações, dentre eles, a forma de seleção das fontes, os instrumentos de coleta, o uso de recursos audiovisuais, o número de pesquisadores e de auxiliares envolvidos com a pesquisa;

IV – a viabilidade de execução de cada um dos procedimentos propostos;

V – o resguardo da inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas envolvidas nas informações coletadas, conforme disposto na legislação vigente;

Parágrafo Único. Cada um dos critérios será avaliado individualmente, por meio da solicitação de documentos complementares.

Artigo 9º Os setores responsáveis pela análise do projeto terão o prazo de 07 (sete) dias úteis para se manifestarem tecnicamente acerca do requerimento, podendo solicitar documentos complementares a outros órgãos e setores.

Artigo 10 Caso o pesquisador não se manifeste no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, sobre o interesse em prosseguir com a pesquisa, os autos de requerimento serão arquivados.

Artigo 11 No caso de indeferimento da solicitação de autorização para pesquisa, a decisão será encaminhada ao pesquisador requerente, e os autos serão arquivados.

Artigo 12 Deferida a solicitação de autorização para pesquisa, a decisão será encaminhada ao pesquisador requerente, no sentido de se colher a assinatura do pesquisador no Termo de Responsabilidade (anexo I) e no Termo de Compromisso (anexo II), e ainda que, sejam informados os nomes dos componentes que integrarão a equipe de atuação nos procedimentos que envolvam o IASES.

Parágrafo único. Caberá à Presidência do IASES expedir cópia da autorização ao Núcleo de Formação, para que esta comunique à Unidade de Atendimento, Gerência ou setor do Instituto, no qual a pesquisa ocorrerá.

Artigo 13 Quando da realização da pesquisa com adolescentes (idade inferior a 18 anos) em cumprimento de medida socioeducativa em Unidades de Atendimento deste Instituto, o pesquisador responsável deverá obter a autorização dos pais ou responsável, mediante

acompanhamento de representante da Unidade de Atendimento Socioeducativo, na qual encontrar-se o socioeducando.

Parágrafo Único: É vedada a utilização de recursos audiovisuais de qualquer natureza quando da realização de pesquisa com adolescente com idade inferior a 18 (dezoito) anos, salvo mediante expressa autorização judicial.

Artigo 14 Caso a pesquisa ocorra com jovens (idade superior a 18 anos) em cumprimento de medida socioeducativa, o pesquisador deverá obter autorização, expressa do(s) entrevistado(s), prevalecendo o acompanhamento de representante da Unidade.

Capítulo III

Da Divulgação dos Resultados da Pesquisa

Artigo 15 O pesquisador deverá encaminhar 02 (duas) cópias do relatório final da pesquisa à Presidência do IASES, antes da divulgação/publicização do resultado nos meios de comunicação eletrônicos, impressos e/ou audiovisuais .

Artigo 16 Quando da divulgação dos resultados da pesquisa, o pesquisador deverá observar o disposto nas tratativas internacionais e nacionais correlatas ao tema, em especial na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 12.594, sob pena de responsabilização, quando da utilização indevida nos termos da Lei.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Artigo 17 É assegurado o direito a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas envolvidas nas informações coletadas, conforme disposto na legislação vigente.

Artigo 18 O deferimento da solicitação de autorização para pesquisa não gera ônus, despesas, emolumentos ou repasse de recursos financeiros de quaisquer espécie pelo Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo - IASES. Os custos decorrentes da implantação e a execução dos meios necessários à consecução da pesquisa serão de responsabilidade exclusiva do pesquisador e/ou da Instituição proponente, correndo às expensas destes últimos.

Artigo 19 Fica o Núcleo de Formação do IASES responsável pela criação, preservação e manutenção e controle do Acervo de Pesquisas.

Parágrafo Único. Caberá ao Núcleo de Formação do IASES divulgar e promover encontros, debates, oficinas, seminários, grupos de estudos, acerca dos resultados das pesquisas realizadas pelos pesquisadores junto ao IASES.

Artigo 20 Os casos omissos deverão ser encaminhados à Presidência do IASES, para a deliberação final acerca da matéria omissa ou controversa.

Artigo 21 Esta normativa entre em vigor na data de sua publicação.

Vitória (ES), 20 de janeiro de 2012.

Silvana Gallina
Diretora Presidente

Nome Completo:		
Nacionalidade:		Data de Nascimento:
RG:	Data de Emissão:	Órgão Emissor:
Estado Civil:		Profissão:
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Solicita Visitas na(s) Unidade(s):		

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins, assumir plena responsabilidade no âmbito civil e criminal por quaisquer danos morais ou materiais que possa causar a terceiros a divulgação de informações contidas em documentos por mim examinados ou por outra forma obtidas (entrevista, conversa informal, etc.) e que se refiram a adolescentes em cumprimento medidas socioeducativas ou a funcionários do Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo. Ficam, portanto, o Governo do Estado do Espírito Santo, a Secretaria de Estado da Justiça e o IASES exonerados de qualquer responsabilidade relativa a esta minha solicitação. Declaro, ainda, estar ciente da legislação em vigor atinente ao uso de documentos públicos e/ou informações obtidas por outros meios, em especial com relação aos artigos 138 e 145 (calúnia, injúria e difamação) do Código Penal Brasileiro e aos Artigos 143 e 144 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei no 8069/90.

Vitória/ES, ____ de _____ de 20__.

Nome:

RG nº

ANEXO II**TERMO DE COMPROMISSO**

Eu, _____, pesquisador autorizado pelo IASES a realização de pesquisa cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o acúmulo de conhecimento social e coletivo na área das medidas socioeducativas, e através deste tomo ciência e me responsabilizo pela disponibilização em 02 (duas vias) do produto da pesquisa, podendo este ser produção de relatório, monografia de conclusão de curso (graduação e especialização), dissertação (mestrado) ou tese (doutorado) conforme artigos 2o e 15o da Instrução de Serviço no _____.

Vitória/ES, ____ de _____ de 20__.

Nome:

RG nº
